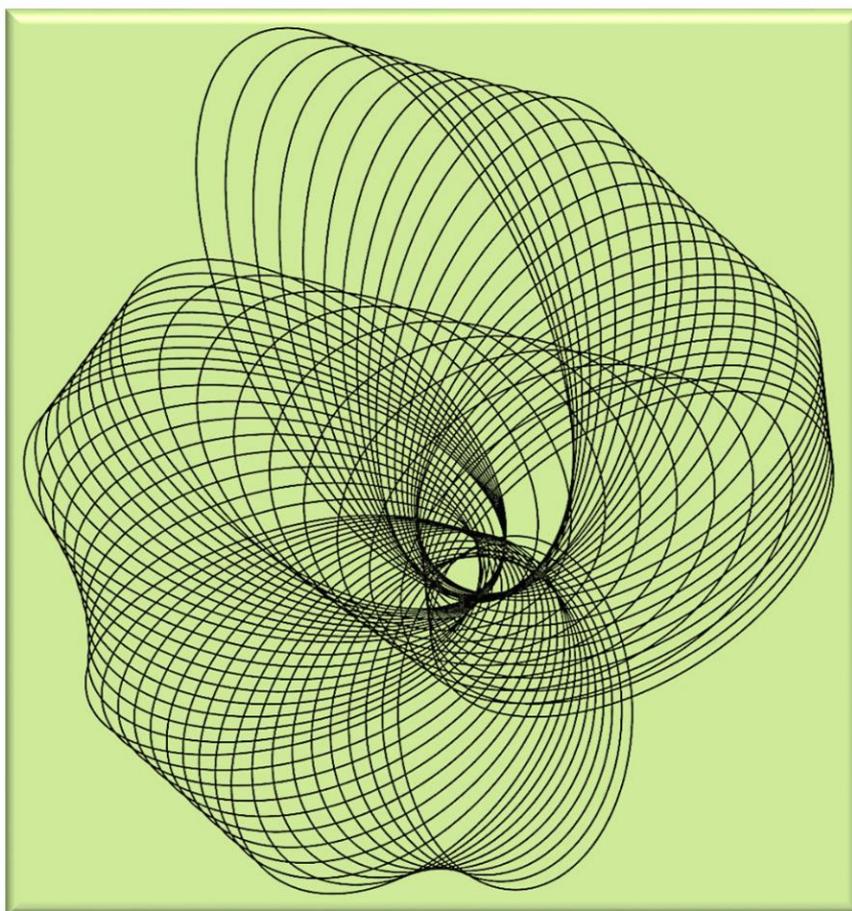


ISSN 2318-1729

histórias' história

UNB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGHIS)



DOSSIÊ

OS MANUSCRITOS MEDIEVAIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14>

VOLUME 7, NÚMERO 14, jul. dez. 2019



<p>UnB Universidade de Brasília</p> <p>PPGHIS Programa de Pós-Graduação em História</p> <p>Coordenador Teresa Cristina de Novaes Marques (UnB)</p> <p>Coordenador adjunto Cláudia Costa Brochado (UnB)</p> <p>Expediente Volume 7, número 14, jul. dez. 2019</p> <p>Editor chefe André Cabral Honor (UnB)</p> <p>Conselho Editorial Diva do Couto Gontijo Muniz (UnB) Jorge Fernandes Alves (Universidade do Porto) Maria de Deus Manso (Universidade de Évora) Renilso Rosa Ribeiro (UFMT) Rodrigo Nunes Bentes Monteiro (UFF)</p> <p>Conselho Consultivo Adriana Maria de Souza Zierer (UEMA) Carla Mary S Oliveira (UFPB) Claiton Marcio da Silva (UFFS) Cristiano Luís Christillino (UEPB) Elizabeth Cancelli (USP) Eloísa Pereira Barroso (UnB) Friedrich Jaeger (Universidade Witten/Herdecke) Gerson Galo Iedezma Meneses (UNILA) Henrique Espada Lima (UFSC) Juçara Luzia Leite (UFES) Luiz Duarte Haele Arnaut (UFMG) Macário Lopes de Carvalho Júnior (UEAM) Manuela Santos Silva (Universidade de Lisboa) Marcelo Cândido da Silva (UnB)</p>	<p>Marcelo de Souza Magalhães (UERJ) Marcelo Fronza (UFMT) Margarida Maria Dias de Oliveira (UFRN) Maria Lêda Oliveira (USP) Matthias Haake (Westfälische Wilhelms-Universität Münster) Mauro César Coelho (UFPA) Nilton Pereira (UFRS) Patrícia Melo Sampaio (UFAM) Sabrina Mara Sant'Anna (UFRB) Sérgio da Mata (UFOP)</p> <p>Editoração André Cabral Honor (UnB) Gustavo Gomes de Medeiros (UnB)</p> <p>Revisão André Cabral Honor (UnB) Ricardo Westin (UnB)</p> <p>Secretariado executivo José Vitor Canabrava (UnB) Kairo Hamã Freitas Campos (UnB) Gustavo Gomes de Medeiros (UnB) Isabela Gomes Parucker (UnB) Lucas Silva Novais (UnB) Ricardo Westin (UnB) Thallita Barreira Dias (UnB)</p>
---	--

Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos artigos e resenhas, assim como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

A revista agradece imensamente aos pareceristas ad hoc que contribuíram a essa edição

Adalberto Júnior Ferreira Paz, Universidade Federal do Amapá, Brasil

André Cabral Honor, Universidade de Brasília, Brasil

Américo Venâncio Machado Filho, Universidade Federal da Bahia, Brasil

Armênia de Souza, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Cristiany Fernandes da Silva, Universidade de Brasília, Brasil

Daniel Fernandes, Universidade de Brasília, Brasil

Elisângela Gonçalves, Universidade Estadual do Sul da Bahia, Brasil

Francisca de Paula de Oliveira, Universidade Federal do Amapá, Brasil

Heloisa Salles, Universidade de Brasília, Brasil

Maria Cristina Correia Leandro Pereira, Universidade de São Paulo, Brasil

Maria de Deus Manso, Universidade de Évora, Portugal

Maria Filomena Coelho, Universidade de Brasília, Brasil

Matheus Moura Silva, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Paulo Marcelo Cambraia da Costa, Universidade Federal do Amapá, Brasil

Renata Cristina de Sousa Nascimento, Universidade Federal de Jataí, Brasil

Maria Aparecida Torres Morais, Universidade de São Paulo, Brasil

Magda Rita Ribeiro da Silva Duarte, Instituto Federal do Triângulo Mineiro, Brasil

Rodrigo Otávio dos Santos - Centro Universitário Internacional, Brasil

Sidney da Silva Lobato, Universidade Federal do Amapá, Brasil

Susane Rodrigues, Universidade de Brasília, Brasil

Tiago Gil, Universidade de Brasília, Brasil

Thiago Borges, Universidade de Lisboa, Portugal

SUMÁRIO

Editorial André Cabral Honor	1
Apresentação: Os manuscritos medievais da Universidade de Brasília Alicia Duhá Lose	2
DOSSIÊ	
Os manuscritos medievais da UnB	
Organizadora: Prof^a. Dr^a. Alicia Dubá Lose	
Um monumento trecentista: a herança linguística dos manuscritos serafim da silva neto Américo Venâncio Lopes Machado Filho	5
<i>Flos sanctorum</i> - o manuscrito 01 da BCE-UnB na sala de aula: possibilidades de análise Cláudia Costa Brochado	24
Orações reduzidas de infinitivo no português arcaico: dos Diálogos de São Gregório ao português brasileiro Heloísa Sales, Rosana Naves e Heloísa Pilatti	39
Possessivos de terceira pessoa no <i>Flos Sanctorum</i> e no português brasileiro contemporâneo Maria Aparecida Torres Morais	59
Um tesouro da cultura ocidental: os manuscritos medievais da UnB e os seus significados históricos e patrimonial Saul Antonio Gomes	87
ARTIGO LIVRE	
A construção do espaço e suas variantes visuais em <i>Desaplanar</i> , de Nick Sousanis Giovani Pagliusi Lobato e Moura	107
As <i>Contribuições</i> de Carlos Del Negro ao Patrimônio Brasileiro: metodologia para o estudo da pintura mineira (1958-1978) Mateus Alves Silva	120
RESENHA	
O mundo doméstico europeu no Antigo Regime: uma visada a partir da História cultural e da História das mulheres RUBIO, Gloria Franco. <i>El ámbito doméstico en el Antiguo Régimen</i> : de puertas adentro. Madrid: Editorial Síntesis, 2018. Carla Mary S. Oliveira	139

Prof^o Dr. André Cabral Honor
Editor-chefe da Revista história, histórias
Professor da Universidade de Brasília, Brasil
Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
e-mail: cabral.historia@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3665-129X>
DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.26601>

É sempre uma sensação de dever cumprido quando entregamos um novo número da Revista história, histórias. A falta de verbas, que cada dia mais se agrava, nos leva a seguir a lógica do exército de um homem só: cuidar do site; verificar as submissões; editar artigos; trazer indexadores; realizar revisões gramaticais; procurar estagiários; são apenas alguns dos desafios que um editor-chefe de periódico científico enfrenta.

Lembrando nossa missão de levar conhecimento científico de qualidade comprometido com a ética profissional e boa conduta acadêmica. Os artigos presentes nesta edição primam pelo rigor metodológico, pelo debate centrado em ideias refutando achismos ou opiniões, na contramão das notícias estapafúrdias e falsas que chegam do andar de cima.

Entregamos nesta edição um dossiê sobre os manuscritos medievais resguardados pela Universidade de Brasília. Longe de ser um material endógeno, suas contribuições não apenas engrandecem o conhecimento científico, mas também proporcionam visibilidade a esse acervo permitindo que novos pesquisadores venham a “descobri-lo”.

Não podíamos estar mais felizes com o resultado final dessa edição: além do dossiê transdisciplinar envolvendo Linguística e História temos dois artigos: *A construção do espaço e suas variantes visuais em Desaplanar*, de Nick Sousanis de Giovani Pagliusi Lobato e Moura e *As Contribuições de Carlos Del Negro ao Patrimônio Brasileiro: metodologia para o estudo da pintura mineira (1958-1978)* de Mateus Alves Silva.

Além dos artigos publicamos uma resenha do livro *El ámbito doméstico en el Antiguo Régimen. de puertas adentro*, renomada pesquisadora sobre cotidiano na Europa Moderna escrita pela professora Carla Mary S. Oliveira da Universidade Federal da Paraíba.

O presente número é o ápice de uma jornada de dois anos desde que assumi com editor-chefe da revista, resultando em cinco edições e mudanças estruturais buscando aprimorar o *qualis* do periódico. A excelência desse trabalho não teria sido possível sem o apoio do corpo docente do Programa de Pós-graduação em História da UnB, junto aos discentes da Graduação e Pós que toparam trabalhar como estagiários. Nunca poderei ser grato o suficiente pela confiança e excelência no trabalho.

APRESENTAÇÃO

Os manuscritos medievais da Universidade de Brasília

Organizadora

Prof.^a. Dr.^a. Alicia Duhá Lose

Professora da Universidade Federal da Bahia, Brasil

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, Brasil

Pós-Doutora em História pela Universidade de Coimbra, Portugal

e-mail: alicia.lose@ufba.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9114-3298>

DOI: <http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.26254>

Era uma vez três belos códices, certamente produzidos em algum mosteiro português entre os séculos XIV ou XV, que muitos anos depois, por volta de 1925, foram adquiridos na Vila do Conde, em Portugal, pelo Dr. Jorge de Faria. Nessa época, já não eram mais "códices". Eram folhas de pergaminho soltas, pouco mais de 200, oriundas certamente de algum mosteiro ou casa religiosa de que saíram, ou por causa da extinção das ordens em 1834, ou por causa de atos violentos que se seguiram relacionados aos movimentos que levaram à proclamação da República em Portugal, em 05 de outubro de 1910.

Por volta de 1925 estavam emprestados à Biblioteca Nacional de Lisboa, onde foram lidos e copiados por Pedro de Azevedo.

Quem nos conta essa história é Serafim da Silva Neto (1956), ilustre filólogo brasileiro, no seu livro *Textos medievais e seus problemas*.

Alguns anos mais tarde, o também filólogo e linguista Nelson Rossi nos informa que esses textos foram adquiridos pelo erudito professor Silva Neto que os teria trazido para o Brasil em 1950.

Em 1964 foram vendidos pela viúva do professor Serafim, a Sra. Cremilda de Carvalho e Silva, à Universidade de Brasília (UnB).

Nesse mesmo ano, um dos documentos foi levado para restauração na Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, e os outros dois seguiram para Universidade Federal da Bahia aos cuidados do Prof. Nelson Rossi.

Em 1972 os manuscritos são levados novamente à Universidade de Brasília em razão da inauguração do atual prédio da sua Biblioteca Central (BCE), onde permanecem até hoje sob os devidos cuidados que recomendam sua importância.

Infelizmente, entre os "mais de 200 fólhos" mencionados por Silva Neto e os que a Universidade de Brasília dispõem hoje, faltam algumas dezenas. O recibo de compra dos

documentos não especifica a quantidade de fólhos adquirida, mas atualmente, restam apenas 168 fólhos e meio.

Os manuscritos aos quais nos referimos são escritos em português arcaico e configuram um tesouro histórico e linguístico incomparável posto representarem, em terras brasileiras, os primeiros monumentos da Língua Portuguesa e trazerem toda a carga da cristandade lusitana que tanto influenciou a formação da nossa sociedade.

Durante essa estada no Nordeste, esses mesmos manuscritos influenciaram, diretamente, na composição de dois núcleos de pesquisa consolidados na Universidade Federal da Bahia, nas áreas de Filologia e Linguística histórica, gerando diversos estudos sobre eles e a edição de dois dos documentos. Na Universidade de Brasília também são importantes fontes históricas exploradas pelos diversos cursos que ela mantém, mas principalmente atendendo ao Programa de Estudos Medievais do Departamento de História.

A origem exata de sua produção é ainda desconhecida, mas a tese que prevalece, baseada em referências de catálogos da biblioteca medieval do Oratório de São Clemente das Penhas, em Leça da Palmeira, Portugal, é de que sejam oriundos de algum mosteiro ao norte de Portugal, nas proximidades de Braga.

Os documentos/monumentos medievais – os famosos "manuscritos medievais da UnB" – são o fragmento de oito fólhos e meio do *Livro das Aves*, 79 fólhos dos *Diálogos de São Gregório* e 81 fólhos do *Flos Sanctorum*. Pensando em difundir e dar a conhecer a um público mais amplo os manuscritos medievais da UnB, os documentos se encontram agora acessíveis através do site da Biblioteca Central da universidade, no endereço <http://bdce.unb.br>.

Assim, o leitor deste número especial terá acesso aos textos que abordam desde os aspectos mais exteriores dos documentos até análises mais aprofundadas das características internas dos três manuscritos.

Saul António Gomes, investigador da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, parte do universo da codicologia na qual se insere o livro religioso medieval em território português para tecer considerações relativas aos três manuscritos medievais pertencentes a Universidade de Brasília. Segundo o historiador português, "os manuscritos medievais da UnB não intermedeiam um texto originariamente em latim, mas antes um texto traduzido em língua portuguesa para melhor compreensão dos leitores a que se destinavam".

Américo Venâncio Lopes Machado Filho, pesquisador do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, afirmando serem os manuscritos medievais da UnB os documentos mais antigos escritos em língua portuguesa existentes no Brasil, discute aspectos

linguísticos como comprobatórios do valor maior desses manuscritos, qual seja, a possibilidade de representarem a variação e os processos de mudança culturais ao longo da história refletidos nos aspectos da memória linguístico-literária, ainda livre das amarras normativas.

Cláudia Costa Brochado, também do Programa de Estudos Medievais da Universidade de Brasília, apresenta uma possibilidade de análise dos manuscritos medievais da UnB em sala de aula como fonte documental para compreender melhor a Idade Média e faz isso através do exemplo bem-sucedido de análise das personagens femininas, como Benedita e Pelágia do *Flos Sanctorum*.

Maria Aparecida Torres Morais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, investiga a ocorrência de possessivos na língua portuguesa do séc. XIV e no português brasileiro contemporâneo considerando a distribuição do pronome *seu* pré-nominal na relação com outras estratégias de expressão da posse a partir do estudo do texto presente nos fólios do *Flos Sanctorum*. As conclusões da pesquisadora corroboram com as características inovadoras do português do Brasil.

Heloisa Salles, Rozana Naves e Eloisa Pilati, pesquisadoras do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, trazem mais uma possibilidade de análise linguística dos documentos. Contextualizando a socio-história do português brasileiro, a partir dos *Diálogos de São Gregório*, a investigação das orações reduzidas de infinitivo no português arcaico que apresentam, demonstra que, "a despeito das propriedades inovadoras em relação ao sistema pronominal e flexional, o infinitivo flexionado se mantém produtivo nessa língua".

Todos estes temas e debates acerca dos três manuscritos medievais da Universidade de Brasília nos levam a fazer, a exemplo de Machado Filho em seu artigo aqui apresentado, uma justa homenagem "às memórias de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Nelson Rossi e a todos os que contribuem para a preservação e divulgação de espólios documentais e, em especial, dos Manuscritos Serafim da Silva Neto".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ROSSI, Nelson *et al.* *Livro das Aves*. Edição crítica, introdução e glossário. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

SILVA NETO, Serafim. *Textos medievais e seus problemas*. Rio de Janeiro: MEC; Casa Rui Barbosa, 1956.

UM MONUMENTO TRECENTISTA: A HERANÇA LINGUÍSTICA DOS
MANUSCRITOS SERAFIM DA SILVA NETO

A TRECENTIST MONUMENT: THE LINGUISTIC HERITAGE OF *SERAFIM
DA SILVA NETO'S MANUSCRIPTS*

Américo Venâncio Lopes Machado Filho

Professor da Universidade Federal da Bahia, Brasil

Pós-Doutorado Universidade de Coimbra, UC, Portugal

Doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia, Brasil

Capes/Proc.: 88881.119211/2016-01

e-mail: americovenancio@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7584-0598>

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.19307>

Recebido em 18 de setembro de 2018

Aprovado em 19 de fevereiro de 2019

RESUMO:

O *Livro das Aves*, os *Diálogos de São Gregório* e o *Flos Sanctorum* compõem, inegavelmente, um espólio monumental, a que a escrita e a solidificação histórica da língua portuguesa rendem vênua. Desviados do espaço original de produção na Idade Média portuguesa, transportaram, do século XIV para o presente, uma língua no silêncio velado do pergaminho e, desde 1950, constituem-se nos documentos mais antigos escritos em língua portuguesa existentes no Brasil. Considerando ser próprio a monumentos não apenas representar uma história cristalizada às confluências e defluências sociais, mas especialmente permitir a apreensão dos movimentos e dos contornos das sociedades que os constroem, servindo-se-lhes funcionalmente de forma retroalimentadora, discutem-se neste trabalho alguns aspectos linguísticos que comprovam o valor maior desse espólio documental, que reside na possibilidade de representarem a variação e os processos de mudança em sua integridade histórica, ou seja, evidenciarem a tão necessária e propagada diversidade ou diferença, sem os disfarces e controles de uma norma padrão que ainda se encontrava, àquela altura de sua produção, embrionária. A memória linguístico-literária, que comportam, cumpre devidamente esse papel e revela a vivacidade de fenômenos da língua, cujas regras e padrões não se apagaram e continuam a se propagar no português brasileiro, como têm evidenciado as diversas pesquisas em Linguística Histórica que se têm realizado com base nesses documentos, no Brasil e no exterior.

Palavras-chave: Monumento linguístico; Manuscritos Serafim da Silva Neto; Livro das Aves; Diálogos de São Gregório; Flos Sanctorum.

ABSTRACT:

Livro das Aves, *Diálogos de São Gregório* and *Flos Sanctorum* undoubtedly comprise a monumental treasure, to which the writing and the historical solidification of the Portuguese language yield meaning. Diverted from the original space of production in the Portuguese Middle Age, they transported, from the 14th century to the present, a language in the veiled silence of parchment, and since 1950, such documents are the oldest written in Portuguese language in Brazil. Considering that monuments not only represent a crystallized history consisted of social confluences and non-

confluences, but, especially, allow the apprehension of the movements and the contours of societies that construct them, some linguistic aspects are therefore discussed in order to prove the greater value of this documental collection, resting on the possibility that such documents represent the variation and the change processes in the historical constitutional procedures of the Portuguese language, during a period when the controls of a standard norm was still in an embryonic stage. The linguistic-literary memory they carry reveals the vivacity of language phenomena, whose rules and standards have not disappeared but continue to propagate in Brazilian Portuguese, as evidenced by the several researches in Historical Linguistics based on these documents, in Brazil and abroad.

Keywords: Linguistic monumento; Serafim da Silva Neto's Manuscripts; Livro das Aves; Diálogos de São Gregório; Flos Sanctorum.

INTRODUÇÃO

Os traços sêmicos de 'grandiosidade', 'história', 'imponência', 'importância', 'sobrevivência', associáveis a ainda tantos outros que a memória pudesse interpor, concorrem para a composição arquilexemática que a língua portuguesa tem cristalizado no vocábulo *monumento*.

De vitalidade lexical talvez ainda não ameaçada em sua perenidade pelos neologismos – não obstante tão sempre bem-vindos, que se diga, e maravilhosamente próprios à dinâmica dos processos de mudança linguística –, tem esse conceito, há séculos, se solidificado na sociedade e se consubstanciado na língua, representando uma das mais altas aferições da perpetuação memorialística, desde os remotos latinos *monumentum* e seu plural *monumenta*, com seus sentidos originais de 'o que traz à memória' e 'lembrança e penhor de amor', aos arcaicos *muymento* ~ *moymento*, até aos contemporâneos, reconformados e reacomodados pela erudição da escrita, *monumento*, *monumentos*.



Figura 2 - Nuvem de semas de *monumento*.

Mas, como diria Paulo Freire, “estética e ética se dão as mãos” e, para além da “precisão rigorosa do pensamento e (...) respeito à verdade”, não se pode esquecer da “boniteza da expressão” (FREIRE, 2001, p. 81-82). Assim, se foi delineando, na composição dessa ideia, um outro tipo de zelo, uma demanda quiçá um pouco mais arrojada e perigosa, que incorporasse justificativas menos racionais, mas tão efetivamente válidas. Afinal, todos sabem que nem só de frias análises do pensamento vive o homem. E como bem disse Fernando Pessoa:

Todos haviam de ter
 No fundo do pensamento
 A novidade de haver
 Um cantar velado e lento. (PESSOA, 1973, p. 59).

Então, jamais se pôde esquecer, como professor, o verdadeiro deslumbramento que se presenciou de alguns alunos da graduação e da pós-graduação da Universidade Federal da Bahia quando, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de ter em mãos esses manuscritos, de mais de seiscentos anos, em uma visita de pesquisa à Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca da Universidade de Brasília, nos idos dos anos 2000. Pareciam aqueles jovens estar diante da própria memória que até então julgavam desconhecer.

E, na sequência do processo de rememoração, desvio tão próprio aos homens e mulheres da área de Letras, pelo que de antemão pede-se desculpa por algum tipo de

exagero, veio, inopinadamente, logo à mente mais um pouco de “boniteza”, na forma de alguns versos do *Soneto de Fidelidade*, de Vinícius de Moraes:

De tudo ao meu amor serei atento
 Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto
 Que mesmo em face do maior encanto
 Dele se encante mais meu pensamento (MORAES, 1960, p. 96).

Ora, como tão bem dissera Bernardo Soares, conhecido heterônimo pessoano, que é a literatura “a arte casada com o pensamento”(SOARES, 1982, p. 520), julgou-se poder propor juntar a *monumento*, nessa linha de raciocínio, os léxicos *atento*, *tanto*, *encanto* ao já essencialmente preconizado ponto de partida de análise, o *pensamento*, não apenas pela rima que comportam, senão pelo valor humano que representam.

E, por mais estranho que algo sempre *tanto* surpreenda o mais *atento pensamento* dos homens, sem uma razão que se possa logicamente verificar, os quatro versos do poema de Vinícius de Moraes, processados no Wordcloud indicaram uma única palavra central, tão insólita e desconexa ao cenário com que se estava a trabalhar que pairou como a visão de um assombro: *amor*.

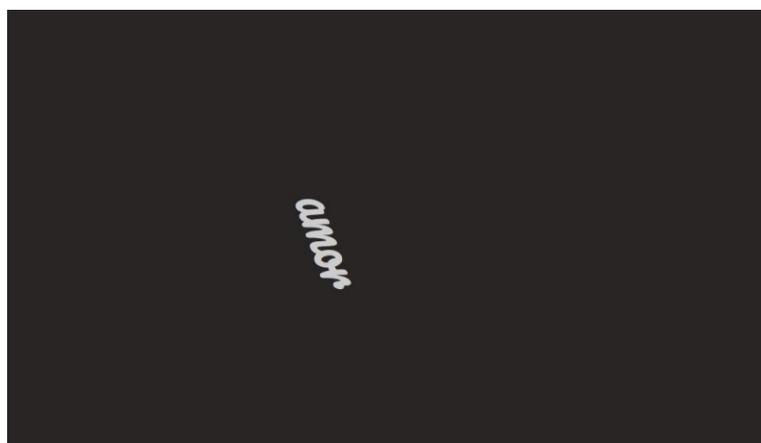


Figura 3 - Nuvem da estrofe de *Soneto de Fidelidade*.

Sem se poder tão rapidamente esquecer uma possível coincidência com a carga sêmica de ‘lembança e penhor de amor’ que motivava a existência lexical de *monumentum*, no distante latim, no início desta fala revelada, viu-se tratar-se de um erro o estranho resultado da nuvem, conquanto nem por isso menos admirável, e que adviria evidentemente de algo relacionado ao processamento de dados. Considerando ser, mesmo

que poeticamente, tão arriscado associar essa palavra ao raciocínio que se pretendia desenvolver, repetiu-se o procedimento, chegando a uma nuvem mais real, conquanto – que se revele – decepcionantemente morna.

Mas, no terreno das elucubrações infundáveis da mente de um linguista, coube, desta feita, ao Wordcloud, inserir, *par hazard*, os vocábulos *sempre* e *atento* nos limites superior e inferior da nuvem.



Figura 4 - Nuvem da estrofe de *Soneto de Fidelidade* reprocessada.

E aí recrudesciu, nessa altura, a ideia de *monumento* associada à preocupação sobre a relativa perpetuidade das coisas, a que antes se vinculava o traço semântico ‘*sobrevivência*’ e a atenção que se lhe deve dedicar, nesse âmbito de análise. A preocupação quanto à preservação desses manuscritos é grande – sabe-se – e já havia sido tópico de comunicação no III Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), em 2003 no Hotel Glória no Rio de Janeiro, tendo da discussão participado nomes expoentes do cenário da Linguística nacional.

Foram, nessa oportunidade, apresentados relatos sobre as reais condições de conservação desses documentos, inclusive indicações para limitação de acesso e manuseamento a serem impostas, em razão do estágio de degradação de alguns fólios, especialmente no que concerne ao *Livro das Aves*, e ao perigo de se misturarem folhas dessas obras, como se identificou em uma das visitas realizadas, em que, para além da desordem de alguns cadernos, havia fólios dos *Diálogos de São Gregório* inopinadamente

inseridos no *Flos Sanctorum*. O trabalho apresentado foi publicado em 2004, na revista *Filologia e Linguística Portuguesa*, da USP, embora com muito tímidas considerações finais. Advertiu-se:

Embora estejam hoje depositados em um cofre climatizado na Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, parecem merecer melhores cuidados nas condições de seu arquivamento (MACHADO FILHO, 2004, p. 49).

Espera-se, portanto, que essas condições tenham-se alterado em prol de lhes assegurar a maior longevidade possível.

E, como alento, recorre-se novamente à poesia e à memória dos livros “que sabem de cor / milhares de poemas”¹. Foi Vinícius de Moraes que, em outra imponente obra, marcou a ferro o tão conhecido conceito de “enquanto-dure” (MORAES, 1960, p. 96), condicionando, paradoxalmente para *sempre*, a eternidade das coisas. E, inobstante a sobrevivência de meia dúzia de séculos desses monumentos e os riscos futuros do fado material do *Livro das Aves*, dos *Diálogos de São Gregório* e do *Flos Sanctorum*, será sempre a perpetuidade mesmo um paradoxo com que se terá de lidar, como tem recorrido o homem ao encanto e ao pensamento com o fito de conjugar marcos e padrões para a sua história e para justificar a ideia de monumento.

Não obstante, Carlos Drummond de Andrade já havia advertido, através da fala de seu personagem, um quase filósofo – que se diga –, que “não se deve plagiar a eternidade” (ANDRADE, 1985, p. 20).

O *Livro das Aves*, os *Diálogos de São Gregório* e o *Flos Sanctorum* compõem, condicionados à cruel realidade de “enquanto-durem”, um espólio inegavelmente monumental, a que a escrita e a solidificação histórica da língua portuguesa rendem vênua.

Podendo ser considerados, *mutatis mutandis*, *ooparts* (*out of place artifacts*), se se utilizar o termo cunhado por Ivan T. Sanderson – controverso criptozoologista do século XX –, os Manuscritos Medievais da UnB, que se insiste em chamar de os *Manuscritos Serafim da Silva Neto*, desviaram-se do espaço original de produção, transportaram uma língua adormecida no silêncio velado do pergaminho e desde 1950 invadiram outra dimensão do tempo.

¹ Leminsky, Paulo. *M de memória*. Captado em: <<https://www.livrariacultura.com.br/p/livros/literatura-nacional/poesia/melhores-poemas-de-paulo-leminski-58530>>. Acesso: 27/04/2018.

Quando foram trazidos para o Brasil, mereceram de seu *importador* o seguinte resumo de sua história recente:

A história desses códices é simples. Alguns anos antes de 1925 o Dr. Jorge de Faria, ilustre intelectual português, adquiriu em Vila do Conde, pouco mais de duzentas folhas soltas de pergaminho, oriundas certamente do desbarato dalgum mosteiro ou casa religiosa, ou por causa da extinção das Ordens, em 1834,² ou por causa dos atos violentos que se seguiram aos acontecimentos de 1910.³ Daí passaram às mãos do atual proprietário [ou seja, o próprio Serafim da Silva Neto] (Silva Neto, 1956, p.105-106).

Data venia a Silva Neto, não é tão simples assim a verdadeira história desses monumentos nem satisfatória sua explicação. Sobre isso, caberia ainda muito a dizer, sobretudo por se tratar de patrimônio cultural, originalmente português.

Sabe-se, entretanto, que em 1964 foram vendidos pela viúva de Serafim da Silva Neto, dona Cremilda, após o precoce falecimento do eminente linguista, aos 42 anos, à UnB e nessa universidade até hoje permanecem. Registre-se que couberam ao professor Nelson Rossi, antigo catedrático de Língua Portuguesa da Universidade Federal da Bahia a iniciativa de aquisição, o processo de negociação e a perigosa conquanto justificada atitude de os subtrair de Brasília, logo após o golpe militar de 1964, levando-os consigo para Salvador. Esses manuscritos estiveram com ele por oito anos, até 1972, ano do quarto centenário de publicação de *Os Lusíadas*, quando só então retornaram à UnB.

Note-se que muitas dessas mais de 200 folhas referidas por Silva Neto ou não chegaram ao país, ou aqui se perderam, haja vista o *Flos Sanctorum* ser constituído, hoje, de 81 folhas⁴, os *Diálogos de São Gregório*, de 79, e o *Livro das Aves*, o que entre todos se encontra em estado de deterioração mais avançado e mais fragmentário, algo em torno de dez por cento dos outros dois, contando com apenas 8 folhas e meia. Perfaz o conjunto um total de 168 fólhos e meio, escritos dos dois lados.

² Essa data refere-se à restauração, por dom Pedro IV de Portugal (dom Pedro I do Brasil) em favor de dona Maria II, sua filha, do trono português, que se encontrava em poder de dom Miguel. José Joaquim Nunes (1925:231) dá como data da extinção das ordens religiosas o ano de 1853.

³ Esses acontecimentos relacionam-se com os movimentos que culminaram com a proclamação da República em Portugal no dia 5 de outubro de 1910.

⁴ Existe mais um fólho, o de número 78, que se julgava pertencer ao conjunto do *Flos Sanctorum* em função da numeração moderna nele inserida, mas que foi devidamente identificado pelo professor Nelson Rossi como parte integrante dos *Diálogos de São Gregório*, corrigindo-se o equívoco da numeração moderna.

Mas não é intenção discutir a história desses manuscritos, senão algumas características linguísticas que os distinguem como um monumento inestimável, fazendo-os funcionar como testemunhas-chave do processo de constituição histórica da língua portuguesa. Aliás, língua não se conhece. Reconhece-se.

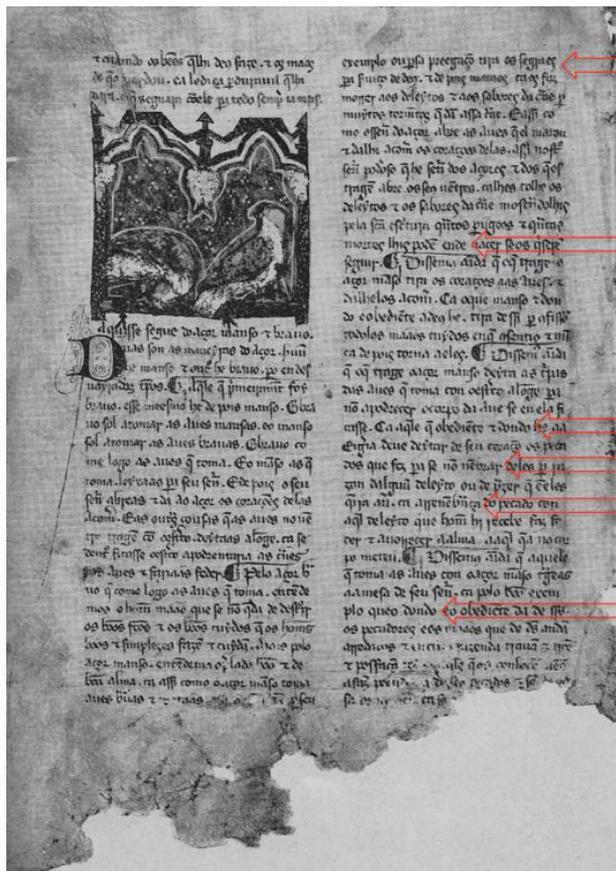
A FORTUNA LINGUÍSTICA DESSES MONUMENTOS

Machado Filho disse certa feita que, por “mais *nevoento* ou mortal que se vislumbre o cenário da existência humana a que se atrela qualquer língua, mais sobrevivente tem sido a palavra como suporte a essa história” (Machado Filho, 2014, p.13).

Os *Manuscritos Serafim da Silva Neto (MSSN)* são prova disso. O espólio lexical desse conjunto monumental surpreende e tem alimentado pesquisas em diferentes áreas do conhecimento e, especificamente na área de Letras, investigações de natureza sobretudo lexicográfica ou morfossintática, de viés histórico-variacional, no Brasil e fora dele.

O papel de depositário do léxico, no que concerne à contribuição de etimologia latina e românica, é evidente e prolífico, tendo-se constituído em excelente fonte de composição de vocabulários históricos da língua portuguesa, e, inclusive, servido principalmente dois dos três documentos, o *Flos Sanctorum* e os *Diálogos de São Gregório*, pela sua extensão, de base principal para a construção do primeiro *Dicionário Etimológico do Português Arcaico*, período temporal da taxionomia linguística que efetivamente representam.

Não menos importante tem o *Livro das Aves* oferecido dados significativos para estudos de diferentes áreas do conhecimento e, ainda, para a nova edição do referido *Dicionário*. É com esse belíssimo manuscrito que se pretende iniciar a observação de alguns fatos linguísticos representativos do período arcaico da língua portuguesa. Veja-se a Figura 5, que ora se apresenta.



- segraes (< *segre* [< fr. ant. *siegle* < lat. *saeculum*] + -al)
- ende (< lat. *inde*). 'pronome anafórico'.
- dondo (< lat. *domitus, a, um*). 'dócil'; 'manso'; 'mal-assado'.
- nẽbrar (< lat. *memorare*).
- rrenẽbrança (< *re* + *nembrança*).
- dondo (< lat. *domitus, a, um*). 'dócil'; 'manso'; 'mal-assado'.

Figura 5 – Exemplos de elementos lexicais de étimo latino, românico e por derivação no *Livro das Aves*.

Entre esses itens, merece destaque o *ende*, com sua variante *en*, cujo desaparecimento representa uma mudança de ordem gramatical bastante relevante na história da língua portuguesa e que nos *Manuscritos Serafim da Silva Neto* são extremamente produtivos.

O *en/ende*, similar ao *en* francês contemporâneo, como nos exemplos *Vous parlez de la dernière exposition du Musée d'Orsay? – Non, nous n'en parlons pas* e *Est-ce que tu as acheté une nouvelle voiture? – Oui, j'en ai acheté une pour ma mère*, era também de presença obrigatória na língua, sob pena de tornar a sentença agramatical. Entretanto, hoje essa mesma construção mereceria uma resposta sem a necessidade de utilização de qualquer pronome, como em *Você comprou um carro novo? – Sim, comprei, para minha mãe*. É claro que isso se aplica ao português brasileiro mais efetivamente, já que no português europeu a regra para queda de pronomes em posição acusativa é diferente.

Não obstante, registra o conjunto de manuscritos, ainda, largo volume de unidades provenientes de outras etimologias, a exemplo do árabe, de línguas germânicas e de diferentes línguas românicas.

Quanto à influência árabe na língua portuguesa, a cujo processo de adjacência linguística chama de “aluvião”, afirma Joseph-Maria Piel:

Entre os elementos que, nas épocas obscuras em que se foi constituindo o Idioma, vieram avolumar o património vocabular latino, não há nenhuns que, quantitativa e qualitativamente, se possam comparar com aqueles, cuja aceitação se deve ao convívio e relações culturais das populações hispânicas com as muçulmanas. O «superstrato» árabe revela-se, com efeito, incomparavelmente mais avultado que o visigodo, pois abrange praticamente todos os sectores da vida material. Contam-se por várias centenas os vocábulos árabes, comuns, regionais ou antigos, que o português, antes ainda de merecer este nome, fez seus, adaptando na medida do possível os sons da língua semita ao sistema fonológico próprio. Por muito importante que seja, esta contribuição limita-se, na verdade, quase exclusivamente, a substantivos, sendo virtualmente inexistentes expressões respeitantes a qualidades morais e outras noções abstractas (Piel, 1989, p. 10).

A que se pode acrescentar:

A permanência, de mais de cinco séculos, da cultura extremamente prolífica e versátil dos árabes, naquela parte ocidental da Península Ibérica, deixou marcas indeléveis no léxico, tendo sido transportadas para as diferentes regiões em que Portugal construiu seu império extrativista e comercial, a partir do século XV. Estima-se que haja nos dicionários de português algo em torno de mil itens lexicais de étimo árabe, ainda hoje (Machado Filho, 2013, p.62).

Nos *MSSN*, identificam-se inúmeros exemplos, entre os que abaixo se apresentam:

achac[ar] – v. (ár. de *achaque* [este, do ár. *ax-xaqqiyya*). ‘queixar-se’. || IPP3 [xiv/flos/81vc2]: Entõ el **achacou**-se aa boa dona e disse-lhe.

açoute(s) – sm. (< ár *as-sawt*). ‘instrumento utilizado para punição ou flagelo’. [xiv/flos/19vc2]: e tiinha huum bagoo na mão douro e nooso e em cima huum **açoute**. [xiv/ldav/xxi19]: Bem assi o ffilho de Deus que he nosso cedro quando foy corto per testemunhos falsos e per **açoutes** e pelos clavos con que foy pregado na cruz. [xiv/flos/36rc2]: huma noyte dormindo em seu leyto, apareceu-lhi a gloriosa sancta olalha e deu muytos **açoutes** em sas costas’.

afaagar ~ afagar – v. (< ár. *hafala*). ‘dar atenção’; ‘acariciar’. || INF [xiv/flos/21vc2]: e como fez aa besta de gram crueza conhecer seu furto e haver vergonça e, chamada, viirr a amerger a cabeça e leixou-se **afaagar**. [xiv/dsga/37-128]: E quanto o mundo nos mais **afagar** con as cousas

deleitosas que á, tanto o nós mais devemos a despreçar pois veemos que nos mente con aquilo que nos promete. || G [xiv/flos/46vc2]: E abraçando-o muyto e **afaagando**-se pera fazer mal com ele.

aldeia ~ **aldeya** ~ **aldea** – sf. (< ár. *al-day'a*). ‘pequeno povoado’. [xiv/dsga/23-2]: Contou ainda San Gregorio que aquesta madre de San Bonifacio criava sas galinas en huum logar apartado daquela casa en que morava e huma raposa soia a viir duma **aldeia** para a outra que hi estava mui chegada e comia-lhas. [xiv/flos/46vc1]: E havia huum sergente que o servia que morava em huma **aldeya** preto dele. [xiv/flos/46vc1]: Queres yr a aquela **aldea** chamar o nosso sergente que nos traga aquelas cousas que mester havemos?

aljoufar – sm. (< ár. *al-jawbar*). ‘pérola’; ‘lágrima’. [xiv/flos/17vc2]: E yam ante ela e depos ela muy grandes companhas de meninhos e de meninas muy fremosas, que outrossi yam muy bem guarnidos e guarnidas, ca todos tragiam muytos panos e sartas e vincos e brochas e anees douro e de prata e d'**aljoufar** e de pedras preciosas. E com sabor delas, yam hi seus amigos, que se ñ avondavam de as veer.

ata – prep. (< ár. *batta*). ‘até’. [xiv/flos/72rc2]: Se pesseverares **ata** a cima, naquesta morada te receberey eu. [xiv/dsga/5-49]: Assi como ora eu ouvi **ata** aqui, a min semelha que en vão cuidava eu que en terra de Italia non avia padres santos que fezessem miragres e maravilhas. [xiv/ldav/xix-19]: e crece cada dia de vertude en vertude pelas boas obras que faz **ata** que se vay pera a [gloria do] parayso.

cafizes – sm. pl. (< ár. *qafiz*). ‘cacifo’, ‘cacife’; ‘espaço para guardar coisas’; ‘cota de cada jogador’; ‘medida para secos’. [xiv/flos/3vc1]: ca saãem todos, em tempo de pã colher, a segar ou a servir por el, em alguma guysa, assy que o que chus pouco gaanha tres ou quatro **cafizes** som. Desto filham eles a mayor parte e dã-na a seus abades pera os pobres.

Uma análise mais atenta às abonações antes vistas permite identificar, para além dos léxicos em destaque, curiosos aspectos de diferentes níveis de análise linguística em que essas unidades se inserem. Observem-se as figuras na sequência e as observações que lhe são imputadas.

'exemplo de regra de mudança fônica do latim para o português, em que se verifica a sonorização de surda intervocálica e a tão conhecida queda do <l>, também intervocálico', com manutenção de hiato' [< lat. *baculum*] 'bastão'.

'exemplo de queda de sonora intervocálica' [< lat. *nodosus*] 'com nós'.

açoute(s) – sm. (< ár. *as-sawt*). 'instrumento utilizado para punição ou flagelo'. [xiv/flos/19vc2]: e tiinha huum bagoo na mão douro e nooso e em cima huum **açoute**. [xiv/ldav/xxi19]: Bem assi o ffilho de Deus que he nosso cedro quando foy corto per testemunhos falsos e per **açoutes** e pelos clavos con que foy pregado na cruz. [xiv/flos/36rc2]: huma noyte dormindo em seu leyto, apareceu-lhi a gloriosa sancta olalha e deu muytos **açoutes** em sas costas'.

< ' exemplo de part. pass. irregular [part. pass. de *cortar*] [< lat. *curtare*].

< lat. *clavu(s)* 'prego'.

'forma átona clítica do possessivo feminino de terceira pessoa, que ocorre exclusivamente diante de substantivos e adjetivos, diferentemente da tônica *sua* [< lat. *suam*].

Figura 6 – Destaques linguísticos no verbete *açoutes*.

'forma átona clítica do possessivo feminino de terceira pessoa, que ocorre exclusivamente diante de substantivos e adjetivos, diferentemente da tônica *sua* [< lat. *suam*].

aldeia ~ aldeya ~ aldeia – sf. (< ár. *al-day'a*). 'pequeno povoado'. [xiv/dsga/23:2]: Contou ainda San Gregorio que aquesta madre de San Bonifacio criava sas galinas en huum logar apartado daquela casa en que morava e huma raposa soia a yiir duma **aldeia** para a outra que hi estava mui chegada e comia-lhas. [xiv/flos/46vc1]: E havia huum sergente que o servia que morava em huma **aldeya** preto dele. [xiv/flos/46vc1]: Queres yr a aquela **aldeia** chamar o nosso sergente que nos traga aquelas cousas que mester havemos?

'antes do processo de metátese para *perto*' [< lat. *prettus*].

'pronome anafórico, similar ao *y* do francês moderno, que começa a desaparecer do português entre os finais do século XIV e inícios do XV'.

'o verbo *vir* ainda na sua forma etimológica marcada pelo hiato < lat. *venire*'.

Figura 7 – Destaques linguísticos no verbete *aldeia*.

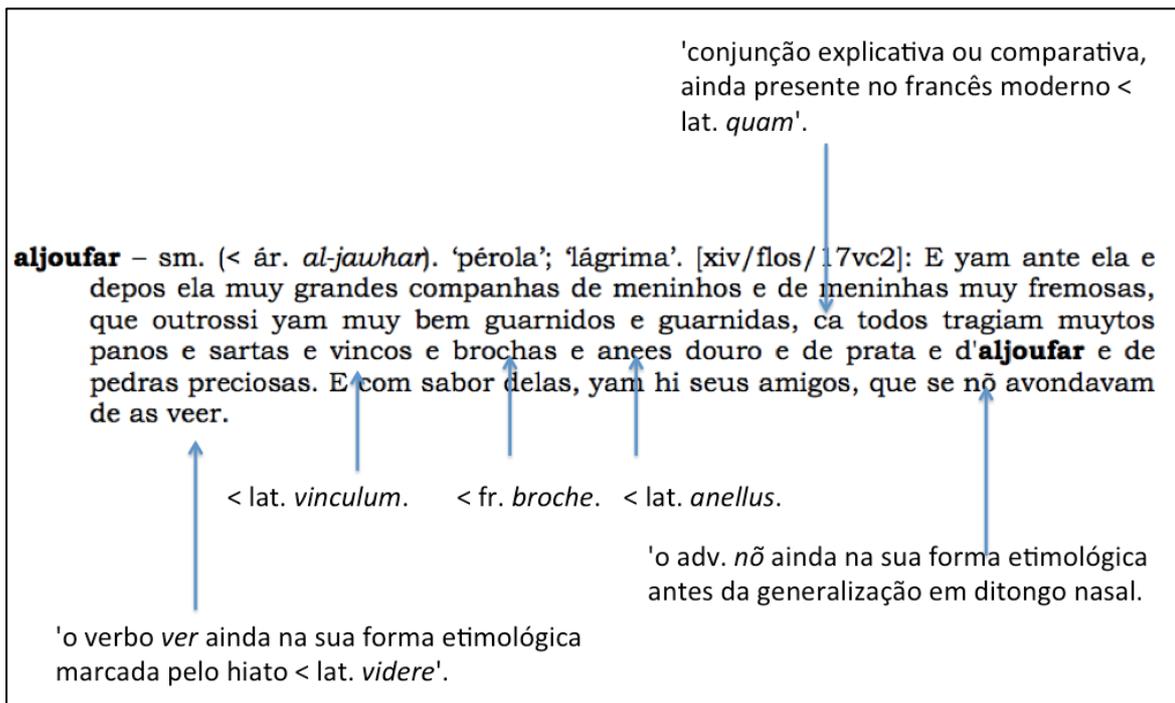


Figura 8 – Destaques linguísticos no verbete *aljoufar*.

Ademais, deve ser próprio a monumentos não apenas representar uma história cristalizada e, quiçá mesmo, asséptica às confluências e defluências sociais, mas especialmente permitir a apreensão dos movimentos e dos contornos da sociedade que os constrói, servindo-se-lhe funcionalmente de forma retroalimentadora, isto é, o monumento não deve ser visto apenas como um produto histórico, mas a representação de processos concorrentes e sucessivos, que se podem esguardar através da acuidade do olhar.

Isso demonstra a 'importância' e o 'valor' de monumentos linguísticos, expressos nesses dados, para a questão do ensino de língua portuguesa hoje e para a necessária tarefa de quebra de preconceito, principalmente em uma sociedade em que a língua transplantada se deparou com outras realidades linguísticas, indígenas e africanas, e às quais se deveria render tributo em seu presente. Lembre-se que essa transplantação se deu muito sem o controle da escolarização, cuja falta, neste país, é de valor monumentalmente histórico, pois reúne a falta de educação no Brasil os semas necessários para a composição da ideia de monumento: 'grandiosidade', 'história', 'imponência', 'importância', 'sobrevivência'. Que não mais haja homens e mulheres que o queiram preservar.

Entrementes, fenômenos como alguns dos observados nos *Manuscritos Serafim da Silva Neto* reforçam a noção de que o padrão linguístico é, como diria Fernando Pessoa, um

“desconforto da alma mal-entendendo” (Pessoa, 1977, p.365), já que o que se pode considerar como certo em um momento da língua pode vir a equivaler a um drástico motivo de rejeição sociolinguística em outro.

Se se revisitarem algumas ocorrências do verbete *cafizes*, abaixo, pode-se melhor interpretar essa questão.

'a metátese, isto é, a troca de posição de fonemas em sílabas ou dentro de um vocábulo, é o formato que sobrevive no português hoje (cacifo e cacife), sendo seu formato etimologicamente gerado (cafize), considerado um erro hodiernamente. Não obstante, as normas cultas rejeitam incondicionalmente formas como *tauba*, para *tábuá*, ou **Tranquedo*, para *Tancredo*'.

cafizes – sm. pl. (< ár. *qafiz*). ‘cacifo’, ‘cacife’; ‘espaço para guardar coisas’; ‘cota de cada jogador’; ‘medida para secos’. [xiv/flos/3vc1]: ca saãem todos, em tempo de pã colher, a segar ou a servir por el, em alguma guysa, assy que o que chus pouco gaanha tres ou quatro **cafizes** som. Desto filham eles a mayor parte e dâna a seus abades pera os pobres.

'o substantivo *pão*, grafado *pã*, seria hoje considerado um duplo erro linguístico, na forma fônica, que certamente mereceria críticas a seu falante, sobretudo se pertencente a minorias, assim como na forma escrita, conquanto corresponda à sua sincronia e esteja etimologicamente amparado' [< lat. *panis*].

'o emprego verbo *ser*, na forma *som*, na terceira pessoa do plural, sem o ditongo nasal que hoje o caracteriza, seria avaliado como erro linguístico, em ambas as modalidades da língua, não obstante sua etimologia' [< lat. *sunt*].

Figura 9 – Destaques linguísticos no verbete *cafizes*.

Os destaques apresentados tornam evidente que o valor ainda maior desse espólio documental reside na possibilidade de representarem os manuscritos a variação em sua inteireza histórica – se é que isso seja possível –, sem os disfarces e controles de uma norma-padrão que ainda se encontrava àquela altura embrionária. Embora não seja, obviamente, essa revelação uma exclusividade desses textos medievais, são os *MSSN* únicos no Brasil desse período, momento em que transitava a língua portuguesa entre a primeira e a segunda fase do período arcaico ou, como preferem alguns, em direção ao português médio, e em que nem sequer existia a ideia de um país tropical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo que se pôde depreender, os *Manuscritos Serafim da Silva Neto* constituem um verdadeiro espólio monumental da língua portuguesa e da representação do pensamento de uma época, nos limites em que se construía em Portugal uma nova dimensão política e social, com a ascensão de uma dinastia que viria estabelecer as bases para a grande aventura “por mares nunca dantes navegados”.

Essa foi uma época em que já se podiam ouvir histórias remotas em linguagem ou romance, que antes haviam sido apenas contadas em grego ou latim. Nos *Diálogos de São Gregório*, narrativa atribuída ao 66º papa da Igreja, Gregório Magno, “último da Baixa Idade Média” (Azevedo, 1789, p.122) e introdutor do cantochão, conhecido como canto gregoriano, em sua homenagem, vê-se, na estratégia de alegado diálogo que viria a travar com seu discípulo, curiosamente denominado de Pedro, dizer:



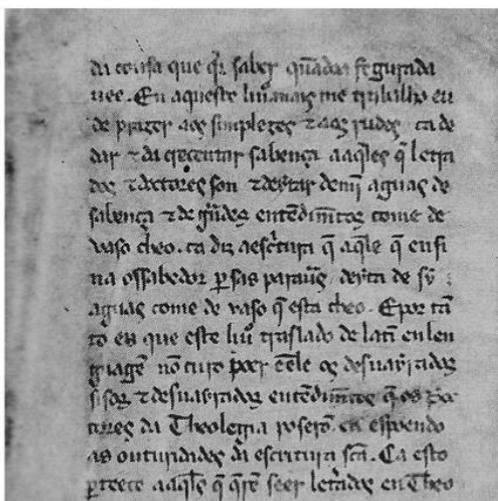
Figura 10 – Excerto do *Livro Segundo* dos *Diálogos de São Gregório* (f. 1).

E seu padre e sa madre enviaron-no pera Roma hu enviavan todos los filhos dos outros homens bõos naquel tempo, pera aprenderem as sete artes que chaman liberaes. (7) A primeira he a Gramatica que mostra en como homen pode falar ben e mal; (8) a segunda he a Logica que mostra per que carreiras homen pode viir mais aginha aa verdade e partir-se de falsidade; (9) a terceira he a Reitorica que mostra carreiras per que homen possa falar ben e aposto pera aver os corações dos juizes (...)

E todas estas sete artes chaman os letrados liberaes, porque fazem os corações daqueles que en elas estudan livres e quites dos cuidados do mundo.

Note-se que *cuidado* advém do adjetivo latino *cogitatus, a, um*, do verbo *cogitare*, cuja carga semântica se relaciona a ‘agitar no espírito’, ‘remoer no pensamento’. E aí reside todo o esforço da educação, para libertar.

Os *MSSN* surpreendem também, para além dos valores linguísticos, nas lições do *Livro das Aves*, traduzido do original latino *De bestiis et aliis rebus*:



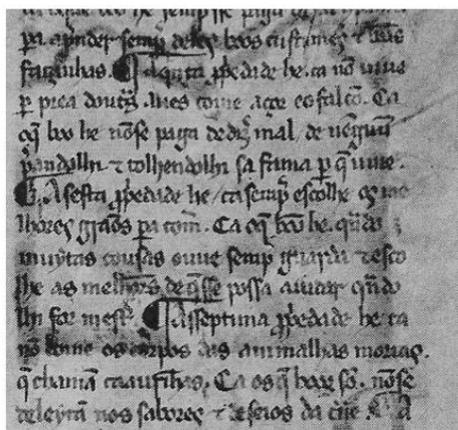
(...) mais me trabalho eu | de prazer aos
 simplezes e aos rudes / ca de | dar e da
 crecentar sabença aaqueles que letra |
 dos e doctores son e deytar de mĩ aguas
 de | sabença e de grandes
 entẽdimentos come de | vaso cheo . ca
 diz aescritura que aquele que ensi | na
 ossabedor per sas parauras / deyta de
 sy | aguas come de vaso que esta cheo
 (...).

LIVRO DAS AVES (f1rc1)

Figura 11 – Excerto do fólio 1rc1, do *Livro das Aves*.

E ainda em outro fólio:

(...) Ca oque bõõ he .
 quando muytas
 cousas ouue sempre
 guarda e esco | lhe
 as melhores de
 quesse possa aiudar
 quando lhi for
 mester (...).



LIVRO DAS AVES (f1rc2)

Figura 12 – Excerto do fólio 1rc1, do *Livro das Aves*.

Enfim, como reflexão final, extraído do *Flos Sanctorum*:

Huum frade preguntou
 hũũ mōge uelho ede gram
 sanctidade. edisselhi. que
 he oque salua ohomẽ.
 onome ou afama. ou
 aobra que faz. Eo mōge
 uelho respõdeu edisse.
 aobra que faz.

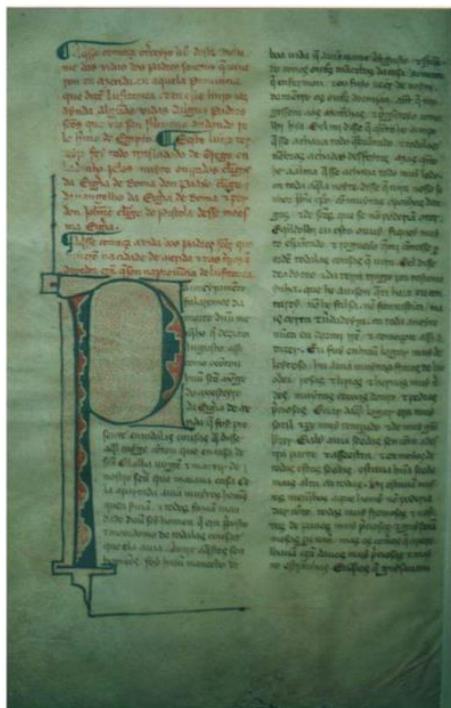


Figura 13 – Excerto do fôlio 27v, do *Flos Sanctorum*.

Opus factum est.

Este texto é dedicado às memórias de Rosa Virgínia Mattos e Silva & Nelson Rossi e a todos os que contribuem para a preservação e divulgação de espólios documentais, em especial dos *Manuscritos Serafim da Silva Neto*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Adalberto. *Dicionário de arabismos da língua portuguesa*. Lisboa: INCM, 2013.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Contos plausíveis*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985, p. 20.
- AZEVEDO, Joaquim de. *Chronologia dos summos pontífices romanos, extrahida dos melhores autores da história ecclsiastica*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1789.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio L. *Pequeno vocabulário do português arcaico*. Edfba/Editora UnB: Salvador/Brasília, 2014.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio L. *Um flos sanctorum trecentista em português*. Brasília: Editora da UnB, 2009.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio L. Três manuscritos medievais trecentistas em confronto: indícios paleográficos e linguísticos recorrentes e divergentes nos Manuscritos Serafim da Silva Neto, *Filologia e Linguística Portuguesa*, n. 6, p. 39-51, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. A mais antiga versão portuguesa dos Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório. Edição Crítica com Introdução e Índice geral das palavras. Tese de doutoramento. Orientação de Isaac Salum. Universidade de São Paulo, 1971.

MEIRELES, Cecília. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983.

MORAES, Vinícius de. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960.

PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1977.

PESSOA, Fernando. *Novas poesias inéditas*. Lisboa: Ática, 1973.

PIEL, Joseph-Maria. Origens e estruturação histórica do léxico português, *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 1989, pp. 9-16.

ROSSI, Nelson; Mota, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; Vera Sampaio. *Livro das aves*: edição e glossário. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

SOARES, Bernardo [PESSOA, Fernando]. *Livro de desassossego*. Lisboa: Ática, 1982.

***FLOS SANCTORUM* - O MANUSCRITO 01 DA BCE-UNB - NA SALA DE
AULA: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE**

***FLOS SANCTORUM* – THE MANUSCRIPT 01 OF THE BCE-UNB – IN THE
CLASSROOM: POSSIBILITIES OF ANALYSIS**

Cláudia Costa Brochado

Professora da Universidade de Brasília, Brasil

Pós-doutorado pela Universitat de Barcelona, Espanha

Doutora em História Medieval pela Universitat de Barcelona, Espanha

e-mail: claudiabrochado@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8322-623X>

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.26253>

Recebido em fevereiro de 2019

Aprovado em 14 de maio de 2019

RESUMO

A Universidade de Brasília (UnB) possui na Seção de Obras Raras de sua Biblioteca Central (BCE) um raro manuscrito medieval que fala da vida de santos e santas da tradição cristã, conhecido como *Flos Sanctorum*. Este trabalho apresenta algumas possibilidades de análise desse texto, fruto da minha prática docente, ao propô-lo como fonte documental para compreender melhor a Idade Média. Ao tratar da vida de figuras exemplares do cristianismo, mais especificamente, de personagens femininas, como Benedita e Pelágia, é possível aprofundar sobre aspectos importantes relativos à representação do modelo cristão. Sobre Benedita, analisarei dois elementos narrativos centrais: a cela como espaço de proteção física feminina e o compromisso matrimonial. Quanto a Pelágia, apresentarei também dois exemplos: a mulher que goza de riqueza e liberdade e seu processo de purificação.

Palavras-chave: *Flos Sanctorum*; Manuscritos Medievais da UnB; Santa Benedita; Santa Pelágia; Hagiografia.

ABSTRACT

The University of Brasília (UnB) possesses a rare medieval manuscript in the Rare Books Section of its Central Library (BCE). This document, known as *Flos Sanctorum*, talks about the lives of saints in a Christian tradition. This article presents some possibilities of analysis of this manuscript that are the result of my teaching experience towards to a better understanding of the Middle Ages. Through the exemplar lives of Christians, specially feminine characters – as Benedita and Pelagia - it's possible to examine some important aspects related to the representation of the Christian model. With respect to Benedita I will analyze two central narrative elements: the cell as a physical space of feminine protection and the matrimonial commitment. In relation to Pelagia I will present also two examples: the woman that has wealth and freedom and her purification process.

Keywords: *Flos Sanctorum*; Medieval Manuscripts of the UnB; St Benedita; St Pelagia; Hagiography.

INTRODUÇÃO

Em meu ofício de professora de história da Idade Média tenho o hábito incluir fontes documentais como material a ser trabalhado em sala de aula. Nas disciplinas obrigatórias, como História Medieval 1 e História Medieval 2, sempre há entre os itens da avaliação um exercício com fontes primárias medievais, o qual costuma despertar preocupação e ansiedade em meus alunos e alunas, principalmente - dizem eles e elas - por não terem familiaridade com essa prática. No entanto, pelos seus relatos, após concluída a tarefa, a satisfação é o que predomina, principalmente, por poderem exercer na prática o ofício de historiador/historiadora.

Os campos teóricos que orientam minhas pesquisas relacionam-se à especificidade da experiência feminina na história, com destaque para a teoria da diferença sexual. Assim, como professora, procuro incluir as mulheres nos grandes temas que abarcam a Idade Média, tratados nas disciplinas obrigatórias citadas, bem como em temas mais específicos, quando a experiência das mulheres no período é trabalhada de forma mais aprofundada em disciplinas optativas. Em ambos os casos o trabalho com fontes primárias medievais é fundamental.

Os documentos históricos estão cada dia mais acessíveis, devido aos recursos tecnológicos disponíveis. No entanto, o contato direto com os documentos desperta em nós, historiadores e historiadoras, um fascínio especial que nenhum meio digital pode oferecer. Sobretudo para nós, medievalistas, que podemos passar horas ou dias tentando decifrar, em um manuscrito, aquilo que até então nenhum paleógrafo logrou. Ter contato físico com uma fonte primária é como voltar ao tempo do documento, tanto pela textura do pergaminho ou do papel, como pelo cheiro que dele emana e pela visão que descobre seus mais preciosos detalhes.

Os documentos medievais que se encontram no acervo da BCE-UnB são, assim, de profunda riqueza também porque possibilitam essas experiências, ao aliar à análise do rico conteúdo desses textos a possibilidade única de contato físico com manuscritos medievais de grande valor.

Neste trabalho procuro apresentar as possibilidades de se utilizar esse material como instrumento didático, com base em um dos manuscritos medievais da UnB: uma vida de santos, o nosso *Flos Sanctorum*.

O MANUSCRITO 01 DA BCE-UNB - *FLOS SANCTORUM*

Podemos dizer que o Manuscrito 01 (MS 01- BCE/UnB) é, entre os três manuscritos medievais do acervo da BCE, o de mais fácil acesso, principalmente pelo importante trabalho, realizado pelo prof. Américo Venâncio Machado Filho, de transcrição do manuscrito e de sua edição crítica, publicada pela editora da UnB, em 2009.¹ Atualmente, o MS 01 encontra-se também completamente digitalizado e disponível online no site da BCE-UnB.²

Datado no XIV, esse é um documento que fala sobre a vida de santos e santas, ou seja, tem caráter hagiográfico, um estilo textual bastante comum na Idade Média, com relatos sobre a vida de figuras exemplares do cristianismo, fundamentais na construção da tradição cristã. A canonização desses homens e mulheres nos mais diversos tempos da história cristã reconhece suas experiências religiosas como exemplar e digna de devoção.

No século XII acentua-se um movimento de renovação espiritual que reforça a importância desses exemplos oriundos do passado cristão, uma renovação própria da dinâmica medieval, que encontra seus argumentos de autoridade no passado, na tradição sempre revisitada. Essa tradição renovada refere-se à busca dos ideais evangélicos próprios do cristianismo primitivo, o cristianismo dos primeiros tempos. No processo de separação entre clérigos e leigos, próprio desse momento de renovação, a *ordo* clerical - religiosos e religiosas - deve se inspirar nesses exemplos do passado. A sociedade cristã deve segui-los, inspirando-se em ambos, nos do passado - grande parte deles e delas mártires na defesa do cristianismo -, e nos do presente, responsáveis agora por guiar a sociedade cristã. O movimento de renovação espiritual indica a necessidade de que o exemplo de cristão tenha os mesmos elementos que glorificaram aqueles que antes deram sua vida pelo cristianismo: a renúncia aos prazeres do mundo e a afirmação do ideal de pobreza. Esses ideais passam, assim, a inspirar os leigos, sendo o exemplo um elemento fundamental nesse processo. O *Flos Sanctorum* inscreve-se nesse contexto. Em termos formais, é um texto escrito em língua vernácula, o português medieval, o que também sugere a preocupação por divulgar e popularizar os santos e santas e suas vidas exemplares.

¹ Esta será a edição utilizada neste trabalho: Machado Filho, 2009.

² Disponível em: <<http://bdce.unb.br/items/show/370#gallery>>. Acesso em: 22/01/2019.

As mulheres terão um papel fundamental nesse processo e muitas serão guias espirituais, mesmo que muitas vezes não estivessem inseridas em instituições religiosas, como é o caso das beguinias. Porém, essa influência feminina mais abrangente na vida das comunidades, realizando trabalhos assistenciais ou como guias, que as convertiam em autoridades reconhecidas, não ocorreu sem conflitos. O incômodo gerado pode ser comprovado nos textos moralizantes que nos falam dessa perturbação.³

O texto que ora trabalharemos nos informa sobre esses aspectos e os exemplos que escolhemos provêm de duas vidas de santas. Mediante esses exemplos, indicaremos alguns caminhos possíveis para a análise desses relatos, observando-os como fonte histórica que oferece variadas possibilidades de abordagem, sempre em sintonia com o olhar da historiadora, ou do historiador.

Com base na edição crítica do *Flos Sanctorum* (Machado Filho, 2009) selecionei as narrativas que se referem a santa Benedita e a santa Pelágia. Sobre a primeira, cuja vida relaciona-se também à de são Frutuoso, o manuscrito registra três rubricas: “*Como sam Fruytoso moveu de Sevilha por ir a Cadiz*”, “*Como sancta Beenta Virgem foy juygada com seu esposo*” e “*Da morte de sancta Beeta Virge*”; com relação à segunda, uma rubrica: “*Aqui se começa a vida de sancta Paaya*”.

Apresentaremos a seguir uma síntese da história de ambas e na sequência trataremos das possibilidades que eles oferecem, para efeito de análise, como fontes históricas.

SOBRE SANTA BENEDITA

“*Como sam Fruytoso moveu de Sevilha por ir a Cadiz*”, “*Como sancta Beenta Virgem foy juygada com seu esposo*” e “*Da morte de sancta Beeta Virge*” (*Flos*, p. 59-61, ms.16r-17v).

A vida de santa Benedita está relacionada à vida de são Frutuoso, monge e bispo de Braga, do período visigótico (séc.VII), razão pela qual se narra também a vida desse santo. Ao final desse primeiro relato, se informa sobre o início da tradição monástica feminina na região, que teria ocorrido pelas mãos do santo, mas impulsionada pelo desejo de Benedita.

Ainda muito jovem - não se sabe ao certo a idade - ela foge da casa dos pais por

³ Ver sobre o tema o capítulo dedicado a Europa feudal no livro que trata da diferença sexual na história: Garretas, 2005, p. 93-128.

não querer casar-se. Vivendo como errante, passa por lugares desconhecidos, até chegar a um mosteiro. Por se tratar de um cenóbio masculino, Benedita não pode entrar, e instala-se nas imediações. Desse lugar, envia uma mensagem a São Frutuoso, fundador do mosteiro, pedindo que ele aceitasse a sua permanência, que livrasse da boca do lobo uma ovelha que andava desgarrada, que a pusesse no caminho certo, ensinando-lhe as disciplinas espirituais e colocando-a nos ombros, como o “*homem que perdeu a ovelha. E quando a achou, pose-a em seus ombros*”. (Flos p. 59, ms. 16r-16v)

De acordo com a narrativa, ele escuta seu pedido e manda construir uma pequena cela, onde ela passa a viver, sendo alimentada e recebendo ensinamentos cristãos. Frutuoso permite que apenas um homem se encarregue de alimentá-la, que é o narrador da história.

Benedita torna-se uma cristã famosa, por sua sabedoria em assuntos sagrados, e acaba atraindo muitas mulheres que a iam ver e que acabavam permanecendo ali ao seu lado. Em pouco tempo eram já muitas e contavam-se, entre elas, oitenta virgens. Assim, foi construído um mosteiro feminino que pudesse abrigá-las, e para onde as famílias mandavam suas filhas com a intenção de seguirem vida religiosa.

Mas, Benedita era casada, e o esposo, insatisfeito pelo fato de ela ter descumprido a promessa matrimonial, queixa-se ao rei, que manda um juiz resolver a questão. O magistrado vai até o mosteiro, manda chamá-la, para que respondesse às perguntas do reclamante. Ela obedece, mas, erguendo o olhar ao céu, pede a Deus que não a deixe ver o esposo. Este fica sem as respostas e o juiz finaliza a história, sentenciando:

“*Leyxa-a em paz servir Deus e busca outra molher*”. (Flos p. 60, ms. 17r)

TEMAS PARA ANÁLISE

Tema 1 - A proteção física feminina: a cela

O encerrar-se entre paredes, o “emparedamento”, algo que pode parecer hoje repulsivo, foi uma prática relacionada à vivência da espiritualidade feminina, principalmente, nos primeiros séculos do cristianismo, embora tenha perdurado. Essa prática está relacionada à segurança feminina, quando ainda não havia mosteiros que pudessem abrigá-las, ou outra instituição nas proximidades para garantir sua segurança. No âmbito urbano, era comum que as celas que encerravam mulheres se localizassem nas imediações de igrejas e das catedrais. Milagros Rivera (2006, p.144) fala das *muradas*:

As muradas foram mulheres – exclusivamente mulheres – que depois de um processo de tomada de consciência, impulsionado às vezes por uma viagem à Terra Santa ou por uma visão, decidiam fechar-se em algum lugar inacessível, frequentado e mediado, como, por exemplo, na muralha de uma cidade ou de uma igreja querida, ou numa ponte. (tradução nossa)

As duas narrativas de santas de que trataremos referem-se a essa situação. A proteção física, tão importante para um corpo violável, no sentido físico e simbólico: “de suas celas-túmulo, nas quais deixavam uma janela aberta ao exterior, desempenhavam uma função pública de cuidado espiritual *gratis et amore* (por graça e amor) a serviço de quem chegasse para visitá-las, sendo alimentadas pela piedade das pessoas”. (Rivera, 2006, p.144) (tradução nossa)

O poeta riojano, Gonzalo de Berceo (c. 1198 – antes de 1264) refere-se a uma dessas mulheres, santa Oria Silense, em sua obra, *Vida de Santo Domingo de Silos*: Era esta manceba de Dios enamorada/por otras vanidades non dava ella nada,/niña era de días de seso acabada,/más querrié seer ciega que veerse casada. (Rivera, 2006, p.145)

Santa Oria Silense e santa Oria Emilianense, no século XI, viveram em celas desse tipo, construídas nos muros dos mosteiros de São Domingos de Silos e de San Millán de la Cogolla, onde Gonzalo professou como monge. Em sua obra, o poeta assinala as semelhanças entre ambas as biografias. (Rivera, 2006, p.145)

Obviamente, tanto homens como mulheres que se dedicam à vida religiosa regular desejam distanciar-se do mundo, mas, essa particularidade relativa ao encelulamento diz respeito a uma tradição de vida feminina fora do matrimônio, sem a necessidade de pertencer a uma instituição religiosa, podendo ser viúvas ou solteiras. Nesse caso, constata-se a diferença com relação a outras experiências religiosas femininas que também se desenvolviam à margem das instituições regulares, como as beguinas, que formavam suas próprias agrupações, com um número maior ou menor de mulheres, vivendo no ambiente secular das cidades.⁴

Assim, o tema da cela no relato sobre santa Benedita faz parte de uma longa tradição registrada em diferentes épocas. Está presente na *Vita Sancti Frutuosi*, texto do século VII, que será recolhido pelo *Flos Sanctorum*. Ou seja, é dessa *Vita* que saem as referências sobre Frutuoso e Benedita,⁵ assim como para a obra de Gonzalo de Berceo

⁴ - Sobre o tema ver: Garí; Padrós-Wolff, 1995; Neel, 1989.

⁵ Ver análise comparativa sobre as obras: Silva; Silva, 2016, p.57-68.

(séc. XIII), onde aparecem duas mulheres de mesmo nome que viveram em celas no séc. XI.

O exemplo de Benedita sintetiza uma tradição: encerrar-se em um espaço que pudesse protegê-la do perigo da violação do corpo, e, ao mesmo tempo, livrar-se da pressão familiar que lhe impunha o matrimônio. Uma alternativa fundamental, enquanto não consegue autorização para construir um mosteiro. Uma vez autorizada, fundará um cenóbio no sul da Península, o que lhe permitirá sair do isolamento e viver com outras mulheres que, como ela, desejavam seguir o caminho espiritual.

Tema 2 - O compromisso matrimonial

Outra possibilidade de análise que essa fonte oferece, refere-se à obrigação de manter uma promessa matrimonial. Começamos pela busca de justiça do “esposo da donzela” (*Flos* p. 59, ms. 16v). Ele recorre à intervenção real para que Benedita retorne a casa, e um juiz é designado para solucionar o caso. Mas no início da narrativa somos informados de que ela fugira da casa dos pais, além de ser denominada “donzela”. É preciso estar atento a esses detalhes. Esposo, nesse contexto, não significa marido, mas prometido. Portanto, para compreendermos as especificidades dos conceitos, é fundamental compreender a importância da promessa matrimonial nesse período.

A realização de uma promessa matrimonial, por meio de uma cerimônia oral, constituía um vínculo indissolúvel.⁶ A existência desse laço obrigava as partes envolvidas - caso não houvesse impedimento - a cumprirem a palavra dada. Também conhecida como *esponsais*,⁷ a promessa representa em si mesma o matrimônio e seu ritual vale como confirmação do compromisso conjugal, antes mesmo da celebração religiosa. Somente após o Concílio de Trento (1545-1563), o vínculo indissolúvel do matrimônio começa a valer somente após a celebração ritual religiosa.

Tendo em vista que a promessa de matrimônio equivalia à união, muitos casais passavam à coabitação após a cerimônia oral, cujas consequências implicavam no cumprimento dos compromissos relativos ao vínculo matrimonial, como o “débito conjugal” e a constituição da prole.⁸

⁶ Sobre o tema ver: BROCHADO, 2019.

⁷ Importante distinguir entre a promessa feita por meio de “palavra de presente” da promessa de “palavra de futuro”. O impedimento ao rompimento refere-se à primeira.

⁸ Em finais do séc. XVI, ou seja, já passado o Concílio de Trento, as autoridades eclesiásticas insistiam ainda na

No caso de Benedita, por que a promessa pode ser descumprida? Essa é uma pergunta que oferece outra possibilidade de análise.

O que justifica o rompimento do compromisso é a opção pela virgindade e pela vida espiritual, embora nem sempre isso seja possível, como se comprova pelos processos judiciais relativos a questões matrimoniais, nos quais se descobrem práticas que exigiam o cumprimento do compromisso mesmo nessas circunstâncias. No entanto, Benedita apresenta características de santidade, reconhecidas pelo próprio noivo, que desiste de reivindicar o compromisso, apesar da dor relatada. A justiça divina se confirmará por meio da terrena decisão do juiz, que autoriza a permanência de Benedita no espaço religioso.

Outra questão importante é a prevalência do estatuto virginal, considerado o mais elevado. Nesse sentido, Benedita pretende manter-se virgem, o que reforça sua imagem de santidade, confirmada pela preservação da pureza. A relevância que a castidade assume no relato é tão importante que no desfecho se informa que ela teria sido a primeira virgem enviada por Jesus ao Paraíso.

O matrimônio e a vida religiosa configuram, portanto, os dois caminhos possíveis para a vida das mulheres. Ainda que as mesmas possibilidades se estendessem aos homens, para elas era uma novidade que o cristianismo lhes propiciava, fruto do modelo corporativo. Elas podiam, tal como os homens, inserirem-se em um dos corpos sociais mais valorizados: o clerical. No ambiente dos mosteiros as mulheres encontram, de forma particular, novas formas de estar no mundo que extrapolam a vivência da espiritualidade. O cristianismo, e os novos espaços que ele inaugura, como as instituições monásticas, opera transformações simbólicas e materiais que permitem o florescimento de uma rica cultura feminina.

proibição da coabitação após os sponsais de "palavras de futuro", demonstrando que a coabitação após os sponsais de "palavras de presente" seguia sendo usual.

SOBRE SANTA PELÁGIA



Fig. 1 - Santa Pelágia e sua comitiva. São Nono orando (fonte: *Français 185, Fol. 264v Vies de saints, France, Paris, XIVe siècle*)

A rubrica do manuscrito informa que “*aqui se começa a vida de sancta Paaya*”. (*Flos*, p.61-70.) Trata-se de um relato mais extenso que o anterior, em torno de quatro fólhos, feito por um personagem, Jacobo, cuja proximidade com Pelágia ele estabelece por meio de “seu bispo”, Nono de Edessa. O enredo se desenvolve quando este, estando em Antioquia para um sínodo, tem a “infelicidade” de ver passar Pelágia junto com outras moças e moços, e adoece de paixão por ela:

E yam ante ela e depos ela muy grandes companhas de meninhos e de meninas muy fremosas, que outrossi yam muy bem guarnidos e guarnidas, ca todos tragiã muytos panos e sartas e vincos e brochas e anees douro e de prata e d'aljoufar e de pedras preciosas. (*Flos* p. 62, ms. 17v)

Depois de vê-la, Nono não consegue esquecê-la e perde a paz. Além de sua beleza que o enfeitiça, há outro elemento a destacar nessa impiedosa sedução, o perfume delicioso que ela emana ao passar: “*odor de musgo e d'algalhya e doutras specias que cheyram bem*” (*Flos* p. 62, ms. 17v). Além do mais, ela não esconde o rosto, exibindo sua beleza “sem nenhuma vergonha” (*Flos* p. 62, ms. 17v), dirá. O grande poder de sedução explica o fato de ela dominar a mente e o coração do bispo, impedindo-o de ter sossego: “*E depois que passou aquela molber, ficou sã Nono os geolbos em terra e tanto chorou que molbou de sas lagrimas o campo e as luvas que tünha nas mãos e o deo.*” (*Flos* p. 62, ms. 17v).

Em seguida, o bispo Nono fará um sermão na cidade, ao qual assiste Pelágia, que se converte de forma completa. Então, ela lhe escreve uma carta, pedindo que o bispo a receba, e ele aceita com a condição de ser na presença de outros. No relato do encontro, a situação inverte-se totalmente: ela joga-se aos seus pés dele, regando-os com suas lágrimas e limpando-os com seus cabelos. (*Flos* p. 64, ms. 14v). Pelágia deseja ser batizada, e diz: “*Eu soo remoyngo e laço das almas. Eu, avisso de perdição. Eu soo mortal deleyto das vontades.*” (*Flos* p. 64, ms. 14v e 1r).

A protagonista esclarece, então, que seu nome de nascimento é Pelágia, mas que a chamam de Margarida “*polos grandes guysamentos que eu tragia, per que o enmiigo me tragia a sas obras e per que fezesse de mim sa casa*”. (*Flos* p. 65, ms. 1r).

Para se redimir dessa vida, entrega ao bispo as riquezas que amealhou por meio do pecado, para que ele as distribua aos órfãos, viúvas ou pobres. Muda completamente de vida, passando a ter apenas uma monja romana para auxiliá-la, que no texto é chamada de madrinha. Ou seja, estabelece com ela um parentesco espiritual, deixando para trás os outros vínculos. Passado um tempo, Pelágia veste-se com roupas rústicas, sendo difícil distinguir se seria mulher ou homem, partiu e nunca mais foi vista.

Transcorridos três anos, Jacobo decide ir a Jerusalém para peregrinar aos lugares santos: “fazer minhas orações naquele lugar santo onde o nosso senhor quis ressuscitar da morte para a vida” (*Flos* p. 68, ms. 2r) dirá. São Nono, então, pede-lhe que depois de fazer suas orações nos lugares santos, procurasse por um monge chamado Pelágio, um ermitão que vivia encerrado numa cela, do qual lhe falara o Espírito Santo.

E Jacobo fez o que prometeu: visitou os lugares santos, fez suas orações e foi procurar o tal Pelágio. Descobriu que ele morava no Monte das Oliveiras. Ao chegar lá, fez algumas orações, e encontrou uma cela com uma pequena fresta. Depois de muito chamar, apareceu Pelágia (mesmo que a verdadeira identidade do eremita ainda não fosse do conhecimento do narrador, o nome e adjetivos nessa passagem aparecem no feminino) completamente transformada, muito magra e com olhos fundos, “seus ossos se podiam contar”. O rosto era magro e amarelo, todo enrugado. (*Flos* p. 68, ms. 2v). Ele pede para ser benzido, ele/a pergunta-lhe pelo bispo. Saindo dali, descobre que a fama de santidade de Pelágio era muito conhecida: “*per quantos moesteyros andey sempre ouyva dizer da gram santidade que havia em Paayo o abade*”. (*Flos* p. 69, ms. 2v).

Passados alguns dias, Jacobo retorna à cela e descobre que Pelágio havia morrido.

Ele se encarrega de espalhar a notícia por Jerusalém e, paulatinamente, todos os mosteiros foram repassando a informação até que todos soubessem da morte: “*E outrossi todolos moesteyros que eram em derredor fezeram saber huus a outros*”. (Flos p. 69, ms. 2v).

Chegaram muitos para se despedirem de Pelágio, entre eles o bispo de Jerusalém. Como é de costume, quando foram preparar o defunto para o sepultamento, envolvê-lo em outros panos, ocorre a grande revelação: o corpo era de uma mulher! Todos exultaram: “*Louvor e gloria seja a ti Deus que muytos sanctos has ascondudos sobrela terra*”. (Flos p. 69, ms. 2v). O episódio é classificado, então, como milagre:

E porque tã gram feyto como este e tã fremoso miragre nõ se pode encobrir, foy achegada hi muy gram companha de gente e outrossi de muytos monges, que faziam muy sancta vida em seus moesteyros, e tomarom o santo corpo e levarom-no, cantando e louvando a nostro senhor, a huu logar muy boo e ali lhi fezerom o muymento e soterraron-no hi a lovor e a gloria do padre e do filho e do santo spiritu, amem. (Flos p. 69, ms. 2v).

Jacobo retorna a Antioquia, encontra Nono e a madrinha de Pelágia, conta todo o sucedido e choram muito. Ele resume então a história no final do relato:

Esta vida é duna que foy maa molher e desasperada de Deus alguu tempo e, pois que foy convertuda por san Nono, o bispo, perseverou sempre no serviço de Deus assi como vos havemos dito. (Flos p. 69-70, ms 2v-3r)

TEMAS PARA ANÁLISE

Tema 1: A mulher que goza de riqueza e liberdade

Quando Pelágia cruza o caminho de Nono, evento que desencadeia toda sua trajetória de pecadora a santa, ela lidera uma comitiva, rosto à mostra, ricamente vestida, admirada por sua beleza. Pelágia, quando ainda Margarida, é a artista⁹, a “jograessa muy fremosa”. É importante observar que ao identificar Pelágia/Margarida como jogralesa, o relato nos remete ao século XIV, época de produção do *Flos Sanctorum*, e não ao tempo em que a história teria transcorrido. Sabe-se que esse exemplo foi narrado por primeira vez por são João Crisóstomo (séc. IV), também de Antioquia, em um de seus sermões (Jara, 2002). Ou seja, o relato diz muito sobre a diferença sexual no século XIV, ao fazer referência à

⁹ Efetivamente Pelágia é a padroeira dos artistas.

jogralesa ibérica medieval, chamada também de soldadeira, moça que dança, canta e que costuma tocar um instrumento. Normalmente, recebia pagamento pelo serviço, um “soldo”, de onde deriva uma de suas denominações. Muitas delas costumavam frequentar as cortes ibéricas e adquiriam fama pelos seus variados talentos, inclusive a beleza, e exerciam influência sobre figuras poderosas. No entanto, com o passar do tempo, começou a estabelecer-se uma associação entre soldadeira/jogralesa e prostituta, e essas mulheres perderam o acesso aos espaços de maior prestígio, como se pode ver nas *Siete Partidas* (s. XIII)¹⁰, ou no *Livro das Leis e Posturas* (s. XIII-XIV):

Senhor degredo de uosso padre manda que os Ricos homens uam aos Moesteiros e aas eigreias com certos caualeiros e nom com certos homens a pee nem scudeiros nem bestas e leuam hy sãs molheres e soldadeiras e Jograres muytos e comem com eles nas castras e nas camaras dos priores e dos abades. (Livro, 1971, p.275)

Esses textos normativos são contemporâneos do *Flos Sanctorum*, o que permite contextualizar de forma mais ampla os conceitos que circunscrevem o relato. Portanto, analisar a Pelágia-Margarida à luz desses textos normativos pode proporcionar boas reflexões.

Tema 2: O processo de purificação de Pelágia

De acordo com o exemplo, compreende-se que para que Pelágia se purifique é necessário que ela se desfaça de toda a riqueza que possui, uma “graça” pagã: ornamentos, música, dança, beleza física etc, para alcançar a graça verdadeira, a cristã. Esta somente se consegue por meio do rechaço a tudo que é terreno, justamente porque o paraíso é celeste e o caminho é árduo.

De mulher belíssima, cheia de alegria mundana, ela passa a mulher de rosto “magro, amarelo e enrugado”, de olhos fundos; tão magra que “seus ossos se podiam contar”. (*Flos*, op. cit, p. 68, ms. 2v).

Quanto aos cabelos, símbolo da luxúria feminina em tantas tradições, serão completamente transformados, adquirindo sentido apenas diante da utilidade de limpar os pés do bispo, que ela molhara com as próprias as lágrimas. Ou seja, o corpo feminino é o

¹⁰ Ley 3 (*Quáles mugeres son las que non deben rescebir por barreganas los homes nobles et de grant lineage*) AFONSO X., 1807, p.86-87.

corpo demoníaco, que leva à perdição. Nas palavras de Pelágia, ela vê-se como “redemoinho e laço das almas”. (*Flos* p. 64, ms. 14v).

Quanto a esse tema, podemos acrescentar outro título que consta do *Flos Sanctorum*: “*Aqui se segue outro exemplo per que podemos entender que nã é segura a mora de molher e de monge*” (*Flos*, p 149-150, ms. 40v e 40r), que alerta sobre os riscos da proximidade dos monges com as mulheres. O relato menciona um homem santo muito antigo que vivendo no Egito, tinha a seu serviço um monge e uma menina. E que o monge não pôde resistir e acabou pecando com a virgem: “*ele nã podendo sofrer a gram temptaçõ de as carne fez mal as fazenda com aquela menina virgem*”. (*Flos* p. 149, ms. 40v).

A preocupação em distanciar os homens puros do convívio feminino é tema presente em variados textos, como se observa no famoso Decreto de Graciano, obra do direito canônico do século XII que, recolhendo vasta tradição, justifica a exclusão das mulheres com base na natureza inferior feminina, a qual não teria sido criada à imagem de Deus.¹¹

Outro importante nome da patrística, santo Ambrósio, observa que o véu que deve cobrir o rosto é uma das marcas da vergonha feminina.¹² E será justamente a expressão “sem vergonha” que aparece na descrição de Pelágia antes de sua conversão; a falta de vergonha relacionada ao seu rosto à mostra:

E quando os bispos a virom, com tanta companha, sa face descoberta e passar tã sem vergonha e que por honra de Deus nem pola sua nã quis descer no sermom, tornarom sas faces dela come de grave pecado. Mais sã Nono meteu em ela mentes muyto e muy de coraçõ. E depois que passou aquela molher, ficou sã Nono os geolhos em terra e tanto chorou que molhou de sas lagrimas o campo e as luvas que tiinha nas mãos e o seo.” (*Flos*, op. cit, p. 62, ms. 17v).

Observe-se na passagem acima, que a mera visão do rosto feminino descoberto já seria um grande risco, razão dos demais bispos terem desviado o olhar para não vê-lo. Nono, ao não conseguir será acometido depois pelo desespero.

Os escolásticos reforçam essa necessidade de distanciamento das mulheres, dada sua inferioridade e a ameaça que seu corpo representa, confirmando uma tradição que se inscreve em autores da Antiguidade clássica, como Aristóteles, na patrística, nos comentários dos

¹¹- Decreto, 2.p., C.33, q. V, c. 12. Hespanha observa que a fonte é Agostinho: S. Agostinho, *Quaestiones veteris et novi test.*, c. 106. Hespanha, 1994.

¹²- Decr., 2. p., C. 33, q. V, c. 19 (S. Ambrósio, *super primam epist. ad Corinthios*, in cap. 2): "A mulher deve velar a cabeça [...] pois o pecado foi provocado por ela e, por isso, deve trazer este sinal. [...], devendo aparecer como sujeita ao pecado original". Hespanha, 1994.

Evangelhos etc, um material abundante de onde tiraram os seus argumentos. Santo Tomás de Aquino, por exemplo, terá papel fundamental na desconfiança que se estabelece em relação às mulheres e também nas crescentes propostas de seu isolamento, insistindo na ameaça que representam para os clérigos. As tendências reformistas que reafirmam a necessidade de separação entre clérigos e laicos e que exigem uma pureza maior dos primeiros, afetam diretamente as mulheres, que passam efetivamente a ser vistas como ameaça.

O papa Bonifácio VIII, em sua bula *Periculoso* (1298), fala da clausura feminina nessa perspectiva, como uma necessidade de isolamento pelo perigo que as mulheres representam. Retirá-las do espaço público e excluí-las é uma necessidade relacionada à falta de pudor e decência feminina, razão da bula exigir que todas as religiosas sejam perpetuamente enclausuradas, proibidas de deixar o monastério, permanecendo apartadas do público e afastadas da vista mundana (Anderson; Zinsser, 1991, p.219). E não podemos esquecer que a exigência da clausura, remarcada principalmente a partir do século XIII, terá duros efeitos para o contingente de mulheres vinculadas às comunidades religiosas, limitando o movimento de abadessas e monjas, comprometendo o intercâmbio espiritual e intelectual entre os monastérios femininos e dificultando o trabalho de administração das comunidades.¹³

Esses são alguns exemplos de análises possíveis a partir da leitura desse raríssimo manuscrito, *Flos Sanctorum*, obra que temos o privilégio de possuir no acervo da BCE-UnB. O olhar do historiador, historiadora define suas escolhas em temas, objetos, sujeitos. A forma como analisei algumas narrativas do manuscrito é fruto de minhas preferências de investigação, com base em determinadas perspectivas teóricas. Espero que esses exemplos abram outras possibilidades de leitura dos documentos, outros olhares possíveis que explorem a riqueza desse manuscrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO X. *Siete Partidas*: Tomo III. Madrid: Imprenta Real, 1807. Captado em: <http://www.usc.es/histoder/historia_del_derecho/textos.htm>. Acesso em: 01/02/2019.

ANDERSON, Bonnie S.; ZINSSER, Judith P. *Historia de las mujeres: una historia propia*. v. 1. Barcelona: Crítica, 1991.

BROCHADO, Cláudia. *Conflitos matrimoniais na Idade Média*. Barcelona Século XV. Curitiba: Ed. CRV, 2019.

¹³ Sobre o tema ver: BROCHADO, 2014.

_____. As pouco silenciosas monjas medievais. In: STEVENS, Cristina et. al. (org.). *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2014.

SILVA, Andreia Cristina Lopes Frazão da; SILVA, Leila Rodrigues da. O abade Frutuoso e a virgem Benedita: um exercício de comparação diacrônica. *Diálogos*, v. 20, n. 3, p. 57-68, 2016.

GARÍ, Blanca; PADRÓS-WOLFF, Alicia. *Margarita Porete*: El espejo de las almas simples, Anónimo: Hermana Katrei. Estudio y traducción de Blanca Garí e Alicia Padrós-Wolff. Barcelona: Icaria editorial. 1995.

GARRETAS, Maria Milagros Rivera. *La diferencia sexual en la historia*. Valencia: PUV, 2005, p. 93-128.

_____. La política sexual. In: GARRETAS, Maria Milagros Rivera (Dir.). *Las Relaciones en la Historia de la Europa Medieval*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

HESPANHA, António Manuel. O estatuto jurídico da mulher na época da expansão. In: CONGRESSO Internacional - O rosto feminino da expansão portuguesa. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, p. 53-64.

JARA, Maria Inmaculada Delgado. Sermones in Genesim de san Juan Crisóstomo. Edición bilingüe griego-español. Traducción, introducción y notas. *Helmantica*, Salamanca, n. 160, p. 1-201, 2002.

LISBOA. Actas, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. I, pp. 53-64.

LIVROS das Leis e Posturas. Lisboa, Universidade de Lisboa, 1971. Captado em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verlivro.php?id_parte=43&id_obra=57>. Acesso em: 01/02/2019.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Um Flos Sanctorum trecentista português*: Edição interpretativa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

NEEL, Carol. The Origins of the Beguines. *Signs*, v. 14, n. 2, p. 321-341, 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3174553?uid=2134&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21104741981193>>. Acesso em: 01/02/2019.

**ORAÇÕES REDUZIDAS DE INFINITIVO NO PORTUGUÊS ARCAICO: DOS
DIÁLOGOS DE SÃO GREGÓRIO AO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**INFINITIVAL CLAUSES IN OLD PORTUGUESE: FROM *DIÁLOGOS DE SÃO
GREGÓRIO* TO BRAZILIAN PORTUGUESE**

Heloísa Maria Moreira Lima Salles

Professora da Universidade de Brasília, Brasil
Pós-doutorado em linguística pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Doutora em Linguística pela University of Wales, País de Gales
e-mail: hsalles@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4190-1804>

Rozana Reigota Naves

Professora da Universidade de Brasília, Brasil
Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil
e-mail: rnaves@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7517-0010>

Eloisa Nascimento Silva Pilati

Professora da Universidade de Brasília, Brasil
Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília, UnB, Brasil
e-mail: eloisapilati@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2895-5557>

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.23474>

Recebido em 23 de abril de 2019

Aprovado em 10 de junho de 2019

RESUMO:

Investigam-se as orações reduzidas de infinitivo no português arcaico, considerando sua manifestação nos *Diálogos de São Gregório*, texto representativo desse período. A análise contempla a distribuição sintática do infinitivo flexionado em oposição ao infinitivo sem flexão, estendendo a discussão para a ocorrência dessa categoria no português brasileiro. Por meio da sócio-história do português brasileiro, argumenta-se que, a despeito das propriedades inovadoras em relação ao sistema pronominal e flexional, o infinitivo flexionado se mantém produtivo nessa língua.

Palavras-Chave: infinitivo flexionado; português arcaico; português brasileiro

ABSTRACT:

We investigate infinitive reduced clauses from Old Portuguese, taking into consideration its manifestation in the *Diálogos de São Gregório*, a representative text of this period. The analysis contemplates the syntactic distribution of the inflected infinitive as opposed to the uninflected infinitive, extending the discussion to the occurrence of this category in Brazilian Portuguese. Providing a sociohistorical approach to the development of Brazilian Portuguese, it is argued that,

in spite of the innovative properties regarding the pronominal and the inflectional systems, the inflected infinitive remains productive in this language.

Keywords: inflected infinitive; Old Portuguese; Brazilian Portuguese

INTRODUÇÃO

O presente estudo examina a sintaxe do infinitivo (flexionado) no português arcaico, tomando por base dados colhidos no documento *Diálogos de São Gregório*, considerado representativo da primeira fase do período em questão, que se estende entre o século XII e o século XIV. Adotando perspectiva diacrônica, a análise investiga as condições que determinam a permanência dessa categoria no sistema gramatical do português brasileiro, a despeito das mudanças observadas na língua transplantada para a América, as quais afetam crucialmente o paradigma flexional do verbo, na relação com o sistema pronominal.

Conforme reconhecido amplamente na literatura, a língua, na primeira fase, é designada ‘galego-português’, por sua manifestação histórica na região em que originalmente se instalaram o Condado Portucalense e o Condado de Galiza. Posteriormente, mediante as circunstâncias em que se originou o reino de Portugal, foi levada para o sul (Said Ali, [1921] 2001; Teyssier, 1982; Maia, [1986] 2017; Haüy, 1988; Paiva, 1988; Castilho [s/d], entre muitos outros). De fato, a chamada Reconquista foi o movimento que desencadeou, a partir do noroeste da península, a retomada da região aos árabes. Essa reação, empreendida pelos reis cristãos visigodos, a partir da região noroeste da península (Galiza), em direção ao sul, durou oito séculos e produziu, pelo lado ocidental, o fato histórico da fundação do reino de Portugal, no século XII.

Esse processo propiciou a formação de relações geopolíticas, na Península Ibérica, que se mantêm relativamente estáveis até os dias atuais, com consequências relevantes para a formação das línguas faladas na região, em que se destacam o português e o castelhano, como línguas vinculadas aos estados nacionais de Portugal e Castela (hoje Espanha), assim como o galego, o leonês, o aragonês, o catalão, o valenciano, o mirandês, todas identificadas pela origem românica e pela tradição cristã, que prevaleceram cultural e politicamente em relação ao domínio árabe (cf. Teyssier, 1982).

A questão linguística, por sua vez, passa pelo complexo problema da mudança linguística, considerada uma propriedade inerente aos sistemas linguísticos, em consonância

com fatores externos (Roberts, 2006). Esse fenômeno é de caráter não apenas diacrônico, mas também diatópico. Enquanto o primeiro se inscreve no tempo, o segundo se desenvolve no espaço, cada um convergindo para o surgimento das variedades dialetais, que, por sua vez, se afirmam nas esferas políticas e sociais como variedades de alcance nacional ou regional/local. Com relação à dicotomia galego-português e português, não é diferente, com implicações para a designação dos períodos históricos da língua:

Esse enfoque para a questão da subperiodização não é apenas baseado na produção literária (...), mas tem a ver com a possível diferenciação dialetal da língua falada a que se poderia opor uma primeira fase do período pré-moderno, em que haveria uma unidade galego-portuguesa, refletida na documentação escrita, e uma segunda fase em que se poderia definir a distinção entre o diassistema do galego e o do português. (Mattos e Silva, 2006, p. 23).

Na rota da expansão marítima portuguesa, pelo lado da América, dá-se a formação do português brasileiro (PB), a partir do século XVI, que tem seus primórdios no contato entre:

1. o português (arcaico) falado pelo colonizador – seja a elite político-administrativa, integrada pelos donatários das terras, seja o contingente de colonos (trabalhadores, degredados);
2. As línguas indígenas – notadamente o Tupinambá (família Tupí-Guaraní) e as línguas gerais (*Língua Geral Paulista; Língua Geral Amazônica ou Nbeengatú*);

Como grande parte dos colonos vinham para o Brasil sem mulheres, passaram a viver com mulheres indígenas, com a consequência de que a Língua Brasília (isto é, o Tupinambá) veio a ser a língua materna de seus filhos (...) Foi nas áreas mais afastadas do centro administrativo da Colônia (que era a Bahia) que se intensificou e generalizou o uso da Língua Brasília como língua comum entre os portugueses e seus descendentes – predominantemente mestiços – e escravos (inclusive africanos), os índios Tupinambá e outros índios incorporados às missões [jesuítas], às fazendas e às tropas: em resumo, toda a população, não importa qual sua origem, que passou a integrar o sistema colonial (Rodrigues, 1986, p. 101).

3. As línguas faladas pelos africanos trazidos como escravos, particularmente do grupo linguístico Banto, distribuídos em condições desfavoráveis ao seu uso funcional. De acordo com Houaiss (1985, p. 77-78), “(...) os negros foram selecionados negativamente, a fim de que não se adensassem em um ponto qualquer, étnica, cultural e linguisticamente.”

Na convergência desses fatores (externos), tem-se um processo histórico complexo, em que não vamos nos deter, a não ser para reiterar os fatores determinantes da colonização portuguesa no estabelecimento de uma ordem político-linguística, pela qual o português prevaleceu sobre as demais línguas presentes no contato entre povos e nações ali presentes, tornando-se língua majoritária no território brasileiro. É assim que do multilinguismo generalizado passou-se ao multilinguismo localizado, o que propiciou a emergência de uma língua nacional (Silva Neto 1979; Mattos e Silva, 2004: 20-1).

A partir da segunda metade do século XVIII, a política linguística e cultural instaurada pelo Marquês de Pombal abriu caminho para o surgimento do português brasileiro. Com a expulsão dos jesuítas — diante da independência de Portugal em relação ao domínio espanhol — e a determinação do uso obrigatório do português nos documentos oficiais e na escola (implantação da educação leiga), ocorre o colapso dos usos funcionais da língua geral, de base indígena, que se estabelecera no ambiente familiar com as uniões entre portugueses e mulheres indígenas, e adotada na catequese dos índios pelos jesuítas. Apesar das forças coercitivas no sentido de afirmar a língua portuguesa, a diferenciação é inevitável, em face da amplitude territorial (variável diatópica) e das especificidades regionais e locais, que traçam o perfil do contato linguístico e das relações socioculturais (variável diastrática). Conforme observa Mattos e Silva (2004, p. 21), “a depender de configurações históricas locais, a predominância indígena ou negra ou ambas, em convívio com o português resultou em perfis diferenciados, a se considerar o conjunto brasileiro”. Nesse contexto, o conhecimento da língua portuguesa passa a ser decisivo para a navegação social, o que torna a língua “um dos instrumentos de que se servia o colonizador para manter sob controle a rígida estrutura socioeconômica colonial” (Faraco, 2016, p. 81).

O crescimento gradativo dos centros urbanos e a ampliação da economia rural com a ocupação das zonas interioranas tornam-se, nos períodos subsequentes, fatores determinantes para o surgimento do português brasileiro (doravante PB). Apesar dos contrastes dialetais, merece referência o caráter unificado de certas inovações, em relação ao português europeu (este também, marcado por mudanças). Um trabalho pioneiro no sentido de identificar as propriedades inovadoras do PB é o de Fernando Tarallo [1989], citado em Kato; Tarallo (1993/2003), que, por meio de dados reais de fala e também de dados diacrônicos, compilados e analisados pela metodologia da Sociolinguística variacionista (Labov, [1972]/2008), apontou as seguintes propriedades inovadoras:

- a) O rearranjo do sistema pronominal, abrindo caminho para objetos nulos e sujeitos lexicais;¹
- b) As mudanças nas estratégias de relativização como consequência da mudança do sistema pronominal;²
- c) A reorganização dos padrões da ordem básica – perda da ordem VS;³
- d) Os padrões sentenciais inovadores em perguntas diretas e indiretas.⁴

Dado o referencial teórico adotado neste trabalho, a emergência dessas propriedades resulta, por hipótese, do contato de línguas, tal como descrito acima, em interação com as restrições da Gramática Universal, conforme originalmente proposto no âmbito da Teoria de Princípios de Parâmetros (Chomsky 1986; 1995) e nas abordagens da mudança linguística nesse modelo teórico (Roberts 2007).

O presente estudo desenvolve-se no âmbito dessa hipótese, tomando-se como referência a relação entre o português arcaico e a formação do português brasileiro, tendo em vista que a língua arcaica foi a variedade linguística transplantada para o território nacional no início da colonização. Conforme mencionado, o estudo orienta-se para a análise das estruturas de infinitivo (flexionado), presentes na língua arcaica, conforme se depreende dos estudos linguísticos dos documentos medievais, e sua manifestação no português brasileiro, a despeito das profundas transformações ocorridas. A permanência da sintaxe do infinitivo flexionado no português brasileiro é uma evidência de que a reanálise do sistema pronominal não leva à perda dessa categoria, embora tenha afetado a sintaxe do sujeito, que passa a ter essa posição preenchida com um pronome lexical (não enfático) (ver

¹ Trata-se da propriedade das línguas naturais de expressarem foneticamente (ou não) as categorias nominais em função sintática de sujeito e objeto, o que está representado nos dados a seguir pelo símbolo \emptyset em oposição ao sujeito lexical. Em seu desenvolvimento, o PB passou a apresentar elementos nulos na posição de objeto do verbo em mais contextos sintáticos do que no português europeu (PE) — cf. (i) —, além de sujeitos foneticamente realizados com interpretação não marcada (sem ênfase), enquanto no PE o sujeito pronominal tem leitura marcada (em caixa alta) — cf. (ii):

(i) A: - Onde está o Pedro? B: - O João **o** viu no mercado. (PE)/ João viu \emptyset no mercado. (PB)

(ii) \emptyset vi o Pedro./ EU vi o Pedro (PE); Eu vi o Pedro. / EU vi o Pedro (PB)

² A estratégia canônica de relativização é aquela em que a preposição regente do termo relativizado (*falar [do livro]*) introduz o pronome relativo, como em (i). No PB, as estratégias inovadoras de relativização envolvem o apagamento da preposição (*relativa cortadora*) — cf. (ii) — ou a recuperação do elemento nominal relativizado por um pronome lembrete (*dele*) — cf. (iii):

(i) Este é o livro de que te falei __.

(ii) Este é o livro \emptyset que te falei __.

(iii) Este é o livro \emptyset que te falei dele.

³ A ordem básica no português é Sujeito-Verbo-Objeto (SVO), p. ex. *O professor explicou a lição*. Enquanto no português arcaico (e no português europeu atual), a ordem VS era encontrada com qualquer tipo de verbo, no PB, atualmente, é encontrada em contextos muito restritos (Cf. XXX referências).

⁴ Os padrões inovadores em perguntas diretas e indiretas incluem a perda da ordem VS.

nota 5). O que se verifica é a ampliação dos contextos sintáticos em que a oração com o infinitivo (flexionado) ocorre.

A estrutura da discussão é a seguinte. Na seção 1, apresentamos o quadro teórico e as propriedades morfosintáticas do infinitivo flexionado; na seção 2, fazemos uma análise descritiva da sintaxe das orações infinitivas no português arcaico, em oposição às orações finitas; na seção 3, traçamos um panorama das orações infinitivas no português brasileiro, demonstrando a presença do infinitivo flexionado; na seção 4, apresentamos as considerações finais.

QUADRO TEÓRICO E PROPRIEDADES MORFOSSINTÁTICAS DO INFINITIVO FLEXIONADO

A presente análise adota a teoria de Princípios e Parâmetros, e pressupostos do programa minimalista de investigação linguística (Chomsky, 1995, 2001). De acordo com esse quadro teórico, a língua é um fenômeno universal, que corresponde, nos seres humanos, a uma propriedade mental inata, referida como a Faculdade de Linguagem (FL). Essa faculdade manifesta-se por um estado mental inicial, compartilhado por todos os seres humanos, e um estado mental final, que se desenvolve em função do acesso ao input linguístico de determinada comunidade linguística.⁵ A gramática universal (GU) é um modelo que busca representar o conhecimento linguístico que se constitui nesse processo, sendo os estudos da gramática das línguas o meio de verificar a hipótese a respeito da estrutura desse modelo.

Por hipótese, a gramática universal é um sistema de princípios gerais, válidos para todas as línguas, e de parâmetros de variação, que determinam as diferenças nas propriedades gramaticais. Entre os princípios gerais constam as categorias funcionais e lexicais, que se realizam como núcleos sintáticos e projetam estruturas sintagmáticas (ou constituintes), e operações de concatenação de objetos sintáticos (núcleos e sintagmas) e de movimento de constituintes. Quanto aos parâmetros de variação, supõe-se que estão vinculados às propriedades formais dos núcleos funcionais, definidos, por sua vez, como operadores gramaticais, que licenciam as operações geradoras da estrutura oracional. Cada

⁵ Chama-se *input* ao conjunto de dados linguísticos primários a que um falante é exposto durante o seu processo de aquisição de língua.

operação é, portanto, determinada pelas propriedades paramétricas do sistema gramatical em articulação com os princípios gerais da GU.

Na presente análise, investigamos a sintaxe do infinitivo flexionado no português arcaico, tomando como referência e fonte primária a obra *Diálogos de São Gregório*, considerada emblemática para a caracterização da língua nesse período (cf. Mattos e Silva, 1971). Um aspecto relevante para escolha do tema é que essa categoria está sob variação paramétrica, no contraste com outras línguas, particularmente no grupo das línguas românicas. Conforme amplamente reconhecido na tradição gramatical, na comparação com o grupo românico, o infinitivo flexionado é restrito ao português, ao galego, ao mirandês, línguas faladas na região ocidental da Península Ibérica.⁶

A análise dos dados demonstra que a sintaxe do infinitivo (flexionado) no português arcaico é determinada pelo estatuto sintático da oração subordinada:

- a) orações completivas selecionam infinitivos sem flexão, mas admitem a flexão em alguns casos;
- b) orações adverbiais selecionam infinitivos flexionados e não-flexionados.

Passamos à análise das estruturas relevantes nos *Diálogos de São Gregório* (doravante *DSG*), fazendo preliminarmente a caracterização do infinitivo flexionado no sistema gramatical.

A SINTAXE DO INFINITIVO FLEXIONADO: CONCEITOS E PROPRIEDADES MORFOSSINTÁTICAS

O infinitivo flexionado é uma categoria morfossintática que se manifesta em estruturas de subordinação. Por codificar essencialmente as categorias formais de ‘pessoa’ e ‘número’, distingue-se da flexão verbal finita, encontrada em orações raiz (absolutas e principais) e em orações iniciadas por conjunção, em que estão presentes as marcas do sistema TMA (tempo/modo/aspecto).

⁶ Para exemplificação sistemática e contrastiva do infinitivo flexionado no galego, no português, no mirandês, veja-se Rodríguez (2016), e referências ali citadas.¹² Fora da Península Ibérica, é reportado um tipo de flexão de infinitivo em um dialeto da Sardenha (Jones, 1993).¹³ Cabe destacar também que o romeno não manifesta a categoria ‘infinitivo’, sendo as orações correlatas introduzidas por uma categoria gramatical específica desse contexto, nos moldes das línguas balcânicas. Essas propriedades contrastivas, embora de sumo interesse para os estudos gramaticais, na caracterização do grupo românico, não são relevantes para a presente discussão.

Por estar associado aos traços de pessoa e número, o infinitivo flexionado licencia o sujeito gramatical por meio da concordância verbal, o que explica a designação ‘infinitivo pessoal’, em oposição a ‘infinitivo impessoal’, em que o licenciamento do sujeito da oração não é determinado pelo infinitivo. Esse contraste está ilustrado a seguir.

(1) Comprei um livro para *meus filhos lerem* nas férias.

(2) *Meus filhos podem/ devem* ler um livro nas férias.

Em (1), o sujeito da oração infinitiva é ‘meus filhos’ e controla a concordância, que se manifesta pela flexão do verbo no infinitivo, pela presença do sufixo da 3ª pessoa do plural, ‘-em’. Em (2), o sujeito da oração ‘meus filhos’ controla a concordância, que não se manifesta no infinitivo, mas no verbo auxiliar ‘podem/devem’, no qual está codificada a 3ª pessoa do plural. Conforme mencionado anteriormente, na oração infinitiva, em (1), o verbo codifica apenas a 3ª pessoa do plural, enquanto na oração finita, em (2), o verbo (auxiliar) codifica também o tempo presente e o modo indicativo.⁷

Considerando-se que a oração infinitiva ocorre sempre como categoria dependente em relação a uma oração matriz (principal), o papel crucial da flexão do infinitivo é propiciar a presença de um sujeito com referência independente (em relação aos termos da oração matriz/principal), como acontece em (1), em que o sujeito do infinitivo, ‘meus filhos’, tem referência distinta do sujeito do verbo ‘comprei’, que é a 1ª pessoa do singular (embora possa também licenciar um sujeito correferencial com um termo na estrutura do período). Diferentemente, em outras línguas românicas, como o francês, o sujeito da oração infinitiva é sempre correferencial com um termo da oração matriz/ principal, conforme ilustrado em (3), uma possibilidade também disponível para o português (como se depreende da tradução). A sentença (4), com um sujeito lexical independente, traduzida da sentença (1) do português, é agramatical em francês — o que se explica pela ausência da categoria ‘infinitivo flexionado’ nessa língua.

(3) *J’*ai acheté une livre pour [*1s*]_i lire pendant les vacances.

[*1s*]_i Comprei um livro para [*1s*]_i ler nas férias.

(4) **J’*ai acheté une livre pour *mes enfants* lire pendant les vacances.

Fica, portanto, evidente o caráter específico do infinitivo flexionado no português, notadamente em relação a outras línguas românicas (ver nota 6).

⁷ Para uma ampla descrição do paradigma formal que determina a codificação do sistema TMA na língua portuguesa, veja-se Mattoso Câmara (1970).

AS ORAÇÕES INFINITIVAS NOS *DSG*

O primeiro aspecto a destacar nesta análise é que as orações infinitivas podem ocorrer como orações completivas e como orações adverbiais. Além disso, é recorrente a possibilidade de haver um correlato finito para a oração infinitiva — embora essa possibilidade nem sempre se verifique na língua, com consequências relevantes para a teoria gramatical. Nos dados coletados dos *DSG*, verificamos que o infinitivo flexionado ocorre preferencialmente em orações adverbiais. Interessantemente, as orações com infinitivo sem flexão ocorrem com o predicado matriz/principal causativo e perceptivo, um contexto em que, por hipótese, ocorre reestruturação de predicado. É o que passamos a demonstrar.

Conforme sistematizado no estudo seminal de Noonan (1985), a subordinação completiva se estrutura por diferentes tipos de predicados matriz, os quais constituem classes verbais relativamente estáveis nas línguas naturais. Por hipótese, as orações selecionadas por esses verbos/predicados ocorrem em posição de complemento, sendo, portanto, encaixadas estruturalmente. Dessa forma, os predicados matriz podem ser classificados como:

1. Epistêmicos: *saber, acreditar, admitir, supor*
2. Factivos: *lamentar, temer*
3. Volitivos: *querer, desejar*
4. Declarativos/ de solicitação: *pedir, rogar*
5. Causativo: *mandar, ordenar*
6. Perceptivo: *ver, ouvir*

A oração subordinada pode também ocorrer em posição de adjunção em relação à oração matriz/principal, o que explica sua designação como oração adverbial. A subordinação adverbial está geralmente associada a um nexos semântico, sendo as orações subordinadas adverbiais classificadas como causais, condicionais, concessivas, finais, proporcionais, temporais.

Outros tipos de subordinação que não se enquadram nos grupos anteriores são as orações subordinadas relativas (introduzidas por pronome relativo e também referidas como orações adjetivas, como as que foram objeto da nota 2) e as orações subordinadas

que denotam semântica de grau, a saber as comparativas e as consecutivas (estas últimas analisadas como encaixadas, pelo fato de satisfazerem a variável de grau introduzida pelo predicado da oração matriz/ principal).

Para a presente análise interessam crucialmente as orações subordinadas que se realizam como infinitivas — nesse sentido estão excluídas as adverbiais proporcionais, as subordinadas relativas e as encaixadas de grau, que sempre são finitas. Antes de passarmos à análise dos dados, apresentamos o paradigma flexional do infinitivo no português arcaico, tal como ilustrado na obra *Estruturas Trecentistas*, de Mattos e Silva (1989), cujos dados abonadores são primordialmente colhidos nos *DSG*. Veja-se também Dias ([1918]1970) e Mateus et al. (1989).

Aprender

1s aprender

2s aprenderes

3s aprender

1pl aprendermos

2pl aprenderdes

3pl aprenderen

Nos *DSG*, são encontradas orações infinitivas nos seguintes contextos:⁸

I. Em oração subordinada completiva

(A) como complemento de predicado matriz causativo e perceptivo

(5) a. *Fezeron-no ficar* consigo huus homens muito honestos e mui bõos (...)

b. E el vivendo con eles naquel moesteiro *fazja-lhis guardar* regra de vida religiosa e santa (...).

(6) a. *Vio* sa ama *chorar*.⁹

b. (...) *vio* arredor de si *crecer* grandes mouterias d'ortigas (...)

(B) como complemento de predicado matriz impessoal

(7) Non *ti conven* de *jejunbar*

(C) como predicação secundária

(8) a. E andando (...) *achoo-u jazzer en hua cova*

⁸ Os dados (9) e (14) foram extraídos da edição semidiplomática de Machado Filho (www.gruponemesis.com.br). Conforme esclarece o editor, a referida edição toma por base a edição de Mattos e Silva (1971) e presta-se aos estudos morfossintáticos.

⁹ O exemplo (6a) é ambíguo, pois o infinitivo pode ter ou não a flexão, já que, no paradigma flexional do infinitivo, o sufixo é *zero*, na 3ª pessoa do singular.

b. (...) *acharon-no jazzer* muitas vezes *ascondudo* em sa cova

(D) como tópico, vinculando-se referencialmente ao complemento oblíquo ‘em esto’ na oração seguinte.

(9) E pois *ofereceres* en ta missa o corpo e o sangui do filho de Deus a seu padre por min, e lhi *rogares* que mi perdoe os meus pecados e *en esto* podes entender que recebeu Deus o teu rogo (...).

As orações infinitivas apresentam a contraparte finita (introduzidas por conjunção) nos *DSG*:

(E) com predicado matriz causativo

(10) (...) *mandou* Nosso Senhor per Moisen *que* non servisse nengũ ant’o seu altar

(11) (...) E *mandou que* nengũ no fosse guarda dos vasos

(F) com predicado matriz de solicitação

(12) [...] *rogo-t’eu que* mh’o declares compridamente

(13) [...] *rogo-te que* acabes o que começasti a dizer

Embora ausente nos *DSG*, incluímos o dado (14), extraído de Dom Joham Manuel, Canc. Geral, *apud* Dias ([1918]1970), documento do português arcaico, em que o infinitivo flexionado é encontrado com verbo perceptivo, em contexto de correferência com argumento em sintagma preposicional na oração matriz, no segundo termo de uma coordenação:

(14) Nunca *vy* antre privados verdadeyra amizade nem *fallar* muyta verdade(...) nem *serem* muy agoardados dos galantes senhores

II. Em oração subordinada adverbial

(A) com nexos semântico de finalidade

(15) E *pera entenderes* tu, Pedro, como aqueles se chegam aa morte (...)

(16) [...] enviaram-no *pera* Roma hu enviavam todolos filhos dos outros homens bõos naquel tempo, *pera aprenderen* as sete artes (...)

(17) [...] pendoraron-na ant’a porta da eigreja *pera saberem* os que aviam ainda de nacer [...]

(18) [...] muitos viinham *pera servir* Nosso Senhor com el em aquel logar hu el morava e *pera aprenderen* del e *pera seeren* seus discipulos.

(19) Viinhan muitos *pera vee-lo* e *tragian-lhi* que comesse [comer]

(B) com nexos semântico causal

(20) [...] aqeste homem que o spiritu maaõ recebeu em sa casa por hospede, feze-o mais por louvor do mundo ca *por fazer* bem e por *dizerem* os homens que fezera melhor obra que o bispo.

A oração infinitiva adverbial alterna com a oração finita (introduzida por conjunção), nos seguintes casos:

(21) E non deve nenhuu cuidar que el esto *fazia porque* receasse sofrer morte por amor de Nosso Senhor Jesus Cristo.] — *causal*

(22) E non-no tentou nen lhi meteu nen huu mal em seu coração *per que* leixasse sa oraçõn — *final*.

Em síntese, os padrões de distribuição do infinitivo em orações infinitivas nos *DSG* são os seguintes:

1. Em contexto de oração completiva: (a) o sujeito do verbo no infinitivo é nulo, ligado referencialmente a um argumento na oração matriz — (5a), (5b), (7), (8a), (8b) — ou é realizado por um sintagma nominal pleno em posição posposta ao verbo — (6b) — infinitivo sem flexão; o exemplo (6a) não é conclusivo (ver nota 9); (b) o sujeito do verbo no infinitivo é referencialmente independente (9); (c) o sujeito do verbo no infinitivo é ligado referencialmente a um adjunto na oração matriz, estando o verbo na segunda oração em uma coordenação de orações infinitivas (14) — infinitivo flexionado.
2. Em contextos de subordinação adverbial: (a) o argumento do verbo no infinitivo é ligado referencialmente por um argumento na oração matriz — infinitivo flexionado ou sem flexão; (b) o argumento do verbo no infinitivo tem referência independente — infinitivo flexionado.

Nos contextos de reestruturação, existe apenas uma posição de sujeito sintático, sendo o argumento (sujeito) do infinitivo licenciado pelo predicado matriz/principal (causativo ou perceptivo), como um complemento oblíquo, o que explica a ocorrência do infinitivo impessoal.¹⁰ Nos demais contextos, a oração infinitiva tem sujeito próprio, e o infinitivo flexionado ocorre sempre que o sujeito tem referência independente, enquanto o

¹⁰ Por hipótese, verbos causativos e perceptivos selecionam como complemento uma estrutura oracional reduzida, o que propicia a reestruturação com o verbo da oração subordinada. Em consequência da reestruturação, o predicado complexo resultante manifesta apenas uma posição de sujeito sintático, e o sujeito do infinitivo é licenciado pelo verbo da matriz (recebendo Caso acusativo). As orações com predicados causativos e perceptivos estão amplamente discutidas na literatura, em diferentes modelos de análise. Seguindo Wurmbrand (2001), assumimos que a reestruturação ocorre por meio da categoria aspectual (AspP), que introduz a oração subordinada.

sujeito (nulo) referencialmente dependente de um termo da matriz pode ser licenciado pelo infinitivo flexionado ou sem flexão. No primeiro caso, a flexão licencia um sujeito (nulo) nominativo; no segundo caso, o infinitivo é impessoal, e o sujeito é uma categoria pronominal nula, que não recebe marca canônica de caso.

Propriedades adicionais podem ser consideradas, particularmente em relação aos contextos em que o sujeito do infinitivo é referencialmente dependente de um termo na oração principal. Essas questões são discutidas no âmbito da chamada teoria do controle (de referencialidade), mas o aprofundamento dessas questões foge ao escopo deste trabalho. Passamos então a considerar o caso do português brasileiro.

UMA NOTA SOBRE O INFINITIVO (FLEXIONADO) NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Conforme mencionado, a despeito das mudanças que afetaram o sistema flexional do verbo no português brasileiro (doravante PB), merece nota o fato de que a categoria do infinitivo flexionado se mantém na língua. Nesse sentido, o infinitivo no PB, como no português europeu e no galego, tem a possibilidade de licenciar um sujeito (lexical) com referência independente, em relação à oração principal. Essa situação está crucialmente associada à presença da flexão de número.

Em relação à reanálise do sistema pronominal, tem-se a gramaticalização do pronome de tratamento ‘você’, que passa a integrar o paradigma dos pronomes pessoais (em substituição ao pronome ‘tu’). Por sua vez, essa categoria controla a flexão gramatical de 3ª pessoa. A expressão coletiva ‘a gente’ passa a designar inclusivamente o falante, correspondendo, portanto, à primeira pessoa do plural. Essa categoria também controla a flexão gramatical de 3ª pessoa. Diante disso, mantida a categoria de número no sistema flexional do verbo, o paradigma do infinitivo flexionado no PB, manifesta-se, na língua falada, como a seguir:

Aprender

1s (eu) aprender

2s (você) aprender

3s (ele/a) aprender

1pl (a gente) aprender

2pl (vocês) aprenderem

3pl (eles/as) aprenderem

Nesse sentido, a expectativa é que as propriedades citadas em relação ao português arcaico se mantenham, apesar da marcação morfossintática por meio de sufixo flexional, estar restrita à 2ª e à 3ª pessoa do plural. Essa questão está originalmente levantada por Monteiro (1996), que conduz um estudo de caráter quantitativo, no quadro teórico da sociolinguística variacionista (Labov, [1972]/2008), com dados colhidos em um corpus de língua falada (com falantes nativos de Fortaleza), em que demonstra a presença do infinitivo não flexionado em variação com o infinitivo flexionado, embora este último tenha incidência muito baixa.

Computando-se somente as orações infinitivas e desprezando-se pois as ocorrências de locução verbal, que são numerosas, mesmo assim, ele só apareceu em 20% das orações (...) E levando-se em conta apenas duas pessoas gramaticais (a primeira e a terceira, ambas do plural), já que nas demais não ocorre a flexão (...) inexitem as flexões verbais da primeira e da terceira do singular (...). Todos esses fatores diminuem ainda mais o percentual de ocorrência do infinitivo flexionado, que, em suma, não chega a 3% em relação à frequência total dos infinitivos. (Monteiro, 1996, p. 65)

Trata-se, portanto, de um fenômeno que não se identifica pela frequência, por sua distribuição sintática restrita, embora sua manifestação esteja corroborada nos dados coletados pelo autor. Após descrição das formas variáveis, o autor se detém no debate sobre os fatores que condicionam esse fenômeno, destacando-se a referência independente do sujeito e a posição do infinitivo em relação ao verbo da oração matriz/principal. Como nos dados do português arcaico, o infinitivo sem flexão é encontrado nas estruturas em que o sujeito é referencialmente dependente de um termo da matriz (30) e (31), enquanto o infinitivo flexionado ocorre com sujeito referencialmente independente (32). Além disso, o sujeito referencialmente independente em posição posposta em relação ao verbo no infinitivo pode determinar a ocorrência do infinitivo sem flexão (33), um fenômeno também encontrado em orações finitas. Nos contextos de predicado matriz causativo ou perceptivo, não existe variação, ocorrendo sempre o infinitivo sem flexão (34).

(30) (...) basquetebol era uma atração em Fortaleza que levava *centenas, milhares de pessoas* para assistir.

(31) (...) ele dá pensão para *os filhos* até *atingir* a maioridade.

(32) (...) só deu tempo de *nós almoçarmos*.

(33) (...) ela está deixando primeiro esfriar mais né *passar* mais *essas festas natalinas*.

(34) (...) as caldeiras moviam, *faziam girar os geradores*.

Gorsky (2000) investiga a hipótese de regularização do infinitivo como impessoal, mediante um estudo também baseado na sociolinguística variacionista e realizado com falantes nativos adultos da região sul (florianopolitanos), em que demonstra uma correlação entre uso do infinitivo sem flexão (93% dos casos) e ausência do sujeito expresso (71%).¹¹ Esse resultado, embora pareça contrariar a afirmação quanto à presença do infinitivo flexionado no PB, faz a qualificação empírica dos contextos que, desde o português arcaico, desfavorecem a flexão, a saber, aqueles em que o sujeito não está lexicalmente expresso, encontrando seu referente na oração principal. De fato, as ocorrências do infinitivo flexionado tiveram baixa incidência no corpus — de um total de 1.429 dados de infinitivos, 234 (16%) foram consideradas potencialmente sujeitas à flexão, dos quais 8% (19 ocorrências) com flexão. Além de o estudo ter controlado como variável independente a correferencialidade do sujeito, na expressão do sujeito, tendo esta se mostrado estatisticamente significativa, confirmou-se como estatisticamente significativa a relação entre o sujeito expresso e a presença do infinitivo flexionado (sendo também estatisticamente significativa a relação entre o sujeito expresso e a referência independente). Transcrevemos a seguir alguns dados citados por Gorsky (2000, p. 98).

(35) Antigamente, *pra tu ir* para o aeroporto era uma viagem (FLP 24, L1342).

(36) Hoje eu fico muito decepcionada quando eu vejo *os políticos falarem* do menor abandonado (FLP 15, L 398).

O fator linguístico que se mostrou condicionante para esta variável foi a presença formal do sujeito diante do infinitivo, com o seguinte comportamento: presença do sujeito favorece a flexão do infinitivo (peso relativo 0.86), e ausência inibe esta marcação morfológica (peso relativo 0.29) (Gorsky, 2000, p. 98)

Pesquisas no quadro teórico gerativista corroboram essas conclusões, além de apontar para a ocorrência de estruturas inovadoras no PB, em que o infinitivo flexionado está presente.¹² Conforme destaca Salles (2005), verbos de solicitação (*pedir*), assim como verbos volitivos (*querer*) selecionam orações infinitivas introduzidas pela preposição *para*

¹¹ É interessante notar que no dialeto dessa região o pronome *tu* é produtivo na língua oral (diferentemente de outras regiões em que prevalece *você*, como pronome de 2ª pessoa).

¹² A ocorrência do infinitivo flexionado com predicados causativos é um fenômeno posterior na diacronia do português, conforme Martins (2004). Lima-Salles e Pilati (2011) propõem que a ocorrência tardia desse fenômeno está associada à ordem dos termos na oração subordinada. O aprofundamento dessa questão foge ao escopo deste trabalho.

(37-38), em substituição à oração subordinada com o verbo no subjuntivo (37^a-38^a). Em virtude do tipo semântico do verbo da matriz/principal, nesse tipo de construção, o sujeito tem referência independente. Cabe notar que a estrutura com o verbo de solicitação (37) é amplamente difundida no PB, enquanto a estrutura com o verbo volitivo (38) tem ocorrência restrita (sendo encontrada no dialeto maranhense e cearense).

PB

(37) Pediu para *os meninos comerem* o bolo.

(37^a) Pediu para que *os meninos*, que [3pl] comessem o bolo.

PB *dialetal*

(38) Quer para *os meninos comerem* o bolo.

(38^a) Quer que *os meninos* comam o bolo.

Vale finalmente destacar os resultados do estudo de Canever (2017), também desenvolvido no quadro teórico variacionista, que investiga a ocorrência do infinitivo flexionado em um corpus de língua escrita — especificamente constituído por teses nas áreas de ciências humanas e de ciências exatas. Partindo da hipótese de que o registro formal favoreceria o uso da flexão, tendo em vista o prestígio associado à concordância, socialmente constituído ao longo do tempo, foram analisados os contextos em que o uso da flexão é opcional — a saber, nas orações infinitivas adverbiais, nos complementos infinitivos de nomes e de adjetivos, conforme ilustrado em (39), (40) e (41), respectivamente (com dados extraídos de Maurer Jr., citados por Canever (2017, p. 3).

(39) Viemos cedo, por *estar(mos)* ansiosos de conhecer os resultados.

(40) Eles têm a vantagem de *conhecer(em)* bem o grego e o latim.

(41) Estes, certos de *ter(em)* assegurado a vitória, tornaram-se negligentes e descuidados.

Embora não tenha sido confirmada a hipótese da autora quanto ao aumento no uso da flexão nas teses produzidas no período entre 1995 e 2014, foi observado aumento na frequência do infinitivo flexionado em estruturas introduzidas por preposição ou locução prepositiva, em contextos adverbiais, e com o verbo ‘ser’ (independentemente do contexto sintático). Os resultados do estudo citado são relevantes para a presente discussão por dois pontos de vista: em primeiro lugar, vem confirmar a vitalidade do uso do infinitivo flexionado, em segundo lugar, vem demonstrar que a variação na estrutura examinada não está sujeita ao fator pressuposto, que é o prestígio social angariado pela concordância, ao longo do tempo, como resultado da escolarização. O que se constata é que a possibilidade

de licenciar o sujeito do infinitivo correferencial com um termo da oração matriz/ principal sem a flexão está disponível para as línguas em geral, uma propriedade da Gramática Universal (desde que as categorias gramaticais relevantes estejam presentes). O uso do infinitivo flexionado nesse mesmo contexto se manifesta como uma propriedade específica da gramática, cuja ocorrência permite licenciar não só o sujeito referencialmente dependente, como também o sujeito de referência disjunta — compare-se (42) com (39) acima:

(42) Viemos cedo, por estarem *nostros filhos* ansiosos por nossa chegada.

Nesse sentido, não se trata de um fenômeno variável, mas de contextos sintáticos diferentes, com propriedades formais distintas, que estão disponíveis na gramática da língua em função de uma opção específica da língua. No contexto em que o infinitivo ocorre sem flexão, o sujeito da oração infinitiva é referencialmente ligado a um termo na oração matriz/ principal, dispensando licenciamento pela categoria funcional Tempo (T), associada ao Caso nominativo, na estrutura subordinada. Inversamente, a presença do infinitivo flexionado pressupõe que a categoria funcional T esteja habilitada a licenciar o sujeito, que é marcado com o Caso nominativo, em uma configuração oracional plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, examinamos a ocorrência de infinitivo flexionado em orações reduzidas de infinitivo no português arcaico, considerando como fonte primária de pesquisa os *Diálogos de São Gregório*, na edição diplomática de Mattos e Silva (1971), bem como a manifestação dessa categoria gramatical no português brasileiro. Verificamos que o infinitivo flexionado ocorre amplamente em orações adverbiais, enquanto sua distribuição em orações completivas se restringe a estruturas introduzidas por preposição e a contextos de predicação secundária. Seguindo a tradição, verificou-se que a manifestação da flexão está crucialmente associada à presença de sujeito com referência independente na oração infinitiva. Na presença de sujeito referencialmente dependente de um termo na oração matriz/ principal, o infinitivo ocorre com ou sem flexão. Adotando o quadro teórico gerativista, argumentou-se que, nos contextos em que o infinitivo ocorre com ou sem flexão, não existe variação (laboviana), mas contraste no licenciamento formal do sujeito, que é marcado como nominativo, no primeiro caso, e fica inerte para essa marcação, no

segundo caso. Nesse sentido, cada opção corresponde a uma propriedade formal da gramática.

Retomando estudos prévios sobre a ocorrência do infinitivo flexionado no português brasileiro, com dados de língua falada e escrita de falantes do português brasileiro, submetidos a tratamento quantitativo (na metodologia da sociolinguística laboviana), constatou-se que, a despeito das transformações que afetaram o paradigma flexional dos verbos nessa língua, em decorrência da reanálise do sistema pronominal, essa categoria se mantém intacta na língua. Sua baixa incidência nos dados é atribuída a fatores independentes, como a marcação morfossintática restrita às pessoas do plural, bem como as condições de sua distribuição em contexto de subordinação.

Em relação aos demais fatores que determinam a distribuição do infinitivo flexionado nos dados do português arcaico (que se estendem ao PB), constatou-se que as estruturas com predicado causativo e perceptivo no português arcaico manifestam o infinitivo sem flexão, o que, de acordo com a presente análise, está relacionado à possibilidade de reestruturação dos predicados. No entanto, predicados com verbos perceptivos podem selecionar uma estrutura em que o infinitivo flexionado está presente, o que leva à conclusão de que, nesse caso, não ocorre a reestruturação, manifestando-se uma estrutura oracional plena. Além disso, fatores como a ordem do sujeito em relação ao verbo no infinitivo, bem como a transitividade do verbo podem ser relevantes em relação à manifestação da flexão, o que também se aplica às estruturas finitas (Pilati, 2006). Finalmente, há os casos em que a flexão do infinitivo ocorre no segundo termo de uma sequência de orações infinitivas coordenadas entre si, mas não no primeiro termo, o que aponta para a necessidade de aprofundar a investigação em relação ao papel da estrutura coordenada na retomada anafórica do termo antecedente na oração principal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANEVER, Fernanda. *Infinitivo flexionado em português brasileiro. Frequência e percepções sociolinguísticas*. 125f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CASTILHO, Ataliba. *Como, quando e onde nasceu a língua portuguesa? Em: <http://museudalinguaportuguesa.org.br/estacao-educativo/biblioteca/lingua/>*. Acesso em 1/12/2018.

CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

- DIAS, Epiphânio. *Sintaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Ed., 1918.
- FARACO, Carlos A. *História Sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- GORSKY, Edair. Variação no uso do infinitivo pessoal. *Organon*, 14 (28-29), 2000, p. 95-113.
- HAUY, A. *História da Língua Portuguesa I. Século XII, XIII e XIV*, São Paulo: Ática, 1989.
- HOUAISS, Antônio. *O Português do Brasil*. São Paulo: Unesco, 1985.
- JONES, Micheal Allan. *Sardinian Syntax*. London: Routledge. 1993.
- KATO, Mary; TARALLO, Fernando. *The loss of VS syntax in Brazilian Portuguese*. In Schlieben-Lange, I. Villaça Koch, Jungbluth (orgs.) *Dialog zwischen den Schulen*. Münster: Nodus Publikationen, 1993/2003.
- LABOV, William. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, [1972]/2008.
- LIMA-SALLES, Heloisa. M.; PILATI, Eloisa. Correlações entre a ordem sujeito verbo e as características das construções causativas no português brasileiro (PB). *Veredas – Sintaxe das Línguas Brasileiras*. v. 18, n. 1, 2014, p. 203-221. Em <http://www.ufjf.br/revistaveredas/edicoes/2014-2/edicoes-2014/>, Acesso em 31/03/2018.
- MAIA, Clarinda Azevedo. *História do Galego-Português: estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Volume I/ II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, [1986]/ 2017.
- MARTINS, Ana Maria. Ambiguidade estrutural e mudança linguística: a emergência do infinitivo flexionado nas orações complemento de verbos causativos e perceptivos. *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa. Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva*, Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo, & Clara Barros (eds). Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 197-225.
- MATEUS, Maria Helena M. *et al. Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *A mais antiga versão portuguesa dos “Quatro livros dos Diálogos de São Gregório”*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1971.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas - elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa, Estudos Gerais: Imprensa Nacional, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989) *Ensaio para uma Socio-história do Português Brasileiro*. São Paulo, Parábola, 2004.

- MATTOSO CÂMARA, Joaquim. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- MONTEIRO, José Lemos A variação do infinitivo em português. *Revista de Letras*, v. 18, n. 1, jan/jul, p. 62-68, 1996.
- NOONAN, Michael. Complementation. In: Shopen, T. (org.). *Language Typology and Syntactic Description*, Vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- PAIVA, Dulce F. *História da Língua Portuguesa II. Século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1988.
- PILATI, Eloisa. *Aspectos sintáticos e semânticos da ordem verbo-sujeito no português*. 242 f. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2006.
- ROBERTS, Ian. *Diachronic Syntax*. Oxford: OUP, 2010.
- RODRIGUES, Aryon. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.
- RODRÍGUEZ, Begoña Ururburu. Construccions de infinitivo con referencia persoal no iberrománico. *Revista de Lengüas y Literatura Catalana, Gallega y Vasca*, XXI, 2016, P. 193-208.
- SAID ALI, Manoel. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, São Paulo: Melhoramentos/Brasília, DF.: Editora da UnB, [1921]2001.
- SALLES, Heloisa M. L. Exceptional Case marking in Brazilian Portuguese. In BATLLORI, M. & M-L HERNANZ & C. PICALLO & F. ROCA (orgs) *Grammaticalization and Parametric Variation*. Oxford: OUP, 2005, p. 72-81.
- SILVA NETO, Serafim da *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença – Instituto Nacional do Livro, 1979.
- TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.
- WURMBRAND, Susi. *Infinitives, Restructuring and Clause Structure*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2001.

**POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NO *FLOS SANCTORUM*
E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

**THIRD PERSON POSSESSIVES IN THE *FLOS SANCTORUM* AND
IN CONTEMPORARY BRAZILIAN PORTUGUESE**

Maria Aparecida Corrêa Ribeiro Torres Morais

Professora Associada da Universidade de São Paulo, Brasil
Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil
e-mail: torres.mariacida@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1012-3795>

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.26600>

Recebido em 19 de março de 2019

Aprovado em 6 de maio de 2019

RESUMO:

O estudo investiga a ocorrência de possessivos no *Flos Sanctorum* (século XIV) e no português brasileiro contemporâneo (PB), considerando a distribuição do pronome *seu* pré-nominal, na relação com outras estratégias de expressão da posse. Argumenta-se que a análise dessas estruturas é essencial para uma abordagem das propriedades inovadoras do PB, particularmente (i) a mudança do estatuto do pronome *seu*; (ii) a implementação das formas *dele(s)/ dela(s)*; a perda do pronome dativos de posse *lbe(s)*; o uso generalizado do possessivo nulo nas construções envolvendo posse inalienável.

Palavras-Chave: pronome possessivo; genitivo; português arcaico; *flos sanctorum*.

ABSTRACT:

The study examines the occurrence of possessive pronouns in the *Flos Sanctorum*, a document from the XIV century, considering the distribution of prenominal *seu*, as opposed to other strategies in the expression of possession. It is argued that the analysis of these structures is essential for an approach of the innovative properties of PB, particularly (i) the change in the grammatical status of the pronoun *seu*; (ii) the implementation of the forms *dele(s)/ dela(s)* (=of+3p+Masc/Fem+s/pl); the loss of possessive datives *lbe(s)*; the generalized use of the null possessive in constructions involving inalienable possession.

Keywords: possessive pronouns; genitives; Old Portuguese; *flos sanctorum*.

A discussão que se apresenta neste artigo está baseada em dois objetivos principais: o primeiro deles é descrever aspectos gramaticais do possessivo *seu* pré-nominal de 3ª pessoa, correlacionando a atuação dessa forma a outras estratégias pronominais na expressão da posse, tais como se manifestam no *Flos Sanctorum*, documento arcaico do século XIV.¹ O segundo objetivo é argumentar a favor da hipótese de que a perspectiva comparativa entre o português arcaico (PA) e o português brasileiro contemporâneo (PB) é fundamental para uma abordagem dos conhecidos desenvolvimentos históricos relacionados ao sistema possessivo do PB, a saber: (i) reanálise no estatuto pronominal do possessivo *seu* de 3ª pessoa; (ii) implementação das formas perifrásticas *dele(s)/dela(s)* no sistema possessivo; (iii) perda dos dativos de posse de 3ª pessoa *lhe/lhes*; (iv) uso generalizado do possessivo *nulo* nas construções de posse inalienável.²

Na realização desses objetivos duas limitações se colocam. A primeira delas se refere a uma dificuldade natural imposta pela natureza dos dados históricos. Enquanto no estudo do PB podemos contar com a intuição/competência linguística do falante sobre o estatuto gramatical ou agramatical de um determinado fenômeno, no estudo da documentação arcaica remanescente não se pode afirmar que uma propriedade gramatical ausente não estivesse presente na fala. A pergunta que se coloca de imediato é a seguinte: Seria a língua veiculada na escrita medieval uma representação da gramática dos falantes da época? Ou estaria ela distanciada dos usos estabelecidos nas situações normais de comunicação?

Mattos e Silva (1994, 2008) parte de uma observação interessante para tratar tais questionamentos: a documentação arcaica revela rica variação em diversas áreas da gramática. De fato, as primeiras gramáticas da língua portuguesa datam do século XVI: a de Fernão de Oliveira (1536) e a de João de Barros (1540). Com isso, o acervo documental remanescente,

¹ O termo *seu* abrange as variações de número e gênero que a forma apresenta no português.

² Os termos Português Arcaico e Português Brasileiro não definem uma realidade linguística homogênea, mas sim um conjunto de variedades já identificadas e descritas por inúmeros pesquisadores. As variáveis normalmente incluem população urbana *vs.* não urbana, populações isoladas *vs.* integradas, ao lado de outras de natureza social ou cultural, como grau de escolaridade, classe social, idade do falante. No caso do PB, destaco ainda a importância da variável língua falada *vs.* língua escrita, por serem ambas reveladoras de competências distintas do falante letrado.

anterior a essa data, não incluiria restrições possivelmente “normativas”. Segundo a autora, a ausência de um controle gramatical normativo faz com que a variação possa ser considerada um fato indicativo de usos da fala.

A segunda limitação refere-se ao fato de se tratar de um estudo que busca comparar duas gramáticas, a da fase arcaica e a do português brasileiro contemporâneo. Ora, essa perspectiva não nos permite traçar um percurso histórico propriamente dito, uma vez que desconsidera a existência de outras gramáticas: a do português clássico e a do português europeu moderno.

Antecipando as seções que compõem a estrutura do texto, apresento algumas características do documento arcaico escolhido. Como nos informa Machado Filho (2009), nas seções que compõem a sua edição, denominadas respectivamente *A história recuperável* (p. 20-25) e *Características gerais do documento* (p. 27-28), o *Flos Santorum* é um documento fragmentário, de caráter hagiográfico, escrito em pergaminho, paleograficamente datável do século XIV³. Trazido ao Brasil, em 1950, por Serafim da Silva Neto, juntamente com a versão mais antiga em português dos *Diálogos de São Gregório* e do *Livro das Aves*, integra, desde 1964, juntamente com os dois outros acima citados, o acervo da Seção de Obras Raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. O *Flos Sanctorum* é hoje constituído de 81 folhas, sendo ainda controversa a origem de sua produção. No entanto, esse último aspecto, conforme assumido por Machado Filho, não constitui empecilho para o filólogo, na medida em que os indícios paleográficos patentes no documento revelam que se trata de uma cópia de outra versão desaparecida, escrita em linguagem, e não de uma cópia de um original latino. O autor nos oferece também uma leitura “interpretativa” da obra, com o intuito de colocar o texto ao alcance do estudioso pouco acostumado com a grafia do português arcaico, tornando-o, pois, mais acessível a um público menos especializado.

³ Há anos, filólogos e linguistas portugueses e brasileiros têm vasculhado arquivos em busca da documentação medieval remanescente. A delimitação da denominada fase arcaica não é consensual, o que não deveria ser causa de nenhum constrangimento, uma vez que, à medida que novos documentos emergem, os contornos cronológicos naturalmente se modificam. Um exemplo disso são os achados de Martins (1999), os quais revelam que *Notícia de fiadores*, datado de 1175, deve ser considerado o mais antigo documento escrito em português. Para uma recente discussão sobre o limite inicial e final do português arcaico, cf. Mattos e Silva, 2008. Igualmente, para uma descrição das edições de textos do período arcaico, cf. Mattos e Silva (1999). E para reflexões sobre a periodização do português, veja-se Castro (2011): cap. III.

Em Torres Morais e Ribeiro (2014), afirmamos que a escolha do *Flos Sanctorum* como objeto de estudo levava em conta o caráter inédito, até aquele momento, das edições paleográfica e interpretativa realizadas por Machado Filho. Da mesma forma, o documento pareceu-nos relevante por ser ainda pouco explorado linguisticamente, em particular, no que se referia ao estudo do sistema dos pronomes possessivos de 3ª pessoa. A nossa expectativa era dialogar com outros estudos que trataram dos padrões possessivos arcaicos, numa perspectiva histórica e comparativa com padrões de variedades modernas do português, os quais têm sido foco de grande interesse na literatura recente (cf. entre vários outros, Mattos e Silva, 1989, 2008; Miguel, 2004; Castro, 2006; Menuzzi e Lobo, 2016; Torres Morais e Salles, 2016).

Por fim, é preciso ressaltar que, na abordagem da documentação arcaica, o termo prosa “literária” tem uma conotação mais ampla e inclui os textos narrativos ou religiosos, como o *Flos Sanctorum*. A literatura especializada considera que todos eles são textos originalmente escritos em português, ou traduzidos do latim e de outras línguas e, ao lado da documentação poética e notarial, representam fontes primárias para estudos do português arcaico. Na perspectiva de Mattos e Silva (2008), eles representam material para a abordagem da morfologia nominal e verbal e para um reconhecimento dos arranjos diversos das estruturas sentenciais. Ou seja, a variedade temática e a extensão que tais textos apresentam nos permitiriam entrever os recursos sintáticos e estilísticos disponíveis para o funcionamento efetivo da língua arcaica.⁴

Este artigo está estruturado da seguinte forma. A seção 2 traz uma apresentação do paradigma dos pronomes possessivos pré-nominais de 3ª pessoa *seu (s)*, *sa(s)* no *Flos Sanctorum*, focalizando as suas propriedades gramaticais e a natureza semântica dos antecedentes com os quais eles estabelecem relações anafóricas. Outras estratégias na realização da posse pronominal de 3ª pessoa são igualmente identificadas, a saber: (1) uso das formas perifrásticas

⁴ Isso não significa colocar em segundo plano documentos de outra natureza. Assim é que em *Documentos Portugueses do Noroeste da Região de Lisboa. Da produção primitiva ao século XVI*, Martins (2001) apresenta uma primorosa edição de um conjunto de 218 textos não literários de caráter jurídico (documentos notariais), na sua maioria inéditos e, na sua quase totalidade produzidos entre meados do século XIII e meados do século XVI. Como a autora reconhece, tais documentos, diversificados ainda em seus propósitos, ofereceram-lhe um rico material para o estudo de um fenômeno da sintaxe histórica do português: a colocação dos pronomes clíticos. Da mesma forma, Clarinda de Azevedo Maia (1986), na obra *História do Galego Português*, afirma que o *corpus* notarial de caráter particular por ela editado, constituído de 136 documentos da Galiza e 32 documentos do Noroeste de Portugal foram fundamentais para o reconhecimento de traços particulares da evolução do galego em relação ao português.

de+ele/ ela/ eles/elas, em particular, na formação das estruturas de redobro *seu...dele*; (ii) uso do possessivo *nulo* na construção de posse inalienável; (iii) uso das formas *lhe/lhes* na expressão da posse externa dativa. A seção 3, por sua vez, apresenta o sistema possessivo em uso no PB falado, contrapondo-o ao PA, em dois aspectos inovativos. O primeiro deles é a reanálise do possessivo *seu* como forma pronominal para se referir à 2ª pessoa do discurso (*você*). O segundo se refere à sua atuação como forma anafórica de 3ª pessoa, condicionada por aspectos morfossintáticos e semânticos. A seção 3 ainda retoma e refina abordagens teóricas, em particular, Menuzzi 1996, 2003, com o objetivo de propor uma análise do possessivo *seu* no PB.¹³ Adicionalmente, contemplam-se outros desenvolvimentos da gramática possessiva do PB, entre eles, o da perda dos clíticos dativos *lhe/lhes* de 3ª pessoa e sua substituição pelas formas genitivas preposicionadas. Reconhece-se ainda um aspecto conservador, instanciado no uso de um possessivo *nulo* nas construções de posse inalienável. Por fim, a seção 4 apresenta a conclusão do texto.

2. EXPRESSÃO DA POSSE DE 3ª PESSOA NO *FLOS SANTORUM*

Início esta seção com uma rápida introdução a respeito da interpretação dos pronomes possessivos no PB. Como se sabe, o possessivo simples de 3ª pessoa, *seu(s)*; *sua(s)* obtém uma interpretação dêitica, no contexto situacional, quando corresponde semanticamente à 2ª pessoa do discurso (*você*). A mesma forma estabelece relações anafóricas com o antecedente/possuidor de 3ª pessoa. Esse antecedente apresenta uma natureza semântica distinta, nos seguintes termos: se for uma expressão nominal que designa uma entidade particular no universo do discurso, é uma expressão referencial. Nesse caso, o pronome possessivo será semanticamente correferencial se denotar o mesmo indivíduo denotado pelo antecedente.⁵ Por outro lado, quando o antecedente é uma expressão não referencial, como é o caso dos quantificadores (*cada, todo, ninguém, nenhum*), indefinidos e genéricos, o pronome possessivo receberá uma interpretação que depende da denotação do antecedente, ou seja, a interpretação de variável

⁵ A literatura especializada considera como expressões referenciais típicas os pronomes pessoais, os nomes próprios e as expressões nominais introduzidas por artigos definidos e demonstrativos. No uso da linguagem, porém, a identificação de um referente como entidade única depende dos contextos, quer discursivo, quer situacional, nos quais o falante tem a intenção de o identificar e supõe que o ouvinte também o identifique. No entanto, é preciso lembrar que os pronomes (pessoais e possessivos) de 3ª pessoa podem ser dêiticos ou anafóricos em razão de não terem autonomia referencial, ou seja, conteúdo referencial inerente.

ligada. Vejamos os exemplos (1a -d):

- (1)
- a. O *Pedro* acha que a professora do *seu* filho é muito brava.
 - b. O *Pedro* acha que a professora do filho *dele* é muito brava.
 - c. *Cada professora* devia cuidar dos *seus* alunos.
 - d. *Pedro*, a professora acha que o *seu* filho está muito desobediente.

Em (1a) temos o que seria uma leitura correferencial do possessivo, uma vez que *Pedro* e *seu* tem o mesmo referente. A mesma leitura se obtém com a forma perifrástica (1b), já que uma mesma entidade é referida duas vezes por expressões distintas, nesse caso, *Pedro* e *dele*. Em (1c), porém, o possessivo *seus* tem obrigatoriamente uma leitura de variável ligada. A sua referência varia dependendo das entidades cobertas pela expressão quantificada *cada* que pode compreender a *Maria* e a *Ana*, ou seja, o possessivo anafórico vai se referir variavelmente a ambas. Em (1d) o possessivo *seu* tem uma interpretação dêitica de 2ª pessoa do singular, portanto, obrigatoriamente correferencial.

Como veremos, essas noções de natureza semântica, aliadas a outras de natureza morfossintática e sintática serão relevantes para o entendimento das mudanças que caracterizam o sistema possessivo do PB em relação ao PA.

2.1. AS FORMAS POSSESSIVAS SIMPLES NO PA

Vejamos a exposição das formas possessivas simples no PA, no Quadro 1 abaixo.

QUADRO I - O paradigma dos pronomes possessivos no PA⁶

⁶ Quadro extraído de Mattos e Silva (2006). Exemplos renumerados e com legenda alterada.

POSSUIDOR REFERÊNCIA	Num. Gen.	UM		MAIS DE UM	
		Singular	Plural	Singular	Plural
1ª pessoa	m.	Meu	Meus	Nosso	Nossos
	f.	Ma ~ mha ~ minha	Mas ~ mhas ~ minhas	Nossa	Nossas
2ª pessoa	m.	Teu	Teus	Vosso	Vossos
	f.	Ta ~ tua	Tas ~ tuas	Vossa	Vossas
3ª pessoa		Sing.		Pl.	
	m.	Seu		Seus	
	f.	Sa ~ sua		Sas ~ suas	

Observe-se primeiramente que o paradigma engloba tanto os morfemas que expressam pessoa e número do possuidor (*m-, t-, s-, nos(s)-, vos(s)-*), como os morfemas que expressam as marcas de número (singular/plural) e gênero (masculino/feminino) do possuído. O paradigma revela ainda uma particularidade do possessivo *seu* amplamente reconhecida na documentação arcaica remanescente, a saber: na relação possuidor-possuído, *seu* expressa concordância de número e gênero com a coisa possuída. No entanto, a forma é subespecificada quanto à categoria número, não distinguindo entre o possuidor singular e o possuidor plural.

Torres Morais e Ribeiro (2014) notam que, no *Flos Sanctorum*, o possessivo *seu* foi exclusivamente usado na retomada do antecedente de 3ª pessoa, uma vez que a forma gramaticalizada “*Vossa Mercê*” ainda não fazia parte da gramática arcaica, tendo sido incorporada à língua por volta do século XV.⁷ As construções com os possessivos *seu(s)* (para nomes-possuídos masculinos) e *sa(s)* (para nomes-possuídos femininos) são as mais frequentes. Em (2a-e) o possessivo *seu* é a forma usada para retomar antecedentes referenciais (em itálico). Observe-se ainda que a forma *seu* pode se referir a um possuidor único (cf. 2a-d) ou a vários possuidores (cf. 2e), embora sempre de 3ª pessoa.⁸

- (2) a. {F63rC1} E *el* foy-se pera o ermo e despendeu toda *sa* vida em muyta negligença, ca nem orava, nem guardava *seu* seço, nem fazia *sas* esteenças, nem chorava *seus* pecados, nem dos outros

⁷ Para um estudo do percurso histórico do pronome “você” no português, cf. Faraco (1996).

⁸ Os pronomes possessivos de 3ª pessoa diferem dos de 1ª e 2ª pessoas, os quais expressam morfologicamente, através de morfemas distintos, os traços de pessoa e número do possuidor, respectivamente o falante e o ouvinte. (Cf. Mattoso Camara 2007:121, para uma proposta que contempla a natureza substantiva (pronominal) e adjetiva dos possessivos, com base na concordância que se estabelece de um lado com o possuidor, de outro com o possuído).

pecadores, assi como ermitã e homem apartado do mundo devia a fazer.

b. {F54rC2}... e fez voto a Deus que naquel logar entraria *el* por monge pera servir a Deus e fazer enmenda dos *seus* pecados que havia feytos. Depos esto tornou-se pera *sa* casa e caeu logo em hũa enfermidade tã grande de que morreu. E os *seus* parentes e os *seus* amigos e os outros que o conhociam desasperavam de *sa* salvaçõ.

c. {F76rC1}... *a gloriosa virgem sancta Olalha* julgou os tortos e as desonras que fizeram ao *sen* servo em esta manera. Jazendo Leouegildo, princepe mao e cruevil de que suso falamos, hũa noyte dormindo em *sen* leyto, apareceu-lhi a gloriosa sancta Olalha e deu muytos açoutes em *sas* costas e disse-lhi:

d. {F37vC1} *E o sancto bispo* a que el esto contava deu grandes graças a Deus porque livrou os *seus* servos de tantos perigoos e mandou todo esto dizer a Claudio, governador da cidade...

e. {F31rC1} *E aveo* depois que *aquel nobre homem* de que suso falamos com *sa* molher viverom em castidade e em temor de Deus todo tempo de *sa* vida. E a cabo de pouco tempo foramse pera a gloria do parayso e todo *sen* patrimonio ficou a sam Paulo, bispo de Merida, de que suso falamos.

O possessivo *sen* igualmente retoma antecedentes quantificados (3a-c) e indefinidos (3d). Neste caso é interpretado como variável ligada.

(3) a. {F13rC2} Vymos em Thebayda huũ moesteiro de sancto Isidro de gram nomeada, cercado de muy gram muro assi que bem cabiam hi mil celas e ante *cada hũa cela* havia *sen* poço;

b. {F29rC2} *E deziam-lhi:*

– Cruével, porque diz a escritura: “cruével é *quem* nõ cura de *sa* fama”.

c. {F79vC2} *E o emperador* mandou fazer *a cada hũũ sa* arca douro em que possuem o corpo de cada *hũũ*.

d. {F81vC2} *E teendo-a ja pera soterrarem-na,* apareceu *hũũ homem* muy fremoso e viinha pelo deserto des contra a eigreja de sam Fijz. A *sa* cara esplandecia come o sol e as *sas* vestiduras eram tã brancas come a neve.

Para a 2ª pessoa, usam-se exclusivamente os possessivos *teu(s)*, *ta(s)* (possuidor no singular) ou *vosso(s)*, *vossa(s)* (possuidor plural ou de reverência), expressos igualmente na flexão verbal, como ilustram os exemplos em (4a-c):

- (4) a. {F67rC2} E o homem bo o lhi disse:
 – Filho, torna-te sempre pera *ta* cela e trabalha sempre com *tas* mãos em boa obra e, depois que desto cansares, fazi *ta* oraçom. E todo *teu* cuydado sempre o pom em Deus...
- b. {F3vC2} – Filho, onde é este fedor que saay de *teu* corpo e onde sã aquestes vermeens de que é cheo *teu* leyto?
- c. {F48vC1} – E depois que hi entrey, ouvy que deziam na eigreja em hũa propheta Ysaías: “Lavade-vos, seede limphos, tolhede toda maldade de *vossas* almas e nã peresca ante os meus olhos, quidade ja de fazer nemiga e aprendede pera fazer bõas obras e eu vos perdoarey todos *vossos* pecados”.

2.2. A FORMA POSSESSIVA PREPOSICIONADA

O genitivo *dele* e suas variações morfológicas, por sua vez, ocorrem em contextos, tanto oblíquos, quanto genitivos, embora esses últimos casos sejam pouco produtivos, como ilustrado em (5a-b):

- (5) a. {F30rC1} E morando ali tantas foram as vertudes que em el crecerom que a fama *dele* veo ao princepe Leouegilde de que suso falamos.
- b. {F4rC2} E a nomeada *del* ya maravilhosamente per toda a terra.

Há coocorrência entre *seu(s)/sa(s)* e *dele(s)/dela(s)/del*, em um mesmo enunciado, para um mesmo referente/possuidor. Normalmente são todos casos de posse inalienável, englobando as relações de parentesco, partes do corpo, parte-todo, etc.

- (6) a. {F52rC1} E os *seus* cabelos eram tâ brancos como podia seer hũa neve, mais o sembrante *del* era muyto espantoso
- b. {F51rC2} *O abade Scisio* seendo em *sa* cela sempre louvava *seu* Deus. E deziam os padres *dele* que no dia em que morreu, seendo eles derredor dele esplandeceu a *sa* face come o sol...
- c. {F2vC1} E eu nona podia conhecer, ca eram os olhos *dela*, pola grande esteença que fazia, muyto encovados. E todos *seus* ossos lhi poderiades contar.

2.3. A POSSE EXTERNA DATIVA NO PA

Um número significativo de línguas, incluindo as línguas românicas, instanciam na sua gramática um tipo particular de construção denominada “Construção de possuidor externo”, a qual representa uma exceção dentro do padrão usual de se conectar semântica e sintaxe na expressão dos relacionamentos possessivos. Na chamada posse externa, a relação possessiva entre o Sintagma Nominal (SN) possuidor e o Sintagma Nominal (SN) possuído não se realiza sintaticamente no interior do SN complexo, como em [SN a *sua* casa] ou [SN a casa *dele*]. Assim, embora o possuidor esteja semanticamente envolvido com o possuído, ele se comporta como argumento do verbo no nível frasal (cf. Vergnaud e Zubizarreta, 1992; Payne e Barshi 1999). Em (6a-b) temos exemplos da posse externa dativa no português. Em (6a) a entidade possuída *o carro* é objeto direto do verbo *lavar*, enquanto o possuidor é objeto indireto, morfologicamente realizado pelos clíticos dativos *lhe/lhes* de 3ª pessoa. Da mesma forma, em (6b-c) temos, respectivamente, a expressão da posse externa, com um verbo estativo, *admirar*, e um verbo dinâmico, *examinar*. O que diferencia as duas últimas sentenças é o fato de ambas instanciarem a relação de posse inalienável.⁹

- (7)
- a. O José lavou-*lhes* o carro. (lhes = deles/delas)
 - b. A Maria admira-*lhe* o talento musical. (lhe = dele/dela)
 - c. O médico examinou-*lhe* a garganta. (lhe = dele/dela)

Torres Morais e Ribeiro (2014) identificam as estruturas com clíticos de 3ª pessoa *lhe~lhi/lhes~lhis*, no *Flos Sanctorum* como casos claros de posse externa dativa na gramática arcaica. Algumas observações feitas pelas autoras a respeito do documento são suficientemente relevantes para serem aqui registradas: (i) os clíticos dativos são praticamente categóricos no contexto da posse inalienável, envolvendo partes do corpo, parentesco, propriedades abstratas, etc.; (ii) não há restrição quanto aos contextos verbais, ocorrendo a posse dativa com verbos transitivos dinâmicos (8a-c); verbos inacusativos (8d); verbos inergativos (8e-f); (iii) a variante genitiva envolvendo as formas *dele, deles, dela, delas* está praticamente ausente. Vale lembrar que

⁹ Observe-se que os dativos *lhe/lhes* de 3ª pessoa não contêm informação sobre o gênero do seu antecedente.

os clíticos dativos *lbe/lbes*, assim como as formas perifrásticas realizadas pela preposição *de* + pronomes pessoais de 3ª pessoa *ele, ela, les, elas*, se assemelham na expressão dos traços de pessoa e número do possuidor, mas nenhum traço relacionado ao possuído.

- (8)
- a. {F68vC2} E pois fez sa oraçõ sobr'eles, lavou-*lhis* os pees... (=os pés deles)
 - b. {F5rC2} Quando el esto vio, começou a dar grandes vozes e, gemendo e chorando muy feramente, beyjava-*lbi* a cabeça e a barva...(=a cabeça dele)
 - c. {F74vC2} ...viinha o enmiigo e tomava-*lhis* as vestiduras dos logares em que as tiinham e pendorava-as do teyto daquela casa... (=as vestiduras deles)
 - d. {F3vC2} E depois a pouco tempo apodreceu-*lbi* a carne...e pola asperidoem da sogua secou-*xi-lbi* o corpo e entrou-*lbi* tanto a sogua pela carne que adur podia ja parecer. (lhi = dele)
 - e. {F14vC1} E porque foy ali pela voontade de Deus, assy foy açesa no seu amor que a maravilha *lbi* corriam dos olhos rios de lagrimas. (= dos olhos dela)
 - f. {F68rC2} E tanto *lbi* rugio aa orelha, ata que o trove consigo aa cidade em que morava seu padre. (=à orelha dele)

As autoras argumentam que os dativos de posse, por retomarem exclusivamente referentes de 3ª pessoa, e codificarem número (singular/plural) do possuidor, representam estratégias que contribuem para a baixa produtividade do possessivo *dele*, incluindo o redobro *seu...dele*, com apenas oito ocorrências no *Flos Sanctorum*. O exemplo (9a) é particularmente ilustrativo desse ponto: na presença de dois antecedentes, o *abade* e o *monge* a coocorrência de dativos e possessivos pré-nominais são fundamentais para a construção das relações anafóricas. O mesmo se observa no exemplo (9b), com a coocorrência de três antecedentes, neste caso, os *monges*, a *mulher* e o *marido*.

- (9)
- a. {F14vC2}E tanto que entrou deitou-se no astrago ante *seus* pees e abraçou-*lhos* e dava gemidos e chorava e apanhava da terra e deytava sobre *sa* cabeça e regava-*lbi* os pees com *sas* lagrimas, desy alimphava-*lhos* com *seus* cabelos dando vozes e dizendo...
 - b. {F51rC1} Entõ os monges veerom a aquel logar e demandarom por casa daqueles homeens e disserom aa molher que *lhis* dissesse hu era *seu* marido. E ela disse que *seu* marido era ovelheyro e andava no monte apascando *sas* ovelhas e pero recebeu-os ambos em *sa* casa.

Foram também registrados alguns casos de variação no uso dos pronomes possessivos no interior da frase nominal, a saber, a forma preposicionada (10b), e a forma simples (10c), ao lado da posse genitiva nominal (10a):

- (10) a. {F74vC2}... tomava aquel enmiigo *os ossos das animalbas mortas*
 b. {F24vC2} Quem poderia cuydar em nehña guysa que *osso delas* podesse chegar enteyro a fondo.
 c. {F2vC1} E todos *seus ossos* lhi poderiades contar.

O uso do redobro *sen...dele* foi favorecido nos contextos em que houve uma relação de posse entre o possuidor plural e o possuído singular, ou entre dois ou mais referentes interpretados como possíveis antecedentes do pronome.

- (11) a. {F50vC1} Per este exemplo que se segue aparece que muytas cousas faz Deus polos *seus* servos sem *sa* voontade *deles*.

b. {F29vC2} E porque hi havia hña mulher viuva que havia nome Eusebia de boo logar e muy sancta e desejava muyto a veer aquele abade porque lhi disserom que era muy sancto, mandou-o rogar per *muytos bomens boos* que a visse. E porque ele nunca quis consentir a *seu rogo deles* que a visse, rogou ela ao prelado da eigreja de sancta Olalha...

Os exemplos em (11 a-b) confirmam que o uso do redobro *sen ... dele* foi favorecido nos contextos em que houve uma relação de posse entre possuidor plural e possuído singular, ou entre dois ou mais referentes interpretados como possíveis antecedentes do pronome. Ou seja, a ambiguidade se manifestou pelo fato de *sen* não codificar o traço de número do possuidor, mas apenas o traço de número (singular/plural) do possuído.¹⁰

¹⁰ Torres Morais e Ribeiro (2014) afirmam que os dados do *Flos Sanctorum* corroboram Mattos e Silva (1989, 2008), na sua afirmação de que o redobro *sen...dele* configura uma estratégia para desambiguar o possuidor. Corroboam igualmente a afirmação de que a construção está restrita à 3ª pessoa. Castro (2006) sugere que a construção *sen... dele*, em que *sen* codifica traços de número do possuído, e *dele* os traços de número do possuidor seja a fonte do possessivo *dele*, como um pronome genitivo de 3ª pessoa, incluído no paradigma dos pronomes possessivos.

2.4. *SEU* POSSESSIVO *NULO* FONOLÓGICAMENTE

Como se sabe, a relação de posse entre dois constituintes envolve particularidades de natureza semântico-cognitiva, como as que se manifestam na chamada posse inalienável. A posse inalienável se identifica, normalmente, por uma relação envolvendo partes do corpo, relações de parentesco, parte-todo, embora possa se estender a objetos pessoais, como computador, celular, etc., e propriedades abstratas “inerentes”, como talento, beleza, coragem e outras.

No *Flos Sanctorum* foi possível identificar um outro tipo de construção de possuidor exteno, especializada na expressão da posse inerente. A construção se caracteriza por ter o antecedente/possuidor realizado sintaticamente como sujeito frasal, e semanticamente relacionado ao nome inalienável, núcleo do sintagma nominal (SN), obrigatoriamente definido, na função sintática de objeto direto (OD) (Exs.12a-b). Para esse tipo particular de construção, foi proposto um possuidor *nulo* (*cv*) gerado no interior do SN-OD, garantindo a associação com o nominal possuído.¹¹ Da mesma forma, a estrutura de posse externa expressa uma ligação sintática entre o possessivo nulo e o antecedente/possuidor, o qual envolve localidade e comando de constituintes.

- (12) a. {F52rC2} E pois que esto disse, estendeu *as mãos e os pees...* (= as suas mãos e os seus pés)
 b. {F16vC2}... alçou *os olbos* ao ceo ... (=os seus olhos)

Nesses exemplos, o antecedente do possessivo *nulo* é um pronome referencial *nulo* de 3ª pessoa do singular (ele), realizado como sujeito frasal.

3. O SISTEMA POSSESSIVO DE 3ª PESSOA

3.1 A VARIAÇÃO *SEU* VS. *DELE* NO PB FALADO

¹¹ A sigla *cv* equivale ao termo “categoria vazia”.

Um dos fatos mais marcantes registrados na história recente do PB é o da alternância entre as formas possessivas *seu vs. dele* na expressão da 3ª pessoa. As abordagens a respeito desse fenômeno estão ancoradas em perspectivas teóricas distintas. No entanto, os pesquisadores parecem apresentar um ponto consensual: o embate entre as formas *seu* e *dele* teria sido ativado por rearranjos no paradigma dos pronomes pessoais, resultante da gramaticalização das forma *você* como pronome de 2ª pessoa semântica, embora gramaticalmente de 3ª pessoa, como expresso na concordância verbal. Vejamos primeiramente os quadros abaixo nos quais está exposto o sistema dos pronomes pessoais em uso no PB (Quadro 2), e o sistema dos pronomes possessivos, tanto na modalidade padrão (Quadro 3), quanto na modalidade coloquial (Quadro 4).¹²

QUADRO 2: Pronomes Pessoais no PB¹³

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Sing:	eu	você	ele/ela
Pl:	nós/a gente	vocês	eles/elas

QUADRO 3: Sistema Possessivo no PB padrão

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Sing:	meu	seu	dele/dela
Pl:	nosso	seu	deles/delas

QUADRO 4: Sistema possessivo no PB coloquial

¹² Cf. Perini (1995).

¹³ O pronome pessoal *tu* de 2ª pessoa do singular ainda é usado regionalmente, sem ativar obrigatoriamente a concordância verbal.

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Sing:	meu	teu/seu	dele/dela
Pl:	nosso/da gente	de vocês	deles/delas

Uma breve comparação entre os Quadros 3 e 4 e o Quadro 1, referente ao PA, revela, ao lado de uma notável simplificação das formas disponíveis, inovações marcantes no sistema dos possessivos (Quadro 2). A primeira inovação se refere ao uso da forma possessiva simples que, embora gramaticalmente de 3ª pessoa, passa a se referir semanticamente ao possuidor de 2ª pessoa. Note-se que essa particularidade revela uma variação decorrente da distinção entre os usos preconizados pela variedade padrão (Quadro 3) e os usos coloquiais (Quadro 4). Na variedade padrão, *seu* corresponde à 2ª pessoa (singular e plural). Na variedade coloquial, envolvendo situações de oralidade, *seu* coocorre com a forma *ten*, e tem um uso especializado na expressão da 2ª pessoa do singular. Por sua vez, a 2ª pessoa do plural é realizada pela forma perifrástica *de vocês*.

A segunda inovação do sistema possessivo refere-se à implementação das formas perifrásticas na retomada do antecedente de 3ª pessoa. De fato, a forma *dele*, tanto na variedade padrão, quanto na variedade coloquial é a forma para expressar a 3ª pessoa semântica.¹⁴ No entanto, como veremos a seguir, a hipótese do desaparecimento de *seu* como forma gramatical de 3ª pessoa, exposta nos Quadros 2 e 3, encontra um obstáculo nos usos reais da língua. No cenário das discussões recentes, podemos destacar duas hipóteses.

A primeira hipótese supõe, como comentamos acima, uma *substituição de formas*: a variação *seu vs. dele* se resolve, na língua falada, pelo desaparecimento do possessivo *seu* de 3ª pessoa e implementação categórica da forma *dele* no paradigma possessivo. A forma *seu* corresponde unicamente à 2ª pessoa nocional (Cf. Silva, 1982, 1991, 1996; Perini, 1985; Cerqueira 1993; Castilho 2010, entre tantos outros).

A segunda hipótese supõe que a variação se resolve numa *especialização de formas*: os possessivos *seu* e *dele* não são equivalentes. Não há substituição de um pelo outro, mas uma

¹⁴ Lembre-se de que os pronomes possessivos de 3ª pessoa concordam em gênero e número com o nome possuído no interior do SN (*o seu livro; a sua bola*).

especialização condicionada pela semântica do antecedente – *seu* é a forma com comportamento de variável ligada na retomada de antecedentes não referenciais, entre eles, quantificadores, genéricos, indefinidos, enquanto *dele* é a forma escolhida para retomar antecedentes referenciais e expressar a correferência (Cf. entre outros, Negrão e Müller 1996; Müller, 1997; 2003; Menuzzi 1996, 2003). Observemos os dados abaixo, extraídos de Müller (1997).¹⁵

- (13) a. “aquilo que a gente vê em filmes ou em fotografias: todo mundo ali á beira da calçada tomando seu chopes tomando sua cerveja ...” (NURC/SP-13: 63).
b. “acho que a televisão brasileira ... irá encontrar seu caminho” (NURC/SP-255: 58.)
c. “...foi a primeira peça que o Ziembinski apresentou em toda a vida dele na carreira dele ...” (NURC/SP-161: 58.).

Nos exemplos (13a-b), temos a atuação do possessivo *seu* para uma interpretação de variável ligada com antecedente quantificado *todo mundo* e expressão genérica *a televisão brasileira*. Em (13c), a forma *dele* é escolhida para uma leitura anafórica em que a expressão referencial *o Ziembinski* e o pronominal *dele* tem o mesmo referente.

Silva (1996) assume a hipótese da substituição de formas no tratamento dado ao uso das variantes *seu* e *dele* com base em *corpus* de fala do Rio de Janeiro. No entanto, a autora reconhece o condicionamento imposto pela natureza semântica do antecedente. Com isso, ele define um critério de referencialidade que vai dos ‘quantificadores totalmente gerais’ (*todos, cada, alguém*, etc.), passa por indefinidos e definidos não quantitativos, até os definidos plenamente referenciais.¹⁶

A hierarquia da referencialidade presente na distribuição de *seu vs. dele*, parece ser corroborada nos exemplos em (14a-e).¹⁷

¹⁵ Os exemplos foram renumerados.

¹⁶ Vale ressaltar que a autora detecta uma outra variável relevante: a que se estabelece entre o traço semântico [+animado] vs. [-animado], atuante nos contrastes entre sentenças como *O coração e suas válvulas* e *O mecânico e as válvulas dele*.

¹⁷ Os exemplos em (14a-e) são adaptados de Menuzzi (2003a:136-4), com base na intuição linguística do autor. Os exemplos em (14f-h) são da minha própria intuição.

- (14) a. *Quem* esquece {*seu* livro / (?) *o livro *dele*} em casa não quer estudar.
b. *Cada um* deve fazer {*sua* parte / (?) *a parte *dele*}.
c. *Tudo o que é linguista* vive tentando publicar {*seus* artigos/os artigos *dele*} na *Linguistic Inquiry*.
d. *Muita atriz* não esconde que {*seu* principal mérito/o principal mérito *dela*} é ser bonita.
e. *A Maria* lavou {*o *seu* banheiro/o banheiro *dela*} com detergente neutro.
f. *O José* pensa {*na *sua* namorada/na *cv* namorada/na namorada *dele*} o dia todo.
g. *O João* quer ver {*o *seu* filho/o *cv* filho/o filho *dele*} numa boa escola.

Com quantificadores do tipo *quem, cada um*, o possessivo *seu* é a escolha categórica em detrimento da forma *dele* (14a-b). Com sintagmas indefinidos (14c-d), *seu* e *dele* podem alternar. Finalmente, com antecedentes referenciais definidos, *seu* se torna altamente desfavorecido (14e-g). Observe-se ainda que (14f-g) são construções inalienáveis. Nesses contextos, o possessivo *nulo* parece ser a estratégia mais apropriada.

Vale destacar ainda que Menezzi (1996) tem restrições a respeito das hipóteses da substituição e especialização de formas. Ambas seriam muito fortes porque, embora contemplem o PB falado, desconsideram o fato de que, na língua escrita e fala formal, *seu* é ainda favorecido como forma anafórica na retomada do antecedente referencial. 29 De fato, ao fazer uma análise do romance *Agosto* de Rubem Fonseca, separando as passagens narrativas e discurso indireto, nas quais se mantém o ponto de vista do narrador, das passagens que ilustram discurso direto, ou seja, as que reproduzem os diálogos dos personagens, o autor obteve resultados quantitativos importantes: nos trechos narrativos, o percentual do possessivo *seu* atinge 94.5%. Ao contrário, nos trechos em que se reproduziu o discurso direto, *dele* é favorecido, atingindo o percentual de 85.4%, enquanto *seu* se refere à 2ª pessoa (90.8%).

Para o autor, não se trata de uma pressão normativa, embora essa sempre possa ocorrer. Ao contrário, o licenciamento do possessivo *seu* se dá sob condições discursivas apropriadas: (i) curta distância entre as sentenças; (ii) ausência de competição entre os possíveis antecedentes do anafórico; (iii) saliência do antecedente (tópico ou não tópico); (iv) antecedente e forma anafórica dentro da mesma unidade discursiva. Tais condições revelariam

uma competência discursiva/narrativa por parte do falante nativo do PB na construção das cadeias anafóricas envolvendo *seu* e *dele*.¹⁸ Assim, considerando não apenas a língua falada (padrão e coloquial), mas igualmente os usos da língua escrita, concluímos que o Quadro 5 expressa de forma mais completa as formas possessivas em uso no PB.

QUADRO 5: Sistema possessivo do PB

	1ª Pessoa	2ª Pessoa	3ª Pessoa
Sing:	meu	teu/seu	seu/dele
Pl:	nosso/da gente	seu/de vocês	seu/deles

3.3. CONDIÇÕES SINTÁTICAS PARA A INTERPRETAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS ANAFÓRICAS

Observemos os exemplos em (15a-b).

- (15) a. [_{SN} Cada orientando] defenderá [_{SN} a sua hipótese] diante da banca.
 b. * [_{SN} O supervisor de [_{SN} cada orientando]] discutirá [_{SN} a sua hipótese]

O contraste gramaticalidade *vs.* agramaticalidade dos exemplos (15a-b) revela que, embora *seu* favoreça a interpretação de variável ligada com antecedente quantificado, esse condicionamento semântico não é suficiente. A literatura especializada sobre o tema permite-nos reconhecer que a agramaticalidade de (15b) decorre de uma condição estrutural específica que rege a interpretação da variável ligada: a relação de c-comando, a qual pode ser

¹⁸ Marangoni Jr. (2018) apresenta igualmente um estudo das ocorrências de *seu* e *dele* num conjunto de histórias infantis contemporâneas para crianças pequenas, obtendo o seguinte resultado: a forma *dele* é pouco utilizada, 19.1% das ocorrências, enquanto a forma *seu* é bastante produtiva, 81% das ocorrências, tanto na retomada de antecedentes referenciais, como não referenciais.

informalmente definida nos seguintes termos:¹⁹ uma forma pronominal Y é interpretada como variável ligada a um antecedente X, se e somente se X c-comandar Y. Em (15a), o SN quantificado c-comanda o pronome *seu*, uma vez que ocupa uma posição estrutural mais elevada. Em (15b), porém, o SN quantificado está no interior de outro SN que c-comanda o possessivo, de modo que *seu* se refere a esse SN, *o supervisor de cada orientando*, e não ao SN *cada orientando*. Vejamos a seguir o que os exemplos (16a-c) podem nos revelar a respeito do licenciamento de *seu* com antecedente referencial:

- (16) a. O João encontrou a *sua* amiga na manifestação contra o foro privilegiado.
b. A Maria vai preparar o *seu* almoço.
c. Ela lava o *seu* banheiro todo os dias.

Naturalmente, qualquer falante do PB afirmaria que o uso da forma *seu* em sentenças como (16a-c) só seria possível se as mesmas forem realizadas numa situação enunciativa, na qual o ouvinte está envolvido. Ou seja, *seu* tem uma leitura dêitica, tendo como referente o ouvinte, independentemente de quem quer que ele seja. Para o estabelecimento de uma relação anafórica com antecedente referencial, a forma plena *dele* seria escolhida, em detrimento da forma *seu*. Menuzzi (1996, 2003) afirma que essa restrição no uso do possessivo *seu* evidencia que o aspecto inovativo do PB deve ser identificado nos seguintes termos: o possessivo *seu* tornou-se um anafórico de 3ª pessoa, apresentando as seguintes propriedades: (i) exigência de um antecedente linguístico; (ii) impossibilidade de interpretação dêitica de 3ª pessoa; (iii) restrição estrutural de c-comando e localidade; (iv) interpretação de variável ligada.³³ Nessa perspectiva, entende-se que, nas sentenças transitivas (16a-c), o possessivo *seu* não encontra as condições estruturais necessárias para a retomada do antecedente referencial. De fato, *seu* ocupa uma posição no interior do SN complemento do verbo, posição esta desfavorável em termos de localidade e c-comando para a formação de uma cadeia anafórica com o antecedente. Por ser uma forma ligada, *seu* não poderia também atuar como pronome pleno e expressar correferência.

¹⁹ C-comando significa comando de constituintes. A definição clássica desse princípio foi proposta em Reinhart (1983). 32

O autor argumenta ainda que a alternância das formas pronominais *seu* e *ele* (*de+ele*) refletiria uma condição que ele define como *Economia Morfossintática das Variáveis Ligadas*: “Se uma língua dispõe de formas pronominais alternativas para uma determinada posição sintática, então a forma favorecida (ou exigida) para interpretação de variável ligada naquela posição é a forma “mais econômica morfossintaticamente” (Menuzzi 2003: 2012). 33 De fato, enquanto *seu* contém apenas informação a respeito da pessoa do antecedente/possuidor, *dele* acrescenta a essa informação, os traços de número e gênero.

3.3.2. A REPRESENTAÇÃO DA 3ª PESSOA E SUA CONSEQUÊNCIA NA COCORRÊNCIA DAS VARIANTES DO *SEU* POSSESSIVO.

Retomemos Menuzzi (1996, 2006) em sua afirmação de que a subespecificação dos traços de número e gênero da forma *seu* representa um fator importante para a sua interpretação como variável ligada. Da mesma forma retomemos a sua hipótese de que, no PB, o possessivo *seu* tornou-se um anafórico de 3ª pessoa, de modo que o desfavorecimento na retomada de antecedentes referenciais decorre de restrições estruturais na formação das dependências anafóricas, entre elas localidade e c-comando.

Em seguida, vejamos como pode ser feita uma avaliação dessas propostas à luz dos dados arcaicos. Começemos por uma constatação: nos dados extraídos do *Flos Sanctorum*, o possessivo *seu* apresentou a mesma estrutura de traços morfossintáticos que apresenta na fase moderna da língua, sem que isso tenha afetado o seu estatuto de possessivo exclusivo da 3ª pessoa, sem restrições semânticas em relação ao antecedente (cf. Quadro 1 e nota 9). Por sua vez, os pronomes dêiticos de 2ª pessoa, singular e plural, foram, respectivamente, os possessivos *teu* e *vosso*. Quanto ao possessivo *dele*, este apresentou um uso marginal, restringindo-se às estruturas de redobro *seu...dele*, em contextos altamente ambiguos.

Naturalmente, o uso inovador do possessivo *seu* como pronome dêitico para se referir à 2ª pessoa do singular, embora gramaticalmente de 3ª pessoa, uma vez que ativa a concordância verbal de 3ª pessoa (o *seu* livro *está* rasgado e não o *seu* livro *estás* rasgado), foi causada, como sabemos, por um outro desenvolvimento histórico: o rearranjo no paradigma dos pronomes pessoais com a gramaticalização da forma *você*. Vale lembrar que tal processo de gramaticalização levou alguns séculos para ser implementado e teve como causas diretas

fatores de natureza social e pragmática.

Quanto às inovações apresentadas pelo possessivo *seu* na retomada do antecedente de 3ª pessoa, a proposta que tenho em mente não se apoia nos fatores de natureza sintática e morfossintática, tais como formulados por Menuzzi, mas na seguinte conclusão: embora desfavorecido para a retomada do antecedente referencial, *seu* retoma antecedentes quantificados, genéricos, indefinidos e inanimados, todos eles expressões de 3ª pessoa. Portanto, diferentemente da fase arcaica, o possessivo *seu* ocorre em duas variantes no PB: a variante dêitica, na qual é um pronome semanticamente de 2ª pessoa, e a variante anafórica, na qual é semanticamente de 3ª pessoa. Naturalmente, ambas as variantes são gramaticalmente formas de 3ª pessoa.

O que assumo inicialmente é uma representação da 3ª pessoa com base nos traços morfossintáticos [+/-participante] e [+/-autor], em termos de Nevins (2007), e um refinamento desse sistema com a inclusão do traço [aproximativo], proposto em Pancheva e Zubizarreta (PeZ), 2017.²⁰ A assimetria entre argumentos de 1ª, 2ª pessoa e os argumentos de 3ª pessoas é codificada pela especificação do traço [participante]. Os dois argumentos participantes são, por sua vez, distinguidos pelo traço [+/-autor]. A distinção [+/-aproximativo] envolve unicamente a 3ª pessoa, uma vez que a 1ª e a 2ª pessoas são inerentemente marcadas com o traço. Segundo PeZ (2017), a noção de proximidade, como a que se expressa na 1ª, 2ª e 3ª pessoas, está relacionada à noção semântico/discursiva de centro da perspectiva.

Argumentos aproximativos são aqueles adequados para serem centros de perspectiva, ou seja, participantes no ato de fala, como é o caso da 1ª e 2ª pessoas. Os argumentos de 3ª pessoa podem ou não ser aproximativos, dependendo do contexto. Se o argumento de 3ª pessoa tiver o traço [+aproximativo], será gramaticalmente marcado como tendo uma perspectiva no evento descrito, ou por ter sido mencionado anteriormente no discurso, ou por representar a pessoa mais próxima do ponto de vista do falante/autor/narrador. Esse argumento aproximativo está associado com referencialidade e animacidade.

Com base nesse sistema de traços na representação da 3ª pessoa, proponho uma restrição na coocorrência de dois argumentos com o traço [+aproximativo] em contextos

²⁰ "Aproximate" em inglês.

delimitados. Vejamos como essa ideia pode dar conta do desfavorecimento da forma *seu* na retomada do antecedente referencial de 3ª pessoa no PB coloquial. Dada um determinado contexto enunciativo, a presença do traço inerente [aproximativo] do possessivo *seu* de 2ª pessoa, bloqueia a manifestação do mesmo traço na variante anafórica de 3ª pessoa. Com isso, a única alternativa é a representação de 3ª pessoa com a seguinte estrutura de traços [-aproximativo/ -participante/ -autor], condicionada para a retomada de antecedentes não referenciais, genéricos, inanimado e indefinidos, os quais não podem ser marcados como centro da perspectiva.

Acredito que essa abordagem envolvendo a hipótese de que as duas variantes de *seu*, a variante dêitica e a variante anafórica, não podem ambas ser [+proximate] num dado contexto anunciativo, dá conta não apenas das restrições que distinguem o PB falado e o escrito, como também está mais de acordo com o fato de que, na história do português, não houve alteração na representação morfossintática do possessivo *seu* de 3ª pessoa, uma vez que esse sempre apresentou subespecificação dos traços de número e gênero do seu antecedente.

3.4. A PERDA DA POSSE EXTERNA DATIVA NO PB

Na seção 2.3 foi afirmado que o documento arcaico analisado por Torres Morais e Ribeiro (2014) instanciava a construção de posse externa dativa. Recentemente, a pesquisa histórica constata que a gramática brasileira se afastou da gramática lusitana por apresentar queda percentual dos dativos de posse de 3ª pessoa, *lhe/lhes*, nas estruturas transitivas e inacusativas (Cf. Barros, 2006; Torres Morais, 2007; Torres Morais e Salles, 2016, 2018). Paralelamente, ocorre a implementação da posse genitiva. Portanto, em lugar dos dativos de posse temos as formas pronominais *ele, ela, eles, elas*, introduzidas pelas preposições *de*, marcadora de caso genitivo. A alternância dativa/genitiva está ilustrada em (17a-b):

- (17) a. O José lavou-*lhe* o carro. (*lhe*=da vizinha)
b. O José lavou [_{SN} o carro *dela*]. (*dela*=da vizinha)

No entanto, encontramos ainda a presença dos dativos de posse na língua escrita mais

formal, incluindo certas seções de jornais e revistas, textos religiosos, textos jurídicos e científicos e textos literários. Os exemplos (18a-b), extraídos do conto *Pai contra Mãe* de Machado de Assis ilustra o ponto.

- (18) a. A máscara fazia perder o vício aos escravos por lhes tapar a boca.
b. Clara estendeu a mão ao marido como a amparar-lhe o ânimo.²¹

3.5 O POSSESSIVO NULO NO PB

Nas construções nas quais o antecedente (possuidor) é o sujeito frasal e o objeto inalienável é o complemento do verbo, continua atuante na gramática brasileira o licenciamento de um possessivo *nulo*, já encontrado no PA (cf. seção 2), em variação com as formas possessivas *seu* e *dele*, como exemplificado em (19a-c):

- (19) a. *Gisele* lavou [SN os cabelos *dela*] com xampu importado.
b. *Gisele* lavou [SN (os) *seus* cabelos] com xampu importado.
c. *Gisele* lavou [SN *cv* os cabelos] com xampu importado.

O que importa destacar nesse padrão é que, no PB coloquial, uma sentença como (19b) não é ambígua entre uma leitura ligada da expressão possessiva e a leitura não ligada. Nenhuma das duas leituras é permitida. No caso da leitura ligada, entra em ação a restrição imposta ao possessivo *seu* para a retomada do antecedente referencial de 3ª pessoa, nos moldes do que foi discutido anteriormente (cf. seções 3.3.1 e 3.3.2). Da mesma, forma *seu* não poderia se referir à pessoa de quem se fala (ele, ela), uma vez que a leitura correferencial ou dêitica é possível apenas para a variante *seu* de 2ª pessoa semântica, que se refere ao ouvinte. Restam, portanto, duas alternativas para a leitura ligada. Na primeira, o possessivo *dele* assume o campo da 3ª

²¹ Com base em Kato (2005) e Kato, Cyrino e Correa (2009), pode-se afirmar que os clíticos dativos *lhe/lhes* de 3ª pessoa não mais pertencem à gramática nuclear do PB, estando restritos à língua escrita. Pode-se interpretar o seu uso como reflexo de um aspecto do conhecimento linguístico dos falantes letrados, ou seja, os dativos de posse são formas incorporadas na prática da leitura e escrita.

pessoa semântica (19a).²² Na segunda, o possessivo *nulo* é a escolha para a leitura ligada, orientada para o sujeito da frase, em condições sintáticas de localidade e c-comando obrigatório (19c).

CONCLUSÃO

Na introdução deste texto foram destacados dois objetivos principais que nortearam a discussão sobre os possessivos de 3ª pessoa, numa perspectiva comparativa entre o PA e o PB. O primeiro deles visou a descrever aspectos gramaticais do possessivo *seu* pré-nominal de 3ª pessoa, correlacionando a atuação dessa forma a outras estratégias pronominais na expressão da posse, tais como se manifestam no *Flos Sanctorum*, documento arcaico do século XIV. O que a investigação do documento nos revelou é que os dados foram suficientemente robustos para permitir generalizações descritivas, entre elas a de que o possessivo *seu* arcaico é uma forma pronominal exclusiva da 3ª pessoa, apresentando a seguinte alternância interpretativa:

- 1) *Seu* variável ligada no escopo de antecedentes não referenciais;
- 2) *Seu* pronominal nas dependências anafóricas com antecedentes referenciais, expressando a correferência.

A entrada da forma *dele* na gramática arcaica da posse já é, porém, uma realidade, em particular, na formação do redobro *seu ... dele*, evitando a ambiguidade causada pela subespecificação dos traços de número da forma *seu*. Com isso, uma segunda possível generalização é a de que a expressão perifrástica tem um estatuto ambíguo entre uma forma genitiva e uma forma oblíqua. Por sua vez, a presença dos clíticos *lbe, lbes* de 3ª pessoa permite a formulação da seguinte hipótese: a construção de posse externa dativa inibe o avanço da forma *dele* na construção de posse interna genitiva. Por fim, a presença de um possuidor *nulo* no contexto da posse inalienável pode ser entendida como uma estratégia particular de posse externa, na qual o antecedente possuidor atua como sujeito frasal.

O segundo objetivo foi argumentar a favor da hipótese de que a perspectiva comparativa entre o PA e o PB seria fundamental para uma abordagem dos conhecidos desenvolvimentos históricos relacionados ao sistema possessivo do PB, a saber: (i) reanálise no

²² No caso de (19a), *dele* pode ter uma leitura disjuntiva.

estatuto pronominal do possessivo *seu* de 3ª pessoa; (ii) implementação das formas perifrásticas *dele(s)/dela(s)* no sistema possessivo; (iii) perda dos dativos de posse de 3ª pessoa *lhe/lhes*; (iv) uso generalizado do possessivo *nulo* nas construções de posse inalienável.

Novamente, podemos afirmar que tal hipótese se confirmou, uma vez que nos permitiu assumir uma proposta inovadora para a reanálise do possessivo *seu* como um anafórico de 3ª pessoa no PB falado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Manuel Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 7ª. edição. Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos, 1971.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa; Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Reprod. facsim., leit., introd. e anot. por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.

BARROS, Ev'Ângela. Construções de posse com clítico no PB: percurso diacrônico. 261 f Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2006.

CASTILHO, Ataliba T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Ivo. *Introdução à História do Português*. Lisboa, Edições Colibri, 2011.

CERQUEIRA, Vicente. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: ROBERTS, Ian e KATO Mary (eds.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, editora da UNICAMP, 1996, p. 129-161.

DIAS, Epiphanyo da Silva. *Sintaxe Histórica Portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora. 5ª edição, 1970.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta* 13, 1996, p. 51-82.

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as Gramáticas do Português*. Campinas, Editora UNICAMP, 2001.

GALVES, Charlotte. e ABAURRE, Bernadete (2002) Os Clíticos no Português Brasileiro: Elementos para uma Abordagem Sintático-Fonológica In: CASTILHO, Ataliba. T. de e

BASÍLIO, Margarida (eds). *Gramática do Português Falado*. Vol. IV Campinas, Editora da UNICAMP, p. 267-312.

KROCH, Anthony. Morphosyntactic Variation. In: BEALS, K. et al., (eds.) *Papers from the 30th Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society: Parasession on Variation and Linguistic Theory*, 1994.

MACHADO FILHO, Américo V.L. *Um Flos sanctorum trecentista do português*. Brasília. Editora UnB, 2009.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do Galego-Português: Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século XIII ao Século XVI* (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), 1986.

MARANGONI, César Elídio Jr. *Estratégias Possessivas de 3^a pessoa em histórias infantis contemporâneas*. Projeto de Iniciação Científica. FFLCH-DLCV-AFLP-USP. 2018.

MARTINS, Ana Maria. “Ainda ‘os mais antigos textos escritos em português’: documentos de 1175 a 1252”. In: FARIA, Isabel H. (org.) *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, p. 491-534.

MATTOSO CAMARA Jr, Joaquim. *Estrutura da língua portuguesa*. 39^aed. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, [1970]2007.

MATTOS e SILVA Rosa Virgínia. *Estruturas Trecentistas*. Para uma Gramática do Português Arcaico. Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. São Paulo. Editora Contexto, 1994.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. V. 1. 1^a. ed. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico*. Uma aproximação. Vol. I. *Léxico e Morfologia*. Lisboa. Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 2008.

MENUZZI, Sérgio. 3rd Person Possessives in Brazilian Portuguese: On the Syntax-Discourse Relation. In: S. Botley (ed.) *Proceedings of the Discourse Anaphora and Anaphora Resolution Colloquium*, Working Papers collection. Dept. of Linguistics of Lancaster University, UK, 1996.

MENUZZI, Sérgio. Sobre as opções anafóricas para antecedentes genéricos e para variáveis ligadas: comentários a Ana Muller. *Letras de Hoje*, v. 38. n 1. Porto Alegre, 2003a, p. 125-144.

MENUZZI, Sérgio. Escopo e “variáveis ligadas típicas” do português brasileiro. *Anais do 5^o Encontro do Celsul*, Curitiba-PR., 2003b, 123-139.

- MÜLLER, Ana Lúcia. *A gramática das formas possessivas no português do Brasil*. 205 f. Tese de doutorado. UNICAMP, Campinas, 1997.
- MÜLLER, Ana. Lúcia. Pronomes e anáfora-o estado da arte. *Linha d' Água*, 16. 2003, p. 17-37.
- NEGRÃO, Esmeralda e MÜLLER, Ana Lúcia. As Mudanças no Sistema Pronominal Brasileiro; Substituição ou Especialização de Formas. *DELTA*, 12, 1996, p. 125-152.
- NEVINS, Andrew. The representation of third person and its consequences for person-case effects. *Natural Language and Linguistic Theory*. n. 25, 2007, p. 273-313.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, [1536]1975.
- PANCHEVA, Roumyana e ZUBIZARRETA, María Luisa. The Person Case Constraint: The Syntactic Encoding of Perspective. *Natural Language and Linguistic Theory* . n. 36 (1), 2017, p. 1161-1204.
- PAYNE, Doris. L. & BARSHI Immanuel. External Possession: What, Where, How and Why. In PAYNE, Doris e BARSHI Immanuel (eds.). *External Possession*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins, 1999, p. 3-29.
- PERINI, Mário. A. O surgimento do sistema de possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. *DELTA*, São Paulo, v. 1 n.1/2, p. 1-15, 1985.
- SILVA, Gisele M. de O. *O. Estudo da Regularidade na Variação dos Possessivos no Português do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.
- SILVA, Gisele M. de O. Um caso de definitude. *Organon*, Porto Alegre, n.18, 1991, p. 90-108.
- SILVA, Gisele M. de O. Estertores da forma *seu* de terceira pessoa na língua oral. In SILVA, Gisele M. de O. e SCHERRE, M. Marta P. (Orgs.) *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 169-146.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida e SALLES, Heloísa M. Lima. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. *Probus*, n. 22, 2010, p. 181–209.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida e RIBEIRO, Ilza. Possessivos de 3ª pessoa: o português arcaico e o português brasileiro contemporâneo. *Filologia e Linguística Portuguesa*. 2014, p. 15-51.
- TORRES MORAIS, Maria Aparecida e SALLES, Heloísa M. Lima (2018) Possessivos de 3ª pessoa na história do português brasileiro. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary; GALVES, C.

ISSN 2318-1729

(orgs). *O português brasileiro. Uma segunda viagem diacrônica*. Campinas, Editora da UNICAMP (no prelo).

VERGNAUD, Jean Roger e ZUBIZARRETA Zubizarreta, Maria Luiza. The definite determiner and the Inalienable Constructions in French and English. *Linguistic Inquiry*. 23(4), (1992), p. 595-652.

**UM TESOURO DA CULTURA OCIDENTAL: OS MANUSCRITOS
MEDIEVAIS DA UNB E OS SEUS SIGNIFICADOS HISTÓRICOS E
PATRIMONIAL**

**A TREASURY OF THE WESTERN CULTURE: THE MEDIEVAL
MANUSCRIPTS OF THE UNB AND THEIR PATRIMONIAL AND
HISTORICAL MEANING**

Saul António Gomes

Professor da Universidade de Coimbra, Portugal
Doutor em História Medieval pela Universidade de Coimbra, Portugal
e-mail: saulgomes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7188-610X>

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.23471>

Recebido 25 de abril de 2017

Aprovado 1 de maio de 2019

RESUMO

Este artigo tem por objetivo tecer algumas considerações relativamente aos três manuscritos medievais que se encontram na Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB), a saber: Diálogos de S. Gregório, Vidas de Santos e Livro das Aves. Esses manuscritos tiveram origem no universo do livro religioso medieval em território português. Esta é uma característica fundamental neste património, isto é, o da sua condição e dependência do universo cultural do medievo português, universo em que o religioso, como por todo o Ocidente cristão, ocupa o lugar central. Os manuscritos medievais da UnB não intermedeiam um texto originariamente em latim, mas antes um texto traduzido em língua portuguesa para melhor compreensão dos leitores a que se destinavam, no caso, e sobretudo, um público clerical, regular ou secular, mas sem eliminar o acesso de possíveis utilizadores leigos.

Palavras-chave: Diálogos de S. Gregório; Vidas de Santos; Livro das Aves; Manuscritos medievais da UnB.

ABSTRACT

The purpose of this article is to present some key ideas about the three medieval manuscripts from the Biblioteca Central (BCE) of the University of Brasília (UnB): “Diálogos de S. Gregório” (Dialogues of St Gregory), “Vidas de Santos” (Lives of Saints) e “Livro das Aves” (Book of the Birds). Those manuscripts came from the Portuguese universe of medieval religious books, in which universe the religious has a main role, as all over the Christian Western. The medieval manuscripts of the UnB were not result of a Latin intertwined text, but a translation to Portuguese in order to facilitate the understanding of the public to whom they were destined: mainly clergymen (regular or secular), even though without excluding secular readers.

Keywords: Dialogues of St Gregory; Lives of Saints; Book of the Birds; Medieval manuscripts of the UnB.

INTRODUÇÃO

A escrita e o livro têm, na história e na identidade cultural ocidentais, um lugar central. Deveremos afirmar, aliás, que o livro e a escrita se revelaram centrais em praticamente todos os processos civilizacionais; mas há que reconhecer, também, que no campo mais específico da história do livro, este adquiriu no Ocidente dimensões esplendorosas e de tal forma valiosas que o seu fabrico e a sua guarda, em ricas bibliotecas, exigiram financiamentos muito, muito elevados. A palavra, neste universo civilizacional, proferida ou inscrita, traço e imagem, negra ou colorida, essa palavra que é *logos* revela-se genesiaca porque fonte de criação, poética de uma luminosa transparência do belo e da escrita como chão fecundo do inesquecível.

A escrita, ainda, pela fronteira que traça, o seu aparecimento, dos tempos históricos, o antes e o depois, a pré-história da história; o livro, por outro lado, porque suporte material, primeiro em forma de *volumen*, depois em forma de *codex*, palavra escrita e imagem colorida, definindo as textualidades de uma escrita em que se plasmam as eternas memórias da criação. O livro, ainda, porque elemento axial do Religioso, da criação, da revelação e da salvação, em torno do qual, Livro, se conformam as três grandes religiões monoteístas¹.

Se no Judaísmo, os rolos da Lei, a Torá, em que a escrita sagrada se inscreve em pergaminho, ocupam o arquétipo tabernáculo santo, com o Cristianismo, é o novo livro, o *codex*, que triunfa, também ele em pergaminho, evangeliário, missal ou breviário, privilegiando o pergaminho como matéria de suporte, guardado nos arcazes e *thesaurii* de igrejas e mosteiros, para dali ser conduzido para a celebração sobre o altar do pão transubstanciado em Corpo de Deus. Como é esse códice, ainda, mas agora na fina espessura do fólio de papel, que serve à recitação das suras do Alcorão.

Georges Duby escreveu um famoso livro que intitulou *O Tempo das Catedrais*². Esse “tempo” são os séculos medievais cristãos cujo símbolo mais perfeito, para o historiador, foram as catedrais. A Idade Média tem, na verdade, nas catedrais uma das suas

¹ Reflexão motivada, em parte, pela leitura das obras de ANSELMO, Artur. *História da Edição em Portugal*. I. Das origens até 1536. Porto: Lello & Irmão Editores, 1991; *A Iluminura em Portugal*. identidade e Influências. Catálogo da Exposição, 26 de Abril a 30 de Junho '99, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999; NASCIMENTO, Aires A. *Ler contra o Tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa. (Recolha de estudos em Hora de Vésperas)*. 2 v. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

² Na sua primeira edição, *Le temps des cathédrales*. L'art et la société, 980-1420. Paris: Gallimard, 1976.

representações simbólicas mais eloquentes. Como elas, os códices que nos chegaram desses tempos medievais revelam também o amor a Deus dos operários que os escreverem, folha a folha, povoando-os de luz e cor, para exaltação da Fé e glória divina. Pedreiros e arquitetos ergueram aos céus as magníficas catedrais cujos coruchéus tocam os céus e por cujas rosáceas e vãos penetra uma luz única que vidros multicolores metamorfoseiam; copistas e iluminadores, também eles artífices, construíram letra a letra livros deslumbrantes que documentam, como as catedrais, a crença e a esperança do homem medieval na Palavra de Deus.

Nalguns dos primeiros códices, aliás, os “arquitetos da escrita” inscreveram, em laudas de abertura decoradas com colunas e frontões, projetando templos e monumentos matematicamente perfeitos, índices de concordâncias evangélicas, como as de Eusébio de Cesareia, que assim permitiam introduzir uma lógica de leitura e de consulta entre os diferentes livros dos Evangelhos, nas suas coincidências, reiteraões e também nas suas diferenças e contradições.

Decifrar e organizar logicamente os escatológicos mistérios da Fé foi um desígnio prosseguido por muitos intelectuais do primeiro milénio por toda a Cristandade. Para os cristãos, a vinda de Cristo, a última vinda de curso para o tremendo julgamento dos vivos e dos mortos, sentenciando, então, à vida eterna ou à morte eterna, foi sempre uma questão central, numa crença que afirmava a Fé na ressurreição dos mortos, procurando na História, no milenarismo do Ano Mil, por exemplo, o seu palco de manifestação. Para revelar essa segunda vinda de Cristo-juiz, aliás, S. João Evangelista escreveu o Apocalipse, o Livro da Revelação em que uma nova Era e um novo céu se revelarão. Muitos intelectuais cristãos procuraram compreender e decifrar esta escatologia. Na antiga Lusitânia, essa tentativa foi feita, por exemplo, pelo bispo Apríngio de Beja, no século VI, autor de um Comentário ao Apocalipse, como, sobretudo, pelo monge Beatus, de Liebana, correspondente de Alcuíno, contemporâneo de Carlos Magno que se fez coroar imperador na noite de Natal do ano 800, e que nos deixou o seu Comentário – na verdade em duas versões e verdadeiramente comentários... –, Comentário ao Apocalipse, um dos maiores sucessos do livro medieval, e livro que circulou e foi copiado centenas de vezes, pelos séculos subsequentes, dentro e fora da Península Ibérica³.

³ Ver: *Obras completas de Beato de Liebana*. Edición bilingüe preparada por Joaquín González Echegaray, Alberto del Campo y Leslie G. Freeman. Madrid: Estudio Teológico de San Ildefonso e Biblioteca de Autores Cristianos, 1995.

O LIVRO COMO ARTEFACTO DA CULTURA

A associação entre a arquitetura das catedrais e o livro não é fortuita. O livro, na sua composição, é um resultado de cálculos e de hierarquias orientadas pelo respeito pela regra matemática das proporções áureas, dos retângulos perfeitos, da trigonometria pitagórica. Ainda na atualidade, a linguagem biblioteconómica recorre a dois horizontes semânticos para manusear a referenciar a terminologia do livro: o campo da natureza (livro, fascículo (fascis/feixe, pequeno feixe); folium/folha, papiro/papel, página (pagere, in pagere, compage, collegare os fólhos numerados, coligir, rolo (rotulus, diminutivo de ruota; arrolar, associado a volumen, livro enrolado, tomus/tombo, caudex/codex (códice, codicilo, codificar, código; *càndex*, cepo, pedaço de árvore, tronco, ramo, Caulis/caulo; corpo de leis); rubrica/rubeum/rubrum) e o campo da arquitetura (pórtico - portada, janela, coluna, inter-colúnio, capítulo (capite, capitel), margens (rodapé, dorso, cabeceira, goteira), caixa (de texto), regras/regula/regragem, tábuas e tabuinhas (*bibliotheca*), planos, pauta/pautado) (Nascimento, 1984, p. 91-104).

Na terminologia librária há, ainda, vocábulos que são complexamente tudo isso, natureza, arquitetura e história social da escrita, como sucede com o substantivo pergaminho. Pergaminho deriva do latim *pergamum* ou *pergamon*, nas formas *pergaminum*, *pergamina*, como material de escrita historicamente originário do antigo reino de Pérgamo, uma das sete igrejas e cidades, aliás, enunciadas no Apocalipse de João (1: 11 e 2:12). Em Pérgamo, muitos reis anularam documentos em papiro para apenas aceitarem os que fossem feitos em pergaminho. *Pergamo* era, também, cidade que disputava primazias culturais a Alexandria e que terá tido, na sua biblioteca pública, mais de 200 mil *volumina* em pergaminho, por causa justamente dos problemas políticos entre os seus senhores e os de Alexandria. Conta a história que Marco António, apaixonado por Cleópatra, decidiu presenteá-la com toda a biblioteca de Pérgamo assim enriquecendo ainda mais a famosa biblioteca de Alexandria (Iline, 1986, p. 227-235).

Esse material de escrita, o pergaminho, digno de reis, é materialmente uma pele de carneiro, de ovelha, de cordeiro ou de caprino, por vezes de outros animais, devidamente curtida, adelgada, raspada e preparada para se escrever. Cartas régias portuguesas de graça e mercê, de privilégios, de concessão de armas de fidalguia, de sentenças, de perdão, por exemplo, tinham de ser escritas em pergaminho, assinadas pela mão dos monarcas e seladas

pelo selo pendente ou de chapa. Só assim adquiriam plena eficácia jurídica. O pergaminho foi de tal forma importante na vida social que, ainda hoje, figurativamente, se usa a expressão “ter pergaminhos” com o valor semântico significante de título de nobreza. Na Universidade de Coimbra, em tempos medievais, como nos séculos modernos e até à atualidade, é em pergaminho que se emitem os diplomas dos graus académicos, assinados pelo magnífico reitor com selo metálico de prata ou prata dourada, pendente por fitas de seda das cores de cada faculdade, para quem o quiser.

E se o pergaminho, permita-se-nos esta referência ainda à questão da história social da escrita, se associa a atos de reis e da nobreza, já o papel ficará associado às camadas sociais burguesas e mercantis, à plebe, como quando se empregam frases como “ter muito papel”, com o significado de ter muito dinheiro, ou de desempenhar um “grande papel”, quando se pretende elogiar o trabalho de atores e de comediantes. Não é sem sentido que, durante séculos, o papel apenas foi usado nas chancelarias ocidentais – mas não, reconheça-se nas do Extremo Oriente – para atos menores e marginais, para as contabilidades do deve e haver, destinados a períodos úteis muito breves, findos os quais tais papéis eram geralmente deitados fora ou destruídos. Na chancelaria real portuguesa, refira-se, os primeiros livros de registos régios, em papel, parece datarem apenas de finais do reinado de D. João III, nomeadamente para receberem sobretudo cópias de cartas de perdão ou de legitimação de filhos ilegítimos, como se exemplifica com o Livro nº 20 da série de Perdões e Legitimações, de 1552. Depois, o papel, posto que papel de excelente qualidade, substituirá o pergaminho nesses numerosos livros de registos das chancelarias régias portuguesas sobretudo dos séculos XVII e XVIII⁴.

O papel, como material de escrita mais económico, vai substituindo paulatinamente o pergaminho mesmo nos ambientes culturais mais tradicionais. O mais antigo cartulário da Universidade de Coimbra, o Livro Verde, de começos do século XVI, é totalmente escrito em papel (Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992). Os monges cistercienses de Alcobaça – a mais rica e poderosa abadia portuguesa desde a sua fundação, em 1152, até à sua extinção, em 1832-1834 –, quando, a partir do segundo terço do século XV, especialmente com o abadiado de D. Fr. Estêvão de Aguiar (1431-1446), um esclarecido monge reformador de origem beneditina, regressado de Itália a Portugal, por

⁴ Os elementos referidos resultam da investigação do autor sobre os fundos documentais em referência. Para uma leitura contextual do uso do papel, em Portugal, veja-se BANDEIRA, Ana Maria. *Pergaminho e papel em Portugal*. Tradição e conservação. Lisboa: Celpa - Associação da Indústria Papeleira, 1995.

diligência do rei D. Duarte, e colocado à frente deste mosteiro, justamente, para providenciar a sua reforma disciplinar e cultural, dizia, os monges alcobacenses encetaram o processo de atualização cultural da sua biblioteca, traduzindo do latim para o português obras teológicas, hagiológicas e místicas, sobretudo os códices que os tradutores e escribas do *scriptorium* desta abadia fizeram, usaram significativamente o papel como material de escrita. Da qualidade desse material de escrita dá prova, nos nossos dias, o estado de boa ou mesmo excelente conservação desses códices custodiados atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

É certo que o pergaminho continuou sendo o material suporte de escrita mais nobre. Um dos livros mais interessantes da literatura política portuguesa quatrocentista foi escrito, sob o título de Tratado da Virtuosa Benfeitoria, por volta de 1418-1430, pelo Infante D. Pedro, duque de Coimbra, chamado o Infante das Sete Partidas. O Infante teve o apoio do seu secretário, diremos, um dominicano, Fr. João de Verba, nessa operação de escrita do livro, mas o que nos importa, aqui, é reconhecer que o original dessa obra ainda hoje existe, guardado na Biblioteca Municipal de Viseu, e que é um códice em pergaminho, com uma bela dedicatória, com iluminura heráldica, feita pelo infante D. Pedro a seu irmão, o rei D. Duarte⁵. A biblioteca dos reis de Portugal, de que existem inventários, por exemplo, para os reinados de D. João I (1385-1433) e de D. Duarte (1433-1438), era constituída por algumas dezenas de códices ao que parece maioritariamente, se não todos, em pergaminho. Quando o rei D. Afonso V (1438-1481) assumiu o poder em plenitude, após a sangrenta batalha de Alfarrobeira (1449), uma das suas primeiras decisões foi renovar a biblioteca do palácio real do paço da Alcáçova, em Lisboa, para a qual contratou um bibliotecário-mor, o conhecido Gomes Eanes de Zurara, e uma verdadeira equipa de escribas e iluminadores, a fim de executarem cópias de livros para enriquecerem o acervo dessa biblioteca, a qual, aliás, funcionou como uma das primeiras bibliotecas, em Portugal e na Europa, com leitura pública. A tradição bibliófila dos reis e rainhas, infantes e alta-nobreza de Portugal, acentuou-se nesse século XV, a centúria do humanismo do *Quattrocento*, podendo mesmo falar-se de um *scriptorium* régio com especificidades ou com uma marca própria nas formas de copiar e iluminar os códices aí produzidos (Gomes, 2009, p. 181).

⁵ Biblioteca Municipal Dom Miguel da Silva, Viseu - Cofre: Rº 12. Vd. referências críticas e bibliográficas em Scrinium: <http://www.scrinium.pt/pt-002>.

Ao contrário da biblioteca de Alcobaça, onde o processo de renovação da vida cultural dos monges aceitou os novos suportes de escrita, no antigo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, fundado em 1131-1132, não encontramos códices em papel para os tempos medievais. Mas a chamada “Livraria de Mão” dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, deste claustro de Coimbra, chegou à Época Contemporânea muito depauperada. O catálogo desses livros de mão conta pouco mais de oito dezenas de códices medievos, a maior parte deles, aliás, códices litúrgicos. Não é muito se atentarmos que, na biblioteca de Alcobaça, esse número sobre para cerca de 400 volumes até cerca de 1500. Também nesta biblioteca predominam os códices do trabalho litúrgico dos monges, mas, aqui, a conservação dos manuscritos revelou-se mais eficaz do que entre os cónegos crúzios de Coimbra⁶.

Os cónegos regrantes de Santo Agostinho foram uma das ordens religiosas mais operosas na vida cultural portuguesa dos séculos medievais. *A aurea aetas* dos seus *scriptoria*, todavia, situa-se no período, sobretudo, entre 1150 e 1250; depois disso foram levadas a cabo algumas iniciativas de reforma e atualização, especialmente nos finais do século XIV e começos do XV, nomeadamente com a tradução para português de regras e outros textos normativos (Carvalho, 1996; Gomes, 2007).

No atual território de Portugal continental podemos documentar uma cultura librária bastante precoce. Os diplomas compilados no volume dos *Diplomata et chartae, dos Portugaliae Monumenta Historica*, por exemplo, apresentam numerosos testemunhos de dotações de igrejas e mosteiros com alfaias litúrgicas e com livros. Um dos mais notáveis legados testamentários, feito pela Condessa Mumadona Dias ao seu Mosteiro de Guimarães, datado do ano de 959, arrola algumas dezenas de códices, na sua maioria litúrgicos, mas também de direito hispânico, de espiritualidade e de normativa da vida monástica, entre eles, por exemplo, a regra de S. Bento de Núrsia, mas também a de Pacómia, a do mestre e a de Isidoro de Sevilha. Nesses séculos da primeira Reconquista, protagonizada sobretudo por D. Afonso III das Astúrias e de Leão, praticava-se no Noroeste ibérico a escrita visigótica, a qual se modela basicamente em duas tipologias: a visigótica librária, mais redonda e pausada no seu traçado, adequada aos códices, e a

⁶ *Catálogo dos códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. (Ed. Aires Augusto Nascimento e Francisco Meirinhos). Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1997; *Inventário dos Códices Alcobacenses*. Tomos 1 a 6. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1930; 1932; 1978.

visigótica cursiva, própria da documentação avulsa. Este cânone paleográfico permaneceria enraizado nos *scriptoria* dos condados da Galiza, de Portugal e de Coimbra até bem entrado o século XII, altura em que começam a conviver com os modelos gráficos francos ou góticos. Tenha-se presente que a escrita carolíngia não se difundiu no espaço ibérico, dominado, como referimos, pelos cânones visigótico e, também, pela escrita arábica. A penetração de manuscritos em escrita carolina é tardia e fez-se por incorporações tardias em acervos de bibliotecas eruditas sobretudo⁷.

Quando o escriba Egas, do Mosteiro de Lorvão, lançou no final da sua magnífica cópia do Comentário ao Apocalipse, concluída no ano de 1189, o *explicit* e o seu dístico ou colofão de saudação ao leitor, fê-lo já em escrita gótica librária, e não em carolina. Na segunda metade do século XII, aliás, o Mosteiro de Lorvão conheceu um período de relevante esplendor cultural, aí se produzindo verdadeiras obras-primas do livro medieval no reino de Portugal e no contexto da Cristandade ocidental, em especial o chamado Livro das Aves, copiado pelo citado monge Egas, em 1184 (Folieto, 1999), e, ainda, como referi, o manuscrito intitulado Apocalipse de Lorvão, lendo-se nos seus fólios 219-219v, numa linguagem muito codicológica aliás, o significado etimológico de vocábulos como *codex*, *liber*, *volume*, *folium*, *pelles* e *pagina*:

“Explicit codex apocalipsis duodenario ecclesiarum numero ita duodenario ordine librorum.

Codex; multorum librorum est. Et liber est unius uoluminis. Et dictus est codex per translationem a corticibus arborum sementium caudix quod ex se multitudinem librorum quasi ramorum contineat uolumen. Liber est ad uoluendum dictus sicut apud hebreos uolumina legis uolumina prophetarum. Folie autem librorum appellate siue ex similitudine foliorum arborum seu quia ex follibus fiunt idest ex pellibus quibus occisis pecudibus detrahi solent. Quibus partes pagine dicuntur eo quod sibi in uicem conpingantur.” (Egry, 1972)

A este *explicit*, o copista Egas, de Lorvão, após o dístico:

“Iam liber est scriptus. Qui scripsit sit benedictus.

<quia ide ...regum ?>

Era: M: CC: XX: VII

⁷ COSTA, Avelino de Jesus. *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992; SANTOS, Maria José Azevedo. *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994; *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série - Volume VII. *Diplomata et Chartae - Chartularia. Livro de Mumadona. Cartulário do Mosteiro de Guimarães* (Coord. Luís Carlos Amaral), Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016.

Ego Egeas qui hunc librum scripsi si in omnibus
a recto tramite exiui; delinquenti indulgeat
karitas que omnia superat. Amen.”⁸

As bibliotecas medievais portuguesas eclesiásticas com maior expressão foram, todavia, as dos cónegos regrantes (especialmente a de Santa Cruz de Coimbra e a de S. Vicente de Fora de Lisboa), as dos cistercienses de Alcobaça, de S. João de Tarouca, Arouca, de Lafões e de Seiça, e, ainda, as dos beneditinos especialmente a famosa Livraria do Mosteiro de Lorvão, na sua fase histórica pré-cisterciense, ou seja, até cerca de 1200, assistindo-se, nesta abadia, a um período verdadeiramente admirável de cópia de códices sobretudo no último terço do século XII (Nascimento, 2016).

Para além das bibliotecas de mosteiros, tinham expressão muito significativa as bibliotecas das catedrais. Dispomos de inventários para a catedral de Coimbra, dos séculos XIV e XV, pelos quais poderemos calcular que esta biblioteca catedralícia atingia um pouco mais de quatro centenas de títulos. Conhece-se um inventário semelhante, mas mais tardio, para a catedral de Braga, todos eles divulgados já por Avelino de Jesus da Costa e num contexto de publicação de inventários ou catálogos de bibliotecas medievais em Portugal levado a cabo sobretudo pelo Pe. Isaías da Rosa Pereira. (Costa, 1983; Pereira, 1964-66, p. 7-60; Costa, 1967-69, p. 81-96)

As chancelarias medievais em Portugal, civis e eclesiásticas, começaram a usar predominantemente a língua galego-portuguesa e portuguesa moderna de forma mais sistemática a partir das décadas de 1280 e 1290. Um momento histórico que coincide sensivelmente com a abertura do reinado feliz do rei D. Dinis (1279-1325), ao qual se atribui, aliás, a decisão de substituir o latim pelo português na chancelaria régia por essa época. D. Dinis protagonizou, aliás, um dos reinados portugueses de maior brilhantismo cultural. Foi rei poeta, destro na escrita, autor de perto de cinco dezenas de cantigas trovadorescas, fundador da primeira universidade no país, negociador do tratado definitivo das fronteiras da nação, em 1297, com políticas agrícolas, florestais e mercantis decisivas para o futuro económico de Portugal, protetor, de algum modo, dos Templários, com cujo património veio a fundar, em 1318-1319, a Ordem de Cristo. A seu lado, aliás, esteve uma das mais insígnies e cultas rainhas da história do país: Santa Isabel de Portugal (Santos, 1996, p. 604-634).

⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Mosteiro de S. Mamede de Lorvão, B, 44, fl. 219 verso. Vd. <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4381091>

Cancioneiros, crônicas, livros jurídicos, como as Partidas de Afonso X, traduzidas para o português do tempo, tratados de Medicina e da arte venatória, eis algumas das áreas literárias e científicas a que se dedicaram os tradutores e copistas dos *scriptoria* lusitanos do tempo. Alguns desses manuscritos chegaram até nós, raramente intactos, mas com bom número de testemunhos fragmentários reunidos exaustivamente na plataforma Bitagap - Philobiblon, dirigido pelos professores Arthur Askins, Harvey Sharrer, Marta Shaffer, Aida Fernanda Dias, entre outros investigadores, com destaque para Pedro Pinto⁹.

OS MANUSCRITOS MEDIEVAIS DA UNB

Como se sabe, foi em 1964 que a Universidade de Brasília adquiriu da viúva do Prof. Serafim da Silva Neto três manuscritos medievais portugueses em pergaminho. Estes manuscritos são itens bibliográficos extremamente valiosos no contexto do património documental e bibliográfico português porque são expressão da história de uma sociedade que encontrou na palavra traduzida, copiada e ilustrada, a composição de uma obra para edificação dos espíritos e glorificação do Deus em que, os artífices construtores dessa obra, acreditavam piedosa, profunda e verdadeiramente.

Todos os manuscritos em causa tiveram origem no universo do livro religioso medieval em território português. Esta é uma característica fundamental neste património, isto é, o da sua condição e dependência do universo cultural do medievo português, universo em que o religioso, como por todo o Ocidente cristão, ocupa o lugar central.

Um universo essencialmente do espírito, da ascese, da mística como vias de salvação da alma, mas que não enfeitava os outros saberes nomeadamente em áreas científicas como aquelas que derivavam do conhecimento da Fisiologia herdado dos antigos nos domínios das hoje chamadas ciências naturais como herbários, lapidários, bestiários e aviários. Mas esse saber, particularmente nos ambientes monásticos e eclesiásticos seculares, só fazia sentido enquanto meta informativa sujeita à triagem interpretativa dos quatro sentidos, já afirmado por Dante Alighieri (*Convívio*, II, 1), segundo o qual todo escrito tem uma significação que começa como literal, passando ao sentido alegórico, o da verdade que se esconde debaixo da fábula, depois, ainda, ao valor moral, o da utilidade social do escrito e, deste, elevar-se ao sentido anagógico, ou seja, o nível do supra-sentido, aquele que permite a apreensão espiritual e sublime das coisas

⁹ Ver: http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap_po.html .

significadas (exemplo, a criação do homem, narrada no Gênesis numa gradação de sentidos que se completa no homem como imagem de Deus).

Os manuscritos medievais da UnB não intermedeiam um texto originariamente em latim, mas antes um texto traduzido em língua portuguesa para melhor compreensão dos leitores a que se destinavam, no caso e sobretudo, um público clerical, regular ou secular, mas sem eliminar o acesso de possíveis utilizadores leigos (Neto, 1956).

Um desses manuscritos, pertencente a antigo códice com o Livro das Aves, é, na verdade, apenas um caderno, primitivamente, aliás, um quaterno, ou seja, um conjunto de quatro bifólios de que, todavia, um deles se encontra amputado num dos fólios, que apenas nos chega parte da respetiva folha (Cunha, 1965.). Pela verificação das características materiais da escrita e da concatenação de texto e imagem, parece-nos estarmos perante bifólios de um mesmo copista, elaborados dentro de uma lógica coerente de organização da informação textual.

É uma obra com origens no legado cultural da Antiguidade aos séculos medievais, a qual encontrou em Hugo de Folieto o seu autor mais autorizado. Existem três importantes exemplares desta obra em Portugal, todos em latim, um proveniente do Mosteiro de Lorvão, como se referiu, ao qual foi associada como suplemento uma segunda obra, “De creatione hominis”, um segundo na Biblioteca Pública Municipal do Porto e, ainda, um terceiro manuscrito, na Biblioteca Nacional de Portugal, no fundo de Alcobaça.

O manuscrito de Brasília tem como originalidade fundadora o ser, até hoje, a única versão em língua portuguesa deste tratado, à qual acresce a mais-valia das qualidades da escrita e da iluminura que apresenta. É certo que, nalgumas iluminuras das aves, assim como na iluminura da visão de Ezequiel – em que a figura humana central é mais Ezequiel, o profeta, do que o próprio Cristo como mais geralmente este tópico aparece na arte medieval ocidental –, as molduras desenhadas, nas composições alusivas aos açores e à visão de Ezequiel, por exemplo, sugerem uma arquitetura gótica francesa, como modelo inspirador (Ribeiro, 2004).

Um segundo manuscrito do tesouro de Brasília é identificado, já na tradição que informou a aquisição do manuscrito pela UnB, como um *Flos Sanctorum*. Conta 82 fólios em pergaminho, não se encontrando, todavia, completa. Mais do que um *Flos Sanctorum*, creio, título este muito franciscanizado ou inspirado nas hagiografias desta ordem mendicante, aliás, estamos perante uma compilação da tipologia das *Vitae patrum* ou da série das

Colações de Cassiano. Mereceu estudo e publicação cuidada, recente, a Américo Venâncio L. Machado Filho (Machado Filho, 2009).

Finalmente, o manuscrito maior do *thesaurus* brasileiro, os Diálogos de São Gregório Magno, com 161 fólhos, de que o primeiro fólho se mostra bem iluminado, nomeadamente pelo retrato do monge que sucede à rubrica de abertura do livro. Como o anterior, é um texto em língua portuguesa.

Estamos, portanto, perante três obras distintas. A história da proveniência destes manuscritos parece simples. Foram adquiridos pelo Prof. Serafim da Silva Neto, num sebo em Lisboa, em momento impreciso. Em 1964, como se sabe, passaram para a UnB. Falamos de três manuscritos, mas talvez não seja exato referi-los como três códices. Um códice tem uma unidade material constituída por cadernos, distribuídos de acordo com a lógica sequencial que os copistas lhes deram e unidos pelo processo de encadernação que vai da cosedura dos cadernos, disposição dos nervos, reforço da lombada, aparo das margens e aplicação dos planos da capa e suas coberturas em pele, geralmente com ferragens ou, nalguns casos, com recurso a aplicação de placas ornamentais preciosas ou semipreciosas.

Os manuscritos da UnB não apresentam encadernação, embora esta se possa reconstituir parcialmente e em contexto de arqueologia codicológica. Fariam parte, estes três manuscritos, de um único códice ou eram originariamente códices próprios? Se faziam parte de um mesmo códice, então deveremos interrogar qual o sentido cultural desse códice, por que foi feito assim, reunindo três obras tão distintas entre si? Para que público foi produzido?

A Codicologia propõe-se como uma área científica, interdisciplinar com a Paleografia, mas também com outros saberes como a Filologia, a Linguística Histórica, a História e a História da Arte, entre outros, cujo método de trabalho é um tanto arqueológico, procurando tirar informação sobre a história de cada manuscrito ou códice a partir dos elementos e marcas materiais nele subsistentes. Um manuscrito, na verdade, é um verdadeiro campo da arqueologia dos saberes.

GENEALOGIA E ARQUEOLOGIA DOS MANUSCRITOS

Voltemos ao problema. Estes manuscritos de Brasília têm uma história que, em parte, é recuperável e à qual se acederá pelo estudo justamente codicológico. Em

Codicologia a primeira área de abordagem respeita ao esclarecimento da gênese do manuscrito. O que se deve entender por gênese de um manuscrito? Sobretudo a sua identificação no contexto histórico da respetiva produção. A origem de um manuscrito, de um códice, remete ao *scriptorium* da sua produção, e um *scriptorium*, por sua vez, remete a uma instituição para a qual o livro é um instrumento essencial porque intermediador da própria identidade e funcionalidade social desse instituto. Não há, ontem como hoje, mosteiros ou catedrais sem livros; e aquelas instituições sem capacidade de produzir ou reproduzir os seus próprios livros tinham nos mercados de compra e venda, de circulação da escrita, as suas fontes de abastecimento.

Por que se reproduzia um determinado livro numa certa instituição? Por que os Diálogos de São Gregório ou as Vidas dos Padres, e não outros títulos e autores? Por que o Livro das Aves, e não um outro título? E que tipo de literatura é esta? Uma literatura de espiritualidade, a que nos importa considerar, mas de autores atuais ou, pelo contrário, de autores clássicos e antigos? O que há de continuidade ou de inovação nestas escolhas institucionais e culturais? Os textos em causa interessavam a claustros monásticos ou mais a um clero secular? E, sendo religiosos regulares os seus destinatários, estes perfilam-se numa linha monástica tradicional, a das ordens mais contemplativas, ou antes nas vias das fileiras mendicantes, dos frades que pregavam, confessavam, sacramentavam e ensinavam nas praças públicas das cidades e nas universidades?

Os custos de produção de um manuscrito e códice, como foram certamente os dos manuscritos UnB, foram seguramente muito elevados. Que instituição, se provêm apenas de uma mesma instituição, poderia suportar estes custos? E há ainda questões contextualizadoras como a da qualidade material dos manuscritos, do pergaminho, das tintas, dos copistas e revisores envolvidos, da paleta de cores para a iluminação – e como abundam os azuis no Livro das Aves, essa cor feita a partir de lápis-lazúli, mineral caríssimo e difícil de obter em tempos medievais sobretudo num *scriptorium in confinibus mundi*, como era o território português.

Vidas dos Padres, Diálogos de S. Gregório, Livro das Aves, de Hugo de Folieto, eis autores e títulos clássicos com tradições nas bibliotecas das ordens beneditina, Canonical regrante de Santo Agostinho e Cisterciense. Destas três ordens, existiram em Portugal abadias ricas e poderosas. Na sua origem, é altamente provável que os manuscritos em consideração tenham sido gerados no *scriptorium* de um claustro de uma destas ordens

religiosas. Descartamos, aqui, outros lugares, nomeadamente as catedrais? Não necessariamente, mas é mais provável a resposta monástica até porque, nestes ambientes, se tem vindo a confirmar o movimento trecentista e quatrocentista de traduções de obras latinas para a língua portuguesa (Silva; Machado Filho, 2009, p. 189-202).

Terão sido manuscritos monásticos até data tardia passando, depois da extinção dos ordens religiosos, para mãos de particulares entre as quais os encontrou o Prof. Serafim da Silva Neto? Terão chegado ao património de alguma biblioteca de nobres bibliófilos antes das revoluções e convulsões liberais? Ficamos no campo das possibilidades. Na primeira metade do século XX, em Portugal, ainda era possível que eruditos investigadores adquirissem, a preços acessíveis, códices e fragmentos de códices. No Norte de Portugal, sobretudo, onde parece que abundou essa oferta. Foi nesse quadro, aliás, que um outro investigador português, o Prof. António Cruz, paleógrafo e primeiro codicólogo do *scriptorium* de Santa Cruz de Coimbra, aliás, de geração próxima ou comum à do Prof. Serafim da Silva Neto, também adquiriu uma coleção significativa de pergaminhos e manuscritos medievos.

Dois destes manuscritos são material e formalmente muito próximos. São-no pelos suportes de escrita, pelo método utilizado na composição dos cadernos e, ainda, pelas características da *mise-en-page*, da escrita e da decoração. Estes dois itens são o *Flos Sanctorum* e os Diálogos. A empaginação de ambos é feita com caixas de texto a duas colunas de 36 linhas escritas cada uma; a regragem foi feita a ponta seca, sintoma de bom domínio das técnicas de trabalho em *scriptorium* por parte dos agentes copistas. Verifica-se o recurso à picotagem para o lançamento das linhas de justificação (por exemplo no fl. 78 dos Diálogos) e também para a regragem das linhas de escrita.

Originários de um *scriptorium* e de uma biblioteca portuguesas, onde foram compostos, datáveis, pelas suas componentes paleográfica e textual, em escrita gótica librária redonda, de meados do século XIV quanto à sua morfologia, *ductus*, sistemas braquigráfico e de pontuação, e demais características paleográficas, estes preciosos manuscritos da Universidade de Brasília incorporam e são expressão de uma longa tradição cultural do mundo mediterrâneo ocidental, traduzindo narrativas que remontam *a se* aos primórdios do Cristianismo deste espaço civilizacional (casos do *Flos Sanctorum* – ou Vidas dos Padres Santos – e dos Diálogos de S. Gregório Magno) e dando, simultaneamente, testemunho da evolução da sede de conhecimento do homem medieval em torno da

decifração e compreensão mais racional dos significados últimos e essenciais do mundo natural e animal (recordando que o famoso Livro das Aves, no seu texto original, é da autoria do monge Hugo de Folieto, que o compôs em meados da segunda metade do século XII).

No todo, estas três obras, ou o que delas resta, numa amostra bem significativa de um antigo códice de pergaminho desestruturado em época tardia, contam com um total de 168 fólios e meio, em pergaminho, a saber: *Diálogos de S. Gregório*: 80 fólios, predominando cadernos sênios; com UR (unidade de regramento) de 6,41mm e estrutura de página, por exemplo, o fólio 86r: larg. 21+85.11.81+30 (228mm) x alt. 25+231+74 (330mm); *Flos Sanctorum* ou Vidas dos Padres Santos: 81 fólios, predominando cadernos sênios, UR de 6,58mm, com estrutura de página exemplificada para o fólio 30r: larg. 18+81.12.83+31 (225mm) x alt. 24+237+71 (332mm); *Livro das Aves*, de que resta apenas um caderno aparentemente sênio e um bifólio com falta de parte do segundo fólio respetivo, com UR de 6,55mm e medidas de página para o fólio com a iluminura do açor manso e bravo de larg. 19+79.12.81+31 (222mm) x alt. 19+236+65 (320mm). Os bifólios que restam do Livro das Aves sofreram perdas materiais na margem de rodapé, o que explica a diferença métrica encontrada para a altura média dos seus fólios. A coincidência da UR e da métrica da largura da empaginação entre os três textos assegura a conformidade destes manuscritos certamente pertencentes a um mesmo códice na sua origem e fonte de proveniência.

A sequenciação entre os cadernos é assegurada por reclamos de metodologia unitária, lançados no momento da composição do códice. Já no século XX, foi lançada, a tinta, nova numeração, em algarismos, na interseção das margens de cabeceira e de goteira. Dadas as características epidérmicas do material suporte da escrita, estamos perante pergaminho de ovino.

Os manuscritos da UnB não apresentam encadernação, embora esta se possa reconstituir parcialmente em contexto de arqueologia codicológica. Dada a coerência organizacional dos cadernos das obras em causa, com unidades de regramento ou interlineamento e pautagem muito próximas, como se viu, considerando, também, a homogeneidade do pergaminho e a conformidade gráfica da letra da mão do escriba principal do texto, assim como a coerência das soluções de ornamentação filigranada das letras capitulares e das iniciais, de algumas iluminuras figuradas, como a do monge ou a do Profeta Ezequiel, além do que se sabe acerca da história da proveniência e circulação destes

manuscritos até à sua entrada nos acervos da UnB, entre outras características materiais, poderemos afirmar, efetivamente, que estamos perante manuscritos que são testemunho de um mesmo códice original, desfeito em época muito provavelmente contemporânea. O primitivo códice foi produzido seguramente num *scriptorium* medieval português, decerto monástico, e serviu à curiosidade intelectual e à formação espiritual e religiosa dos respetivos públicos leitores.

A decoração dos três manuscritos, no que se refere à ornamentação das iniciais maiúsculas e das letras capitulares, parece-nos ter pontos em comum. Não se trata de uma decoração, passe a expressão, “barroca”, cheia, invadindo margens, intercolúnios ou cercando toda a página. Nada disso. A ornamentação paleográfica é efetivamente muito trecentista.

Acresce sublinhar que os bifólios do caderno do Livro das Aves, da UnB, material e codicologicamente unitário aos dois outros títulos, tem como originalidade fundadora o representar, a única versão em língua portuguesa medieval deste tratado, até hoje conhecida, à qual acresce a mais-valia da qualidade, para além do seu valor linguístico, da escrita paleográfica e das excepcionais iluminuras góticas que apresenta, aparentemente inspiradas em modelos de iluminação góticos ibérico-francos. Possui, o que resta desta obra, alguma informação de enorme valia e novidade cultural e científica, como sucede com a assunção da terminologia, do costume ou da tradição científica hispânica, que denomina como “ema” a avestruz, numa das suas mais precoces enunciações num texto ocidental.

CONCLUSÃO

Os manuscritos da Biblioteca da UnB tiveram origem no universo do livro religioso medieval em território português. Esta é uma característica fundamental neste género de património documental, isto é, o da sua condição e dependência do universo cultural do medievo português, universo em que o religioso, como por todo o Ocidente cristão, ocupa lugares centrais na vida do indivíduo e da sociedade. São herança de uma história e de uma cultura plurais, europeia, portuguesa mas também da Nação brasileira, a cujo património documental e bibliográfico pertence, custodiado e valorizado no contexto da ação cultural e cívica da Biblioteca da UnB, constituindo um raro, precioso, singular e interpelante tesouro e herança da memória do Mundo.

Dito isto, e tudo isto sujeito às cautelas das necessárias análises pormenorizadas ainda a fazer, parece-nos estarmos perante manuscritos com elementos unitários do ponto de vista do método do tratamento e do trabalho dos suportes de escrita e da empaginação, como se de um códice miscelâneo, ou talvez dois códices, se tratasse. A diferença de mãos apontará para *scriptorium* ou oficina de produção coletiva, o que só se pode compreender no contexto de uma instituição produtora com elevada capacidade de cópia e de reprodução de manuscritos.

Dos considerandos apresentados deriva uma outra questão. Quando foram feitos estes manuscritos? A resposta a dar, exige ter-se em conta vários contributos disciplinares. Do ponto de vista paleográfico, estamos perante uma escrita gótica redonda librária, corrente no século XIV e também no primeiro terço de Quatrocentos, ainda que isto seja uma matéria que urge trabalhar muito mais em Portugal. Por outro lado, a Linguística histórica dá um contributo decisivo neste campo. Há, ainda, esse contexto cultural histórico que nos mostra a tendência dos mosteiros portugueses para reformas disciplinares e identitárias especialmente a partir do último terço do século XIV, confirmando-se estas especialmente no século seguinte.

É dentro de um quadro comparativo e interdisciplinar que importa seguir estudando e valorizando os manuscritos medievais da UnB. Importará apurar a originalidade textual das traduções – feitas por via direta do latim para o português ou intermediada por outra língua romance românica –, ou a sua dependência de outras versões – a Prof^a Dr^a Maria Eurydice de Barros Ribeiro afastou já a possibilidade de uma dependência direta do Livro das Aves do exemplar de Lorvão, por exemplo – verificar desvios entre original, exemplar e cópia, se possível, apurar acidentes e erros, correções dos censores do *scriptorium* e anotações de leitura e outras marcas que permitam esclarecer mais aprofundadamente a questão permanente da origem, proveniências e formas de circulação destes preciosos manuscritos.

Algumas destas questões têm encontrado respostas e interrogações na investigação dos Professores Drs. Maria Eurydice de Barros Ribeiro e Américo Venâncio Lopes Machado Filho. Outras questões permanecerão sempre em aberto, procurando respostas que as diferentes gerações de historiadores e de investigadores irão encontrando e dando para o conhecimento destes manuscritos tão preciosos e que qualquer arquivo ou biblioteca nacional gostaria de contar entre os seus tesouros.

Importará, sempre, preservar – e estes manuscritos necessitam de algum restauro próprio de materiais como o pergaminho – e valorizar tão rico património cultural que é hoje pertença do património da UnB, do Brasil e de toda a História do património lusófono no Mundo. Só pelo estudo se aumenta o conhecimento, aquele conhecimento que importa para a maior dignidade do ser humano e para a felicidade dos povos; só pelo conhecimento partilhado se valoriza socialmente o património que se possui e, nessa valorização e nessa partilha, que as novas tecnologias digitais tanto facilitam, se encontra o sentido direi anagógico da vida. Assim como está escrito, parábola do Livro sagrado, que “Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte; ninguém acende uma candeia e a coloca debaixo do módio, mas no velador, e assim alumia a todos os que estão na casa” (Mt 5: 15), assim conluo saudando os historiadores, os bibliotecários os investigadores, que são a “luz do mundo” e guardiães vivos dos tesouros que as gerações do passado, das quais comungamos mesmo que distanciados pelos séculos e pelos oceanos, edificaram e nos legaram.

FONTES PRIMÁRIAS

Livro das Aves da UnB:

<http://www.scrinium.pt/pt/pt-017>

Textos, autores e manuscritos em português medieval:

Bitagap - PhiloBiblon - Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses, da Universidade de Berkeley - http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap_po.html

Manuscritos iluminados europeus:

<https://www.wdl.org/es/sets/illuminated-manuscripts/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGATI, M. L. *Il libro manoscritto. Introduzione alla codicologia*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 2003.

AMARAL, Luís Carlos (coord.). *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae - Chartularia*. Livro de Mumadona. Cartulário do Mosteiro de Guimarães. v. VII. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2016.

ANSELMO, Artur. *História da Edição em Portugal. I. Das origens até 1536*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1991.

BANDEIRA, Ana Maria. *Pergaminho e papel em Portugal. Tradição e conservação*. Lisboa: Celpa - Associação da Indústria Papeleira, 1995.

- CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de. *A Livraria do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Coimbra: Imprensa de Universidade, 1921.
- NASCIMENTO, Aires Augusto e MEIRINHOS, José Francisco (coord.). *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.
- CLARK, Willene B. *The Medieval Book of Birds. Hugh of Fouillouy's Aviarium*. Edition, translation and commentary. New York: State University of New York at Binghamton, 1992.
- COSTA, Avelino de Jesus. *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI. Separata de Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, n. 38, Coimbra, 1983.
- COSTA, Avelino de Jesus. *A Biblioteca e o tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII. Separata da revista Theologica*, v. XVIII, fasc. I-II e III-IV, Braga, 1983.
- COSTA, Avelino de Jesus. *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992.
- CUNHA, A. G. (ed.) *Livro das Aves*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura, 1965.
- DUBY, Georges. *Le temps des cathédrales. L'art et la société, 980-1420*. Paris: Gallimard, 1976.
- EGRY, Anne de. *O Apocalipse do Lorrão*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.
- FOLIETO, Hugo de. *Livro das Aves*. Trad. de Maria Isabel Rebelo Gonçalves. Lisboa: Colibri, 1999.
- GÉHIN, P. (org.). *Lire le manuscrit médiéval. Observer et décrire*. Paris: Armand Colin, 2005.
- GLÉNISSON, J. (dir.) *Le livre au Moyen Âge*. Paris: Presses du CNRS, 1988.
- GOMES, Saul António. *In limine conscriptioinis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Séculos XII a XIV*. Coimbra: Palimage, 2007.
- GOMES, Saul António. *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa: Temas & Debates, 2009.
- ILINE, M. *O Homem e o Livro*. Lisboa: Cosmos, 1941.
- ILUMINURA (A) em Portugal. *identidade e Influências*. Catálogo da Exposição, 26 de Abril a 30 de Junho '99. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.
- INVENTÁRIO dos Códices Alcobacenses. Tomos 1 a 6. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1930-1932 e 1978.
- Livro Verde da Universidade de Coimbra*. Edição fac-similada. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990.
- Livro Verde da Universidade de Coimbra. Transcrição*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Um Flos Sanctorum Trecentista em Português*. Brasília: EdUnB, 2009.
- MARTIN, H.-J. ; VEZIN, Jean Vezin (dir.). *Mise en page et mise en texte du livre manuscrit*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie-Promodis, 1990.
- MARTINS, Mário. *Estudos de Literatura Medieval*. Braga: Livraria Cruz, 1956.

MCMURTRIE, Douglas C. *O Livro*. Impressão e fabrico. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

MEIRINHO, José Francisco. *Santa Cruz de Coimbra*. A cultura portuguesa aberta à Europa na Idade Média. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2001.

MILLARES CARLO, Agustín. *Introducción a la historia del libro y de las bibliotecas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

MIRANDA, Maria Adelaide, *A Iluminura de Santa Cruz no tempo de Santo António*. Lisboa: INAPA, 1996.

NASCIMENTO, Aires Augusto. Das palavras às coisas: o percurso do livro através da terminologia bibliográfica. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 1984, p. 91-104.

NASCIMENTO, Aires Augusto. *Ler contra o Tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa. (Recolha de estudos em Hora de Vésperas)*. 2 v. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

NASCIMENTO, Aires Augusto. *Os antigos códices de Lorvão: balanço de pesquisa e recuperação de tradições*. Penacova: Município de Penacova, 2016.

NETO, Serafim da Silva. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Brasília: MEC; Casa de Rui Barbosa, 1956.

OBRAS completas de Beato de Liebana. Madrid: Estudio Teológico de San Ildefonso; Biblioteca de Autores Cristianos, 1995.

PEREIRA, Isaiás da Rosa, Livros de Direito na Idade Média. *Lusitania Sacra*, n. 7, p. 7-60, 1964-1966.

_____. Livros de Direito na Idade Média. *Lusitania Sacra*, n. 8, p. 81-96, 1967-1969.

PEREIRA, Isaiás da Rosa, "Dos livros e dos seus nomes: bibliotecas litúrgicas medievais", *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, 17 (1971-1973), pp. 97-167.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *O Livro das Aves*. Fragmento de um manuscrito desaparecido. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

SANTOS, Maria José Azevedo. *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 882 a 1172: aspectos técnicos e culturais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

SANTOS, Maria José Azevedo. A evolução da língua e da escrita. In: SANTOS, Maria José Azevedo et al. *Portugal em definição de fronteiras*. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV. v. III. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 604-634.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. Fontes para o conhecimento da língua portuguesa de Trezentos. Os mais antigos manuscritos portugueses existentes no Brasil. Araraquara: Grupo de Trabalho de Estudos Medievais da Appall, 2009.

SMITH, Marc H. Pour une préhistoire des écritures modernes. *Gazette du livre médiéval*, n. 40, Printemps, 2002, p. 1-13. Disponível em: <<http://www.palacographia.org/glm/glm.htm?art=smith>>. Acesso em: 15/11/2018.

SMITH, Marc H. Les gotiques documentaires: un carrefour dans l'histoire de l'écriture latine. *Archiv fur Diplomatik*, n. 50, 2004, p. 417-465.

**A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO E SUAS VARIANTES VISUAIS EM
DESAPLANAR, DE NICK SOUSANIS**

***THE CONSTRUCTION OF SPACE AND ITS VISUAL VARIANTS IN NICK
SOUSANIS' UNFLATTENING***

Giovani Pagliusi Lobato e Moura

Mestre em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

e-mail: giovasstrasser@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4155-331X>

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.24011>

Recebido em 7 de agosto de 2018

Aprovado em 6 de março de 2019

RESUMO:

O presente artigo se depara com a produção de sentido e as variantes visuais da obra *Desaplanar*, de Nick Sousanis. Pretende-se, por meio de reflexão de imagens e da evolução da narrativa, compreender a função composicional do espaço que integra texto e imagem. Para ilustrarmos tal capacidade composicional do espaço, a pesquisa se fundamenta em duas principais aproximações conceituais paradigmáticas. A primeira é o modelo estético de espaço liso e estriado apresentado por Deleuze & Guattari (2012), utilizado para entender os valores e as potencialidades da obra no campo da hibridização e no campo do rizoma. O segundo paradigma é o conceito de linha e superfície de Vilém Flusser (2007, 2008, 2010), utilizado para entender os valores verbais e visuais, formalizando uma adequação do pensamento na leitura de *Desaplanar*. Dialoga-se também com conceitos de linguagem e temporalidade ao passo que a imagem vai tomando uma posição de significante ou protagonista no avanço da narrativa. Como hipótese, *Desaplanar* é uma engrenagem que reúne e transcende o suporte físico da arte sequencial e atinge os aspectos da consciência desenvolvendo uma estética do acontecimento em que sua visualidade é mutável de acordo com a gradação ou a inércia de espaço e ritmo.

Palavras-chave: Produção de sentido; Espaço; Temporalidade; Histórias em quadrinhos; Linguagem.

ABSTRACT:

The present article studies the production of meaning and visual variants in Nick Sousanis' *Unflattening: A Visual-Verbal Inquiry into Learning in Many Dimensions*. The aim of this study is to understand the compositional role of space embedded in both text and image in *Unflattening*, by means of reflecting on images and narrative development. To illustrate the aforementioned compositional space feature, this article's foundation consists in two main conceptual paradigmatic approximations: the first one is smoothing and striation of space an aesthetic model presented by Deleuze & Guattari (2012), examined to apprehend the values and the potentialities of the subject of the study in both hybridization and rhizome spheres; the second paradigm is Vilém Flusser's concept of line and surface (2007, 2008, 2010), explored to recognize *Unflattening's* verbal and visual values, thus formulating a reasoning correspondence to *Unflattening* reading. It also becomes correlated with concepts of language and temporality as the images rise to a signifier level or a protagonist in the story's development. As a hypothesis, *Unflattening* is as an apparatus which connects and transcends sequential art as a physical support and reaches simultaneous aspects of consciousness, hence

developing the aesthetics of happening in which its visually is changeable, accordingly to the gradation or inertia of space and pace.

Keywords: Production of meaning; Space; Temporality; Comic Books; Language.

INTRODUÇÃO

E se embaralharmos os lugares-comuns que a cultura ocidental deu aos conceitos de linguagem, espaço e perspectiva e oferecermos ao leitor uma recepção paradigmática alternativa do objeto apresentado? Esse pensamento talvez tenha regado as ambições de Nick Sousanis¹ ao produzir *Unflattening*, ou *Desaplanar*² (2017), obra desenvolvida a partir da dissertação de mestrado do autor para a Teachers College *Columbia University* em maio de 2014.

Sousanis argumenta que as imagens não são necessariamente subordinadas às palavras, mas que essas duas grandezas funcionam como parceiras equivalentes na articulação do pensamento.

Embora as possibilidades de linguagens nas histórias em quadrinhos já insinuassem um hibridismo estético, presente historicamente em todo o conteúdo produzido, a forma de entretenimento prevaleceu durante décadas como forma padrão de posição no mundo da arte sequencial. Em contrapartida, o lado mais interessante desta pesquisa, a arte sequencial também trabalha como um suporte ou um meio que designa a comunicação e a arte.

O que pode ser colocado como exclusividade das histórias em quadrinhos é a fusão de diferentes processamentos cognitivos, como o silogismo lógico, o juízo de racionalidade, o aviltamento de sensações do outro. Estes são elementos que promovem diversas maneiras de conectar o observador com a estrutura de tempo de espaço narrativos. No caso de *Desaplanar*, podemos dizer que é uma arte sequencial em que conseguimos “preender” – para utilizar a expressão de Flusser (2008, 2010) – um “estar-no-mundo” alternativo que incorpora e absorve modelos verbais e visuais, embaralha-os e produz um novo sentido de visão de mundo.

¹ Professor, crítico de arte e cartunista norte-americano. Foi a primeira pessoa da *Columbia University* a apresentar e defender uma dissertação totalmente feita em forma de história em quadrinhos (*Unflattening: A Visual-Verbal Inquiry into Learning in Many Dimension*). Sua dissertação foi lançada no ano seguinte pela Harvard University Press e ganhou o Lynd Ward Graphic Novel Prize na categoria Livro do Ano. Em 2018, Sousanis ganhou o Eisner Award na categoria de melhor História Curta: *A Life in Comics: The Graphic Adventures of Karen Green*. No mesmo ano, a edição brasileira de *Unflattening* (*Desaplanar*, Editora Veneta) ganhou o 30º Troféu HQ Mix na categoria Melhor Livro Teórico.

² Tradução do título da obra para a língua portuguesa (Editora Veneta, 2017).

Vale a pena mencionar que a produção de sentido da obra tem um caráter sinestésico. Parece que Sousanis tem a pretensão de atingir a espontaneidade de sensações, quem variam de acordo com os leitores e estão intimamente ligadas à ausência de lógica narrativa.

Na visão de Scott McCloud, efeitos como “sinestesia” (espontaneidade de emoções relacionadas à aparência das coisas) e “cinestética” (relativo às sensações corporais, inclusive as táteis, as viscerais e as emocionais) são ferramentas que podem ser bem utilizadas na composição de histórias em quadrinhos.

O expressionismo e a cinestética são distorcivos por natureza. Se forem muito fortes, eles podem obscurecer seus temas. Ao mesmo tempo, a falta de clareza também pode exigir maior participação e envolvimento do leitor, o que muitos artistas desejam(...) (McCloud, 2005, p. 133).

Visto primeiramente como uma obra de virtude sensível, *Desaplanar* pede uma metodologia de análise menos estruturalista. O espaço não deve ser capturado ou entendido nesse meandro. Ele deve ser tensionado a um valor rítmico. Portanto, antes de entrarmos na reflexão das imagens da obra, será compreendida, por meio de aproximação de teorias e conceitos, a maneira com que são concebidos e tratados os olhares sobre o espaço e suas articulações.

DESAPLANAR E O PARADIGMA DELEUZIANO

Para entendermos a obra de Sousanis em uma perspectiva estética, devemos colocar a questão do espaço como nervura central da discussão.

Deleuze & Guattari (2012), ao definirem seu “modelo estético” de espaços, apresentam as noções de espaço liso (nômade) e de espaço estriado (sedentário). Os autores têm o cuidado de indicar tais espaços como existentes graças às misturas entre si, como o trançar da água e do óleo em um recipiente, deixando clara a distinção entre eles. Por outro lado, ao evaporarem saindo de um mesmo recipiente, misturam-se em uma composição abstrata, tendo como o ambiente gasoso uma nova tradução de ambos.

(...) o espaço liso não para de ser traduzido, transvertido num espaço estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso (...) os dois espaços não se comunicam entre si da mesma maneira: a distinção de direito determina as formas de tal ou qual mistura de fato, e passagens de um ao outro; as razões da mistura que de modo algum são simétricas, e que fazem com que hora se passa do liso ao estriado, ora do estriado ao liso,

graças a movimentos inteiramente diferentes (Deleuze; Guattari, 2012, p. 192).

Essa composição de espaço produzida por Deleuze & Guattari é usada ao se traduzirem o movimento, a distância e as diferenças entre as vistas em *Desaplanar*. “Pense, a partir de Deleuze & Guattari, uma estrutura descentralizada, que se ramifica lateralmente, na qual cada ponto se conecta a todos os outros.” (Sousanis, 2017, p. 39)

A obra de Sousanis demonstra um conjunto de signos que lhe possibilita ser um paradigma de reflexão para teorias e conceitos que permeiam o espaço da percepção visual ou visualidade na área da filosofia e na área da comunicação. Sendo assim, o uso do argumento narrativo e visual, denominado em toda a evolução da obra de “Planolândia” primeiro capítulo da obra, é derivado do conceito de espaço (leia-se forma) e espacialidade (leia-se conjuntura), daquilo que no entre se faz tensão e daquilo que tensionado se faz uma ferramenta de percepção.

As reflexões de Deleuze & Guattari (2012, p. 191) sobre o espaço denominado, o liso e o estriado, oferece um conjunto de questões simultâneas, de oposições simples e complexas, de mistura e de movimento que permitem ilustrar o espaço como um valor rítmico. Tais questões preveem ações e efeitos a fim de iluminar a cultura e nesse interím, alinha-se ao pensamento de Ferrara (2014) quando questionado os limites e os horizontes do espaço sendo que uma vez superada a sua dimensão conceitual, ele se destaca de sua bidimensionalidade ortogonal oferecendo mais profundidade e deslocamento para uma figura ou objeto qualquer que possa se enquadrar nele. Em outras palavras, as figuras planas encontram um diálogo mais complexo com o movimento e a velocidade, descentralizando o espaço, fragmentando-o ao ponto de deixá-lo mais orgânico e movente. Ou seja, iluminar a cultura nesse sentido é ofertar mais profundidade espacial para que o objeto ou figura enquadrada obtenha uma dinâmica de significado qualificador.

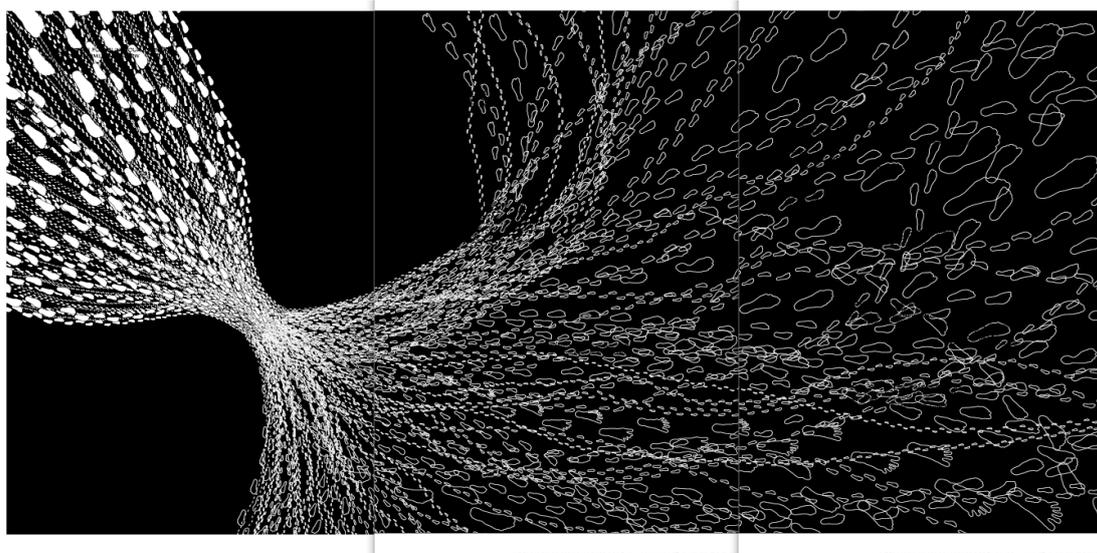


Figura 1: Imagem de capa em *Desaplanar*, ilustrando os valores rítmicos que o autor emprega em sua obra, Nick Sousanis. Captado em: < <http://spinweaveandcut.com/>>. Acesso em: (15/06/2018).

O uso da metáfora confirma um peso simbólico que Sousanis traz em sua obra com o objetivo de preservar a pluralidade na forma de leitura. Essa estratégia consiste menos em enquadrar o objeto na categoria das palavras (narrativa) do que as expressões da irracionalidade em que a estrutura formal da linguagem não capacita em decodificar.

O espaço da arte sequencial permite a experiência daquilo que pode transcender a linguagem, tal como o valor da multiplicidade de pontos de vista, fator típico de absorção do conhecimento presente na estrutura das histórias em quadrinhos.

Nesse sentido, é percebido que *Desaplanar* atua como um objeto cuja imagem em movimento oferece uma certa profundidade simbólica. Ou seja, o quadrinho pode conter mais informações do que pareceria possível pelo fato de as imagens carregarem um volume de significados que transcendem as competências tradicionais de verbalidade. Logo, a obra não tem o quadro como limite narrativo. Ela se expande. Seu limite está além da recepção primeira e elementar da mensagem. Ela atinge os interesses cognitivos do leitor em um ponto pouco frequentado em seu córtex. Podemos afirmar que *Desaplanar* é uma grande tentativa de transcendência narrativa em que o quadro a quadro não tem limite físico de significação.

Devemos apontar que a assunção de obras como *Desaplanar* pode ser uma consequência da crise pós-moderna das grandes narrativas em favor das micronarrativas. Tal fator privilegia a indústria da arte sequencial, colocando-a como alternativa real para possíveis resoluções de problemas no contexto espacial e perceptível da filosofia.

Paul Virilio (2008), ao abordar as fraturas de nosso tempo, na tentativa de entender a condição pós-moderna, tece apontamentos direcionados à crise das “formas inteiras”:

A crise da noção de dimensão surge portanto da crise do inteiro, ou seja, de um espaço substancial, homogêneo, herdado da geometria grega arcaica, em benefício de um espaço acidental, heterogêneo, em que as partes, as frações, novamente tornam-se essenciais, atomização, desintegração das figuras, dos referenciais visíveis que favorecem todas as transmigrações, todas as transfigurações (...) (Virilio, 2008, p. 19).

Nota-se que *Desaplanar* se beneficia do espaço acidental colocado por Virilio, para sua narrativa tomar forma e profundidade de campo. É quase uma técnica de fragmentação/desconstrução de um modelo já cansado em sua formalidade única em favor de uma duração imagética maior, visível por meio de suas partes. Parece que Sousanis inaugura um reajuste daquilo que é representado por meio de conjunturas rizomáticas cujo ritmo, fragmentário, é incomum, porém de entendimento sensório.

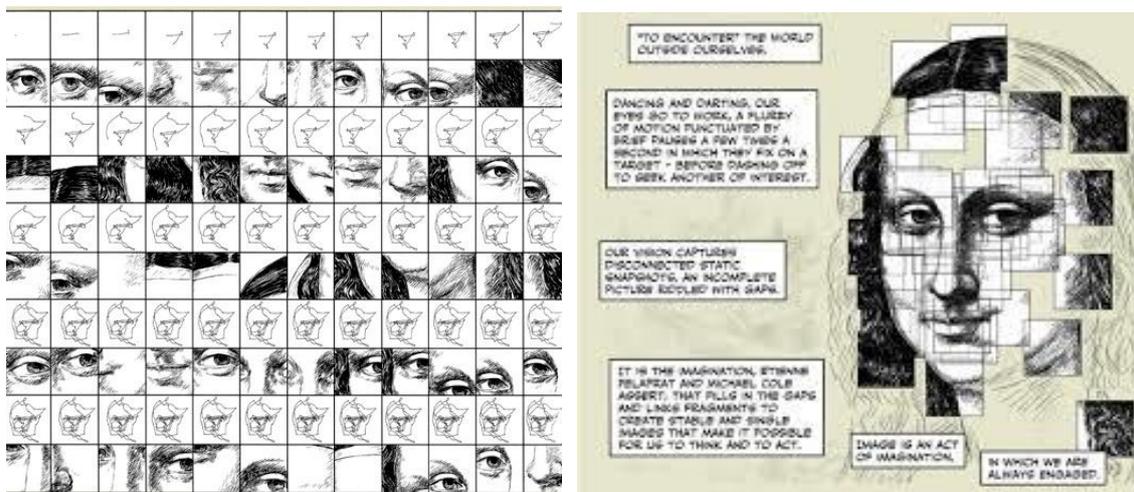


Figura 2: Exemplo de fragmentação em *Desaplanar* para exemplificar o mecanismo na imaginação, Nick Sousanis. Captado em: <<http://spinweaveandcut.com/>>. Acesso em: (15/06/2018).

Nessa passagem da obra, Sousanis aplica o dispositivo do fragmento para dizer que a imagem é um ato da imaginação. Vamos colocar em suspensão o termo imaginação e inserir produção de sentido, ou seja, aquilo que se apresenta como capacidade de aprendizagem.

Ao embaralhar a imagem de *Monalisa*, o autor sustenta a lógica do fragmento ou da parte de um todo. Ele não tem a intenção de dar um ar de complexidade maior à imagem, menos ainda o contrário disso. Sousanis nos leva para fora da zona de conforto do olhar e transforma a imagem sintética em um rizoma, na tentativa de criar mais “duração” do olhar.

A ação incomoda o leitor de certa forma. Olhando a fragmentação, automaticamente ele procura com o olhar a caixa de diálogo na tentativa de decodificar a coisa em si. Nesse momento, Sousanis, em vez de apresentar uma solução (explicação) verbal ao rizoma, problematiza-o ainda mais, ofertando a ideia de ritmos envolventes e desconexos, breves e duradouros, estabelecendo ainda mais o rizoma da imagem. Esse é um processo muito utilizado por Deleuze quando ele reflete sobre o espaço liso e o espaço estriado. É um quase-método de não explicação, e sim de reflexão razoável do objeto.

DESAPLANAR E O PARADIGMA FLUSSERIANO

Se Sousanis apresenta em *Desaplanar* uma separação entre a expressão verbal e a expressão visual questionando os limites da palavra escrita na construção do pensamento e colocando-as como lados da mesma moeda de compreensão. Vilém Flusser (2008), em um sentido aproximado, exemplifica o conceito de linha e superfície como duas formas de leitura, sendo elas:

Olhamos uma pintura: passamos nossos olhos sobre sua superfície seguindo caminhos vagamente sugeridos pela composição da imagem. Ao lermos as linhas, seguimos uma estrutura que nos é imposta; quando lemos as pinturas, movemo-nos de certo modo livremente dentro da estrutura que nos foi proposta. Aparentemente essa é a diferença (Flusser, 2008, p.104).

O autor, ao tratar a origem e as transformações da superfície, aponta para o conceito de “adequação do pensamento à coisa”, uma vez que a escrita (linha) tomou o papel de desempenho racional da vida humana. Linha e superfície, em Flusser, são um processo de substituição/adequação da perspectiva de representação do mundo.

Tal processo flusseriano ajuda a entender a originalidade de Sousanis, residente na capacidade de estabelecer uma separação e, ao mesmo tempo, um diálogo entre diferentes dimensões (verbal e visual), de maneira que ambas atuem vezes autorreferentes e, uma vez atingindo seus limites, vezes interdependentes.

As palavras sempre detiveram certo privilégio como modalidade explicativa, como a ferramenta para o pensamento. “A imagem, por outro lado, há muito tempo é segregada ao reino do espetáculo e da estética, marginalizada na discussão séria como mera ilustração que apoia o texto – nunca vista em pé de igualdade” (Sousanis, 2017, p. 54).

Portanto, linha e superfície são dimensões diferentes para representar o mesmo mundo ou um mundo em transformação, sendo que a temporalidade de recepção dos processos é singular em seu ritmo.

Barbieri (2017) se aproxima dessa perspectiva ao tratar a representação do tempo como função tradicional nas artes visuais. A autora chega à conclusão de que a combinação entre movimentos e diálogos proporcionam uma “*duração* à própria imagem”. Ou seja, a recepção da imagem nos quadrinhos não se resume a um instante na regra do tempo. O que pode ditar a recepção de leitura é a possibilidade de ritmo da composição verbal e visual.

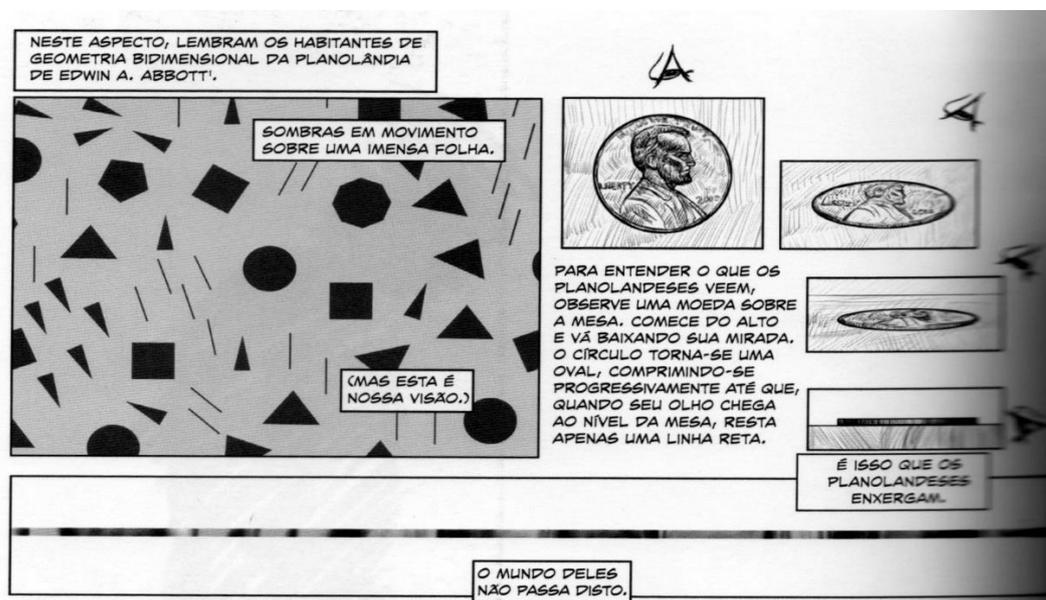


Figura 3: Passagem em que Sousanis explica Planolândia como uma cidade ou um povo que só enxerga a superficialidade das coisas³ (15/06/2018).

Na imagem acima, Sousanis apresenta a restrição da perspectiva do universo da Planolândia, metáfora usada para apresentar o leitor à superfície das coisas no mundo. Para Flusser (2008), devemos adequar nosso pensamento em superfície (imagem) em detrimento do pensamento em linha (texto), para acompanharmos o “mundo pós-histórico”.

Em Planolândia, existe um condicionamento que orchestra todo o *modus operandi* dos indivíduos e objetos. Todos andam em linha. Todos seguem as mesmas diretrizes. Ninguém questiona a forma e a significação das regras.

³ Imagem escaneada diretamente da obra física do autor do artigo, por não estar disponível facilmente nos padrões de busca da internet. Ela faz parte da introdução fundamental da obra.

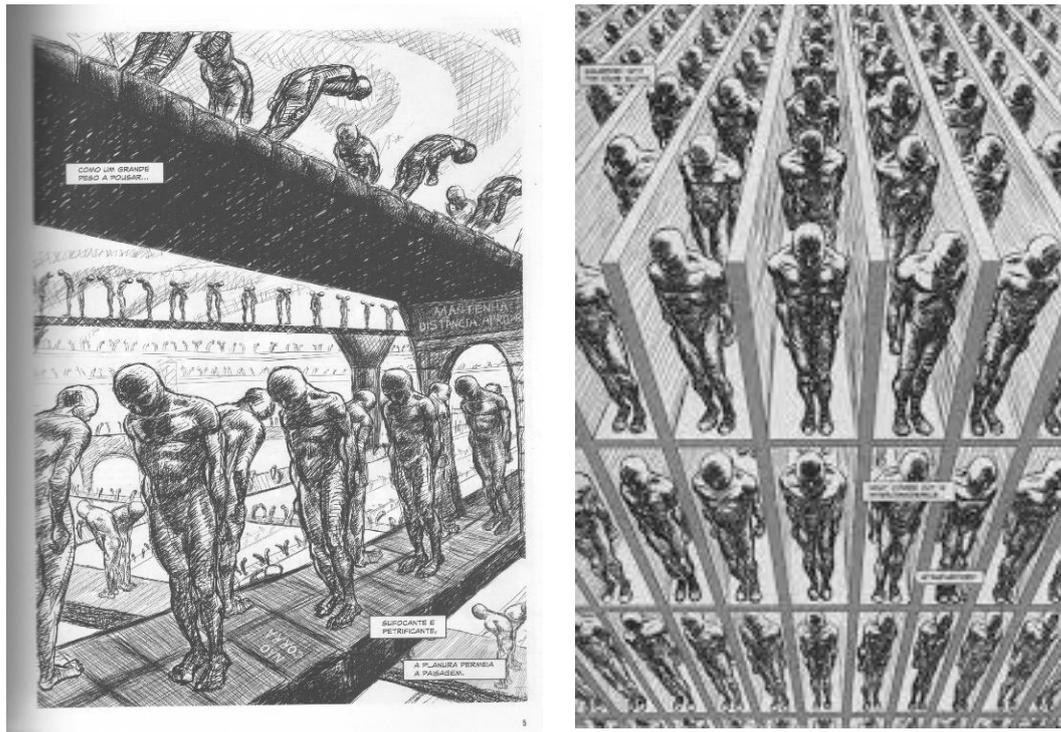


Figura 4 e 5: A forma de ser e estar no mundo de Planolândia, Nick Sousanis. Captado em: <
<http://spinweaveandcut.com/>>. Acesso em: (15/06/2018).

O processo faz parecer que não são indivíduos, e sim objetos de uma linha de produção, muito além da sedação do cotidiano. É uma mecânica do sujeito automatizado. Planolândia é a referência da sociedade dotada de não profundidade de raciocínio ou uma sociedade que raciocina por caminhos duros e preestabelecidos.

Sabendo que o conceito de superfície para Flusser são a imagem e o que ela representa, Barbieri confirma indiretamente o conceito de superfície flusseriana ao explicar tecnicamente os conceitos de perspectiva, movimento e representação do tempo, sendo que a história da imagem nessa miríade conceitual pode ser lida também de duas maneiras:

Trata-se de um instante ou de um período, seja como for, uma imagem habitualmente *conta* um lapso de tempo maior que o que se representa. Não apenas isso: uma imagem pode ter tempos de leitura diferentes, segundo a simplicidade ou complexidade de sua leitura; ou seja, que podemos empregar mais ou menos tempo em lê-la, em entender o que é que está representando e contando (Barbieri, 2017, p. 101).

Em hipótese, confirma-se que *Desaplanar* é um veículo paradigmático para refletir e entender os elementos de bidimensionalidade da imagem, das figuras planas e sua profundidade volumétrica de percepção, ao passo que a obra oferece uma dimensão cognitiva sempre manifestada como nova ao passo das ações que se desenvolvem na história.

Uma segunda hipótese nos leva a entender que Sousanis elabora uma função randômica tamanha em sua obra que validarmos apenas a composição verbal ou visual como fatores desconectados e não levar em consideração o propósito híbrido de sua obra nos levaria a resultados incompletos e positivistas. “O entrelaçar proposital de linhas de raciocínio diversas cria um chão comum. Uma rica trama dimensional” (Sousanis, 2017, p. 37).

Além disso, vale ressaltar a inflação de imagens aglomeradas e sobrepostas no mesmo quadro nas seqüências de Soussanis, causando um efeito de miríade e hiperexposição da mensagem. Tal produção de sentido, alerta à função apelativa da imagem dentro da narrativa, como se a sua exposição alcançasse um “grito” na forma não verbal, demonstrando certa singularidade em *Desaplanar*.

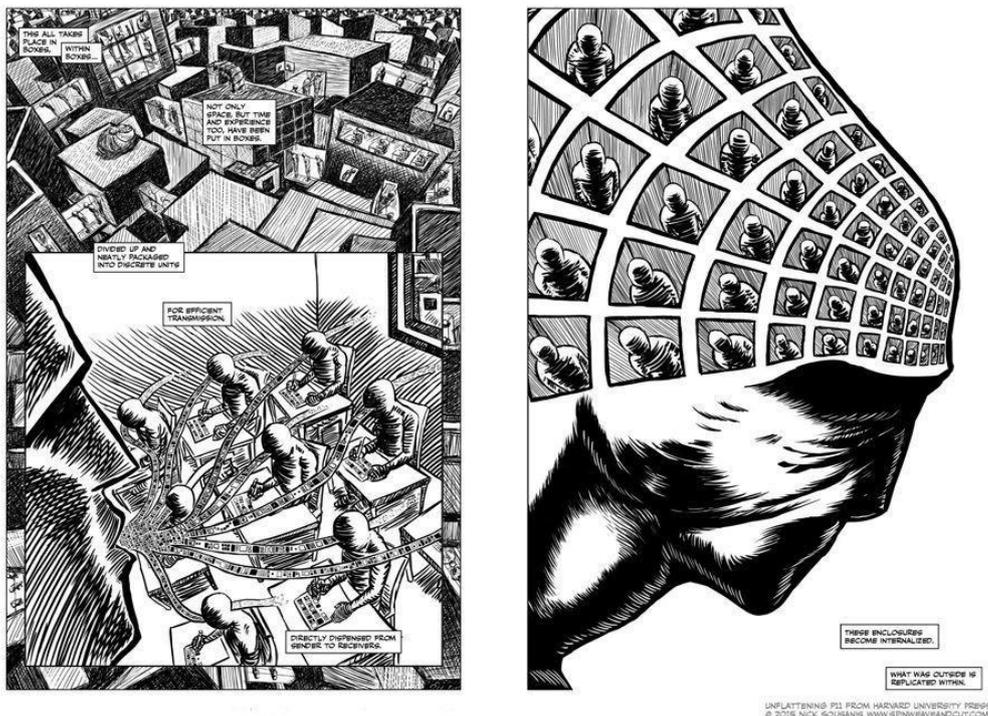


Figura 06: A linha cognitiva imagética sendo processada em pensamento, *Linkedin* de Nick Sousanis (15/06/2018).

Baitello (2012) discorre sobre a inflação de imagens ao redor da percepção. Como consequência, passamos a deixar de vê-las em um sentido mais profundo de raciocínio. Os smartphones, os *écrans* disponíveis em todas as nossas categorias do dia a dia, a hiperexposição de imagens forçam a uma interação superficial com elas. A hipótese colocada

por Baitello de que a imagem hiperexposta atinge a sedação do pensamento humano é real pela atual dimensão apelativa das imagens no mundo.

Porém, a inflação de imagens em *Desaplanar* tem menos uma característica de quantidade (inflação) do que de qualidade. O prestígio do ritmo e do movimento das imagens na obra de Sousanis raramente tem a ver com suas idiossincrasias em si. Sendo assim, podemos afirmar que existe um processo de sedação em *Desaplanar* objetivando a imagem não como inflação quantitativa, mas uma sedação relacionada ao culto de uma nova visualidade. No entanto, pode-se dizer que a consequência dessa sedação não segue a mesma premissa de Baitello, mas tem efeitos semelhantes.

Ler *Desaplanar* demanda uma duração cognitiva diferente, quase como aquele “intervalo” que se tem ao ler uma obra filosófica para seu melhor entendimento. Tal intervalo pode ser uma sedação construtiva, pode ser o tempo dentro da imagem, pode ser o instante representando toda a narrativa. Sousanis atingiu uma certa essência em sua obra que navega pela desconfiança da percepção humana, passa pela arte como empurrão epistemológico de movimento as expressões verbais e desafoga em um processo de distanciamento e proximidade do objeto com o intuito de oferecer caminhos alternativos à concepção de construção de sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como salienta Vergueiro (2017), as histórias em quadrinhos historicamente são questionadas sobre sua legitimação cultural e científica. De alguma maneira, *Desaplanar*, ao mesmo tempo que legitima as histórias em quadrinhos como visualidade transcendente à produção de sentido de entretenimento, estimula uma evasão compensatória para processos cognitivos entrelaçantes.

Soussanis inaugura e apresenta um mundo de sua natureza interconectada, de um quadro para outro e de uma página para outra o autor usa critérios de experiências simultâneas oferecendo um poder de narrativa singular possibilitando explorar ideias e significados em uma profundidade que se dá no entreato, ou seja, no espaço em que se está a coisa em si, na interação desse espaço com a história, no movimento proporcionado pela materialidade da história e no ritmo dela na sequencialidade dos quadros.

Alguns aspectos de desenvolvimento do relato que formalizam a obra como: a) o preenchimento de espaço na forma de vazio profundo ou com descontinuidade proposital; b) os corpos, por vezes sem gravidade no ponto de tensão máximo entre palavras e linhas e

os objetos cujo contexto de existência é a sua própria metáfora. Tais aspectos oferecem ao leitor um conjunto rítmico que cristaliza uma forma peculiar de ver o mundo.

Em outras palavras, Sousanis inaugura um rompimento ao criar um objeto de vanguarda nas histórias em quadrinhos que olha o mundo em uma perspectiva fragmentária e irracional, o que qualifica *Desaplanar* como um fenômeno único na arte sequencial.

Desaplanar é um trabalho de consciência, de materialidade ritmada. Parafraseando Ferrara, sabendo que existe materialidade no abstrato, Sousanis usa o suporte história em quadrinhos para tentar capturar o abstrato que a própria visualidade da imagem não traduz em materialidade. *Desaplanar*, em seu âmago, é uma proposta de linguagem autorreferente.

Entende-se o papel da imagem como ignição cognitiva, entende-se o verbal como entrelaçamento de forma e ambos operam gradualmente nos espaços de conexão, sendo o observador/leitor o canal mediador das junções possíveis. É um trabalho de liberdade da existência, sendo que qualquer experiência anterior não influencia as relações de sentido que está por vir ao passo que tudo que é visto em *Desaplanar* remete a alguma dor do corpo relembrando ao sujeito a função geral dos sentidos e o que eles podem alcançar como possibilidades irrestritas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAITELLO, N. Junior. *O pensamento sentado: Sobre glúteos, cadeiras e imagens*. São Leopoldo: Unisinos, 2012.
- BARBIERI, Daniele. *As linguagens dos quadrinhos*. São Paulo: Peirópolis, 2017.
- DELEUZE, Gilles; GATTARI, Félix. *Mil platôs vol. 5: capitalismo e esquizofrenia 2*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- FERRARA, L. D'Alesio. *Comunicação mediações interações*. São Paulo: Paulus, 2015.
- _____. *Comunicação Espaço Cultura*. São Paulo: Annablume, 2008.
- FLUSSER, Vilém. *A escrita: há futuro para a escrita?*. São Paulo: Annablume, 2010.
- _____. *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.
- _____. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.
- MCCLOUD, Scott. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2005.
- MARCONDES. C. I. História em Quadrinhos. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). *Dicionário da comunicação*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 226-227.
- SOUSANIS, Nick. *Desaplanar*. São Paulo: Veneta, 2017.
- VERGUEIRO, Waldomiro. *Pesquisa acadêmica em histórias em quadrinhos*. São Paulo: Criativo, 2017.

ISSN 2318-1729

VIRILIO, Paul. *Espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

**AS CONTRIBUIÇÕES DE CARLOS DEL NEGRO AO PATRIMÔNIO
BRASILEIRO: METODOLOGIA PARA O ESTUDO DA PINTURA MINEIRA (1958-
1978)**

**CARLOS DEL NEGRO'S CONTRIBUTIONS TO THE BRAZILIAN HERITAGE:
METHODOLOGY FOR PAINTING STUDIES IN MINAS GERAIS (1958-1978)**

Mateus Alves Silva

Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil

e-mail: mateus.silva@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0250-2912>

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.26539>

Recebido em 7 de agosto de 2018

Aprovado em 6 de março de 2019

RESUMO:

Numa alusão aos dois principais escritos de Carlos Del Negro (*a Contribuição...* e *Nova Contribuição ao estudo da Pintura Mineira* [1958 e 1978]), este artigo remete às ações empreendidas pelo intelectual para o estudo e reconhecimento de características do patrimônio brasileiro, sobretudo aquele oriundo do período colonial presente em Minas Gerais. Suas obras continuam, décadas depois da sua publicação, como referência tanto para o estudo de casos específicos da produção de arquitetura e pintura quanto para a discussão sobre aproximações tipológicas e de modelos de referência. Além disso, se as *Contribuições* são fonte para o estudo das obras, por outro lado servem como referência para os processos de inventário e tombamento, quando utilizadas como base de estudo pelos órgãos competentes. Pretende-se, aqui, explorar a relação entre essas publicações e a política de patrimônio coetânea, bem como perceber elementos das noções de patrimônio de seu autor e interlocutores.

Palavras-chave: Carlos Del Negro; Política patrimonial; IPHAN

ABSTRACT:

Alluding to Carlos Del Negro's main works (*Contribuição...* e *Nova Contribuição ao estudo da Pintura Mineira* [1958 e 1978]), this paper refers to the actions taken by the author to study and learn the characteristics of the Brazilian heritage, including those of the colonial period. His works remain, even after decades of publishing, as a reference to the study of specific cases of architecture and painting and to the discussion on typologies and models. Besides that, these "Contribuições" (Contributions) are a source for the study of artworks and can also reveal the process of inventory and classification. This paper aims to explore the relationship between these publications and the heritage policies, and also shows the author's and his partners' understanding of the heritage.

Keywords: Carlos Del Negro; Heritage politics; IPHAN

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA PINTURA MINEIRA

Em 1958, Carlos Del Negro¹ publicou sua obra *Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira*. (Del Negro, 1958) O estudo, fruto de uma série de viagens pelo interior do estado de Minas Gerais, compreendia o levantamento e a análise da pintura realizada no interior dos templos religiosos, integrada à edificação, nos tetos de naves, capelas-mores e sacristias. Como definido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, no prefácio à obra, a publicação correspondia “a um dos estudos preparatórios que se tornavam indispensáveis para se delinear com segurança a evolução da pintura antiga em nosso país”(Andrade, 1958, p.7), uma vez que ainda não havia sido publicada uma pesquisa que fosse abrangente o suficiente para abarcar várias obras representativas daquele território. O intuito inicial de Carlos Del Negro consistia em tentar estabelecer um estudo sistemático das obras, dada a inexistência de uma análise de conjunto. Percorrendo, inicialmente, igrejas do século XVIII e princípios do XIX, perfazendo toda a região central e sul do estado, organizou um catálogo com informações sucintas - e, em grande parte, inéditas - dessas pinturas integradas. Somente em um segundo volume, publicado vinte anos mais tarde, é que iria ampliar o conjunto das obras, incluindo o norte de Minas, publicação que analisaremos adiante.

A obra de Del Negro integrava o 20º volume do ciclo de *Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, realizado pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional² em parceria com (e sob financiamento do) Ministério da Educação e Cultura. Desde a fundação do órgão, em 1937, já se assinalava o interesse em publicar obras que versassem sobre o patrimônio, em duas formas: estudos monográficos aprofundados, como as *Publicações*; e através de um veículo de divulgação, análise e debate, a *Revista do Patrimônio*. Ambas investidas se deram logo com a fundação do órgão e a intenção desses mecanismos foi apresentada por Rodrigo Melo Franco de Andrade - diretor do SPHAN entre 1937 e 1967 - na primeira das *Publicações*, *Mucambos do Nordeste*, de Gilberto Freire, publicada em 1937. No prefácio, Andrade assim se referia:

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional inicia as suas publicações com um ensaio do professor Gilberto Freire sobre assunto de arquitetura popular. (...) À presente publicação deverão seguir-se muitas

¹ Carlos Del Negro (1901-1991), foi Professor da Primeira Cadeira de Desenho da Escola Nacional de Belas Artes e, quando da criação da Faculdade Nacional de Arquitetura, também sob o âmbito da Universidade do Brasil, tornou-se catedrático de Modelagem Arquitetônica nesta Faculdade. Cf. Pereira, 2017.

² Entre os anos de 1946 e 1970 o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (assim denominado desde a sua fundação em 1937) foi nomeado como “Diretoria”. Cf. Ribeiro, 2013, p.1.

outras, versando sobre os assuntos que constituem objeto deste Serviço. (...) Tendo por objeto questões gerais ou aspectos particulares da formação e do desenvolvimento das artes plásticas no Brasil, assim como estudos sobre materiais da nossa arqueologia, de nossa etnografia, de nossa arte popular, de nossas artes aplicadas e dos monumentos vinculados à nossa história, os trabalhos que serão dados à publicidade em seguida ao presente ensaio do professor Gilberto Freire visarão informar e a instruir com seriedade os interessados sobre aqueles assuntos (Andrade, 1937, p.9-16).

Esse interesse na publicação de estudos e obras de cunho acadêmico ditou, em parte, as ações empreendidas pelo órgão do patrimônio tendo em Rodrigo Melo Franco de Andrade o seu porta-voz e guia³. Conjuntamente aos processos de inventariação e tombamento de obras do patrimônio brasileiro, tanto a *Revista* quanto as *Publicações* definiam o tom acadêmico que viria a cancelar a postura e ação do órgão. Nesse sentido, a atuação de Andrade como figura proeminente foi significativa, dada a centralização dessas atividades em sua própria pessoa à frente do SPHAN: em grande medida ele próprio convidava membros do seu círculo para realizar publicações, realizava os prefácios (muitos deles com importantes contribuições ao conteúdo das obras, como no volume de Del Negro) e colaborava com informações específicas oriundas das pesquisas realizadas e da documentação coletada pelo próprio órgão.

Se, de um lado, temos a atuação expressa por parte do diretor do órgão como fomentador das pesquisas, de outro vemos também a constituição de um importante ciclo de acadêmicos que passariam a se debruçar sobre o patrimônio brasileiro como campo de estudo. Desses se destacam o que Myriam Oliveira denomina como uma espécie de tríade da “moderna historiografia da arte brasileira do período colonial” (Ribeiro, 2006, p.9), formada por estudiosos estrangeiros, a saber: o francês Germain Bazin, o inglês John Bury e o americano Robert Smith. As pioneiras publicações de Bazin⁴, um primeiro grande esforço de síntese sobre o barroco, e as diversas publicações fundamentais sobre a arte colonial brasileira dos demais autores⁵ constituiriam as bases para a projeção de estudos sobre o período, inclusive a nível internacional.

³ Santos define que, para além da personalidade carismática e agregadora de Andrade, considera que “há uma perfeita simbiose existente entre a sua biografia individual e a própria história da instituição”, referindo-se aos diversos feitos do autor/ator do SPHAN. (Santos, 1996, p.77).

⁴ Bazin, 1956-58 e 1963. Mais tarde essas obras foram traduzidas e publicadas no Brasil, Bazin, 1983 e 1971, respectivamente.

⁵ De Robert Smith, sobretudo “Minas Gerais no desenvolvimento da arquitetura religiosa colonial” (1937), “O caráter da arquitetura colonial do nordeste” (1940) e “Jesuit buildings in Brazil” (1948), republicados e

A construção desse aparato acadêmico viria a ampliar e aprofundar a noção do patrimônio a ser preservado e, ao mesmo tempo, contribuía para a eficácia de um “discurso autorizado do patrimônio”⁶. Essa noção é significativa, pois o antigo SPHAN se sustentaria basicamente a partir desse discurso “científico” dado por uma comunidade que pode ser também entendida como uma “academia” (Santos, 1996, p.78). Esse ímpeto de autoridade sobre o patrimônio encontraria eco, por exemplo, no mesmo prefácio de Andrade à primeira publicação, no qual definia que

[o] Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se empenhará no sentido de impedir que a literatura enfática ou sentimental, peculiar a certo gênero de amadores, se insinue nestas publicações. Por este meio, não interessa divulgar páginas literárias, ainda que brilhantes. O que interessa é divulgar *pesquisas seguras, estudos sérios e trabalhos honestos* e bem documentados acerca do patrimônio histórico e artístico do Brasil. Estas publicações não tem outra finalidade (Andrade, 1937, p. 16).

Essa oposição a uma leitura “romanceada” dos objetos do patrimônio (sobretudo o patrimônio edificado, vale ressaltar) demonstra esse espírito acadêmico-científico do grupo e, em certa medida, até mesmo o afasta do debate público, ao constituir uma linguagem própria, carregada de um vocabulário restrito e que define a autoridade sobre o patrimônio. Em suma, era precisamente o momento de definição do campo do patrimônio no país (Rubino, 1996). No nosso caso de estudo específico, na figura de um acadêmico nacional - o professor Carlos Del Negro - retoma-se a importância do estudo sistemático, “seguro, sério e honesto” sobre a noção do patrimônio almejada para o SPHAN.

Importa saber que Carlos Del Negro não foi um nome aleatório para a publicação e, justamente por isso, mereceria figurar entre a lista dos autores notáveis que colaboraram sobre o patrimônio brasileiro. Parte da sua trajetória acadêmica explicaria a sua autoridade no que diz respeito ao conhecimento teórico e prático das artes, desde a sua formação na

traduzidos em Smith, 2012. De John Bury, “Jesuit Architecture in Brasil” (1950); “Estilo Aleijadinho and the churches of the 18th century in Brazil” (1952) e “The borrominesque churches of colonial Brazil” (1955), republicados em português em Bury, 2006.

⁶ A noção de “Discurso autorizado do Patrimônio” (*authorized heritage discourse*) provém da análise de Smith acerca da existência de um mecanismo, dado em forma discursiva, que institui uma autoridade tanto pela habilidade em se falar sobre o patrimônio e dar sentido à experiência estética dos indivíduos e da política patrimonial quanto pela própria institucionalização estabelecida sobre códigos de conduta ancorados nacional e internacionalmente Cf. Smith, 2006. No caso brasileiro entendemos o discurso autorizado estabelecido por uma instituição política governamental (SPHAN) que reforça seu lugar de fala a partir de contribuições especializadas, sobretudo de origem acadêmica, que constitui o campo de saberes acerca do patrimônio nacional. Cf. Chuva, 2009.

Escola Politécnica de Engenharia do Rio de Janeiro, passando pela Escola Nacional de Belas Artes e Conservatório de Música até a chegada, já como professor, tanto à Escola Nacional de Belas Artes de sua formação quanto à Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (Péret, 1967, p.3). A considerar apenas as suas publicações⁷, vemos em Del Negro um interesse constante pelo estudo das técnicas ligadas ao desenho, escultura, baixo relevo e modelagem e, sobretudo, pelo conhecimento teórico da perspectiva aplicada à arte. O conjunto dessa trajetória acadêmica poderia explicar o interesse imediato do autor pelas pinturas produzidas em território mineiro, em que se percebe uma constante tentativa de se aplicar os princípios da perspectiva, baseados em modelos estrangeiros e de forte conotação local. E se o interesse do autor se explica por sua trajetória, a sua própria atuação como acadêmico, intelectual e profundo conhecedor do objeto justificaria também a importância da publicação de um trabalho junto à instituição que o promovia.

Para além de um interesse particular do autor pela pintura realizada no território poderia se conjecturar também a sua inserção no campo intelectual que tinha o barroco brasileiro e, em especial, o mineiro, como tema de estudo. Consideramos, por exemplo, a aproximação direta com a publicação de Germain Bazin sobre a Arquitetura Religiosa que havia lançado o primeiro volume na França há apenas dois anos (1956) antes da *Contribuição* de Del Negro, fruto de um percurso de pesquisa que já completava dez anos. Naquela altura, Bazin já declarava que seu estudo se organizaria justamente em torno da arquitetura, pelo próprio volume dos objetos que levou em consideração:

Se excluimos deste estudo [sobre Arquitetura Religiosa no Brasil] os azulejos, pintura monumental e o mobiliário, foi só visando delimitar as proporções de uma investigação que já abrangia um número considerável de monumentos inéditos, a fim de conseguir levá-la a um bom termo (Bazin, 1983, p.15).

Nesse sentido, os estudos de Del Negro sugerem o preenchimento dessa lacuna não abordada por Bazin e que, circunscritos às Minas Gerais, já dariam um panorama das obras que se encontrariam em todo o território brasileiro, uma vez que, nas palavras do diretor do

⁷ A lista de publicações de Del Negro é extensa, correspondendo um levantamento inicial de 20 volumes que versam, por exemplo, sobre técnicas artísticas [*Desenho e relevo* (1938); *Da nomenclatura das cores* (1942) e *Do ornamento* (1961)], estudos de perspectiva [*Desenho artístico e perspectiva linear* (1942); *Sobre o método do duplo ponto de fuga* (1947); *Considerações sobre a Perspectiva de Euclides e a Perspectiva Linear* (1953)] e análises de obras brasileiras, sobretudo do período colonial [*Teto da nave de São Francisco de Assis – o número de ouro* (1955); *Escultura ornamental barroca do Brasil – portadas de Igrejas de Minas Gerais* (1961); *Antônio Francisco Lisboa, escultor de ornatos* (1965)]. Grande parte dessas obras foi publicada pela própria Universidade do Brasil, quando ali lecionava.

SPHAN, “os exemplares dessa espécie que se encontram na área do atual Estado de Minas Gerais são possivelmente os mais interessantes e valiosos do acervo pictórico nacional” (Andrade, 1958, p.7).

Para realizar a pesquisa-base para o estudo, Del Negro empreendeu viagens para o reconhecimento local das pinturas nas cidades mineiras. O autor

estudou-as [as pinturas] cuidadosamente, não só as que enriquecem os tetos das igrejas localizadas nas principais cidades de origem colonial, mas também dos templos situados em vilas e arraiais distantes, de acesso difícil e onde as condições de hospedagem mortificam os visitantes comodistas (Andrade, 1958, p. 10).

Esse elogio à viagem, ao desbravamento das terras desconhecidas, dada a sua distância e inacessibilidade, parece ser um importante tópico para se engrandecer o trabalho realizado nas primeiras décadas do Serviço do Patrimônio. À altura das publicações de Del Negro muito já havia sido levantado pelo SPHAN, de que temos notícia, por exemplo, para a composição da obra de Germain Bazin a respeito da arquitetura religiosa no Brasil⁸. Essa “fase heroica” do Patrimônio, como muito referenciado, amplia ainda mais o sentido de pioneirismo dos técnicos e acadêmicos do SPHAN e encontra eco em várias outras situações. As viagens faziam parte da instituição como “Academia” e, em certa medida, se relacionavam também com a noção de reconhecimento das bases da formação nacional, tão apregoada pelos artistas do período. Alguns artistas modernistas empreenderam essas viagens, como por exemplo os casos de Mário de Andrade e Oswald de Andrade, na “Caravana Modernista” de 1924 (Santos, 1996, p.92) ou, ainda mais cedo, o longo percurso realizado por José Wash Rodrigues a partir de 1918 com o objetivo de coletar exemplares de diferentes elementos da arquitetura antiga do Brasil, formando mais tarde o seu *Documentário Arquitetônico*, importante reunião de referências inclusive para os desdobramentos do neocolonial (Rodrigues, 1951)⁹.

⁸ No prefácio à *Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*, Bazin assim se refere: “O centro dos meus trabalhos de pesquisa foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, fundado em 1937 por um sábio ilustre, a quem o Brasil deve a conservação de suas obras-primas: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Dando provas de um notável espírito de cooperação científica, ele fez questão de que eu me fizesse valer de sua experiência e deu-me livre acesso aos arquivos de seu Serviço, constituídos de cópias que haviam sido realizados in loco, pelos diversos correspondentes do Patrimônio. Quer esses textos tenham sido publicados ou não pelo Serviço, o reconhecimento histórico deve ser dirigido a esses valorosos homens de pesquisa.” (Bazin, 1983, p.16) Sobre o processo de elaboração da obra e as dificuldades para a sua publicação, cf. Uribarren, 2018.

⁹ Agradeço ao Professor Doutor Marcos Tognon por essa referência.

Dessas viagens de Del Negro surgiu o relato - nada literário ou saudosista, mas pragmático, topicalizado, praticamente seguindo o modelo sugerido por Andrade para as *Publicações* do SPHAN – que daria corpo ao livro da *Contribuição*. A estrutura do volume, no entanto, fazia ecoar um importante aspecto das noções de ação do Patrimônio empreendidas pelo SPHAN: tratava-se da constituição de um *inventário* como prática fundamental para os trabalhos de patrimônio. Se levarmos em consideração parte do comentário de Andrade sobre a relevância da obra de Del Negro (um “estudo preparatório indispensável”), já se vê naquela obra a conjunção entre duas práticas, o inventário associado ao estudo acadêmico. A importância do inventário é fundamental em qualquer órgão de Patrimônio. Como exposto por Azevedo:

Quando a sociedade brasileira, através de seus intelectuais e lideranças políticas, iniciou (...) a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, duas reivindicações complementares viriam à tona: *inventariar*, o que vale dizer, identificar e registrar as manifestações culturais para a história, e *conservar* os exemplares mais representativos para as gerações futuras. Estas duas ideias, nascidas gêmeas, seguiram caminhos distintos. Enquanto a conservação teria um grande desenvolvimento, o recenseamento da nossa cultura seria confundido com o tombamento, aplicado apenas aos bens excepcionais, o que reduziria o inventário a uma atividade limitada e independente (Azevedo, 1987, p. 82-85) (grifo nosso).

Essa discussão sobre o inventário estaria, por exemplo, no Anteprojeto de Criação do SPHAN de Mário de Andrade, ainda em 1936, em que se percebe uma primeira proposta do que viria a ser a prática de tombamento e que, basicamente, se relaciona com esse necessário estágio anterior, a inventariação. Essa “atualíssima metodologia de inventariação”, nas palavras de Azevedo, corresponderia a elaborar um documento que contemplasse:

1. Fotografias ou várias fotografias;
2. Explicação dos caracteres gerais da obra, tamanho, condições de conservação, etc.
3. Quando possível, nome do autor e biografia deste;
4. Datas;
5. Justificação de seu valor arqueológico, etnográfico ou histórico no caso de pertencerem a uma destas categorias (...) ¹⁰

¹⁰ Os demais pontos versam sobre obras de caráter ‘folclórico’, musical ou de arte popular. (Azevedo, 1987, p. 82-85). Importa salientar, ainda, que a maioria das ações empreendidas por Mário de Andrade em seu anteprojeto não foram levadas a cabo pela política do SPHAN nos anos seguintes. Cf. Rubino, 1996.

A estrutura da obra de Del Negro segue exatamente esse modelo: 1) o estudo é acompanhado de fotografias obtidas tanto diretamente nos arquivos do DPHAN quanto as realizadas pelo Comandante Ruy Del Negro Fonseca, que acompanhou o autor nas viagens¹¹; 2) todos os estudos seguem o padrão de apresentação das características gerais e, quando possível ou necessário, dos seus pormenores; 3 e 4) os parágrafos finais de cada seção sugerem a autoria e datação da obra (informações obtidas em pesquisa realizada no SPHAN ou por intermédio de Rodrigo Melo Franco de Andrade); e, por fim, 5) a justificativa que se condensa no “Resumo Crítico” ao final da obra.

Em termos quantitativos, o volume da *Contribuição* de Del Negro apresenta os seguintes dados: foram visitadas 17 cidades do território mineiro em que se encontram 23 igrejas analisadas pelo autor. Nesses edifícios foram levantadas 56 obras, distribuídas majoritariamente na capela-mor e nave, mas com algumas análises pontuais de pinturas sob o teto coro e sacristia, além da pintura parietal e quadros. As fotografias dessas pinturas, em número de 63, foram realizadas pelo Comandante Ruy Del Negro Fonseca (37) e também recolhidas nos arquivos do DPHAN (26). Esses números sugerem corresponder a um longo processo de viagens, pesquisa e inventariação, dispostos pelo autor em ordem cronológica, tanto quanto possível pela referência na documentação disponível.

Por ser um estudo introdutório sobre o conjunto de pinturas existentes em Minas Gerais até a altura, Del Negro desenvolve o “Resumo Crítico” de modo a abarcar toda a sorte de pinturas encontradas no território. Para tanto, a partir da observação em conjunto das obras levantadas, sugere quatro pinturas que serviriam de modelo para as demais. Esse sentido de unicidade e precedência das obras reforça a ideia de conjunto, da relação indissociável entre as pinturas e, em certa medida, poderia contribuir para o reforço no processo de conservação desses exemplares. Del Negro não estabelece uma hierarquia entre as obras nem tampouco elenca apenas aquelas monumentais ou de alta qualidade técnica: ao contrário, esforça-se em encontrar em cada uma das obras analisadas um aspecto que lhe confira singularidade e importância.

¹¹ No volume da *Contribuição* Del Negro agradece “ao Comandante Ruy Fonseca que se prontificou a nos acompanhar na excursão às cidades de Minas Gerais e a quem devemos a maioria das fotografias”. (Del Negro, 1958, p.153). Já no segundo volume o autor das fotografias tem a obra a ele dedicada, em função de seu falecimento. “Dedico ao Dr. Ruy Del Negro Fonseca – dolorosamente desaparecido – pela sua inesquecível companhia em grande parte destas pesquisas, tão do agrado do seu coração generoso, prestativo, alegre – agora para sempre lembrado com os temas sacros das pinturas de igrejas, no perfume dos ornamentos florais”. (Del Negro, 1978, p.7).

Façamos um breve apanhado de seu resumo crítico. Del Negro elenca, de antemão, algumas características para fazer sua seleção e categorização, como a autoria, o período, a localidade e, sobretudo, os aspectos formais da arquitetura pintada, para o estabelecimento de modelos. O primeiro deles se associa unicamente àquela considerada a pintura mais antiga do território, da capela-mor da Matriz de Cachoeira do Campo, de autoria de Antônio Rodrigues Belo, que teria sido realizada em 1755 conforme a documentação. O autor da pintura realiza a continuidade do espaço real arquitetônico na pintura, determinada pelas figuras femininas em correspondência com as colunas reais. No centro se encontra uma visão emoldurada por querubins e anjos. Del Negro demarca ainda a singularidade desse modelo, pela rara presença de edificações que contenham tanto a ordem arquitetônica real quanto a abóbada de berço decorada.



MODELO I – CACHOEIRA DO CAMPO, Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (capela-mor) Antônio Rodrigues Belo, 1755. Vista do teto e detalhe da janela de prospecção pós restauro.

Importa notar duas questões centrais: a primeira diz respeito à relação direta entre a pintura e a arquitetura e, nesse caso, o quanto a forma desta modifica diretamente aquela, em função da noção de continuidade do espaço. Esse ponto torna singulares as obras integradas à edificação, o que reforça a necessidade do estudo mais abrangente que inclui a percepção de ambas, arquitetura e pintura. A outra questão diz respeito à análise das modificações das obras ao longo do tempo: Del Negro analisa essa pintura como a mais antiga e singular do território, porém, quando dos estudos para o restauro (realizado entre 2012 e 2014) descobriu-se que a obra visível no forro tratava-se, na verdade, de uma repintura, realizada ao menos um século depois, que cobriu parte significativa da estrutura arquitetônica

subjacente. A discussão do processo de restauro e da escolha da pintura a ser mantida foi parcialmente resolvida com a abertura de janelas, permitindo entrever a pintura mais antiga. Esse debate, necessário ao restauro, se desenvolve também na compreensão histórica dos elementos que definem essa pintura.



MODELO II – MARIANA, Sé Catedral (capela-mor) Manoel Rebelo e Souza, 1760.

O segundo modelo segue a ordenação cronológica e tem como base a pintura da capela-mor da Sé de Mariana, de 1760, realizada por Manoel Rebelo e Souza. Del Negro assim o define: “sobre um embasamento assenta uma ordem arquitetônica de colunas geminadas com entablamento corrido circular” (Del Negro, 1958, p.131). Desse modelo surgiriam outras representações de cúpulas como a da capela-mor da Matriz de Santo Antônio de Ouro Branco. Já o terceiro modelo é estabelecido por Del Negro por apresentar características semelhantes e que ele denomina como a “Escola de Mariana”. As obras que deram origem a esse modelo são a capela-mor e nave do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos de Congonhas, realizadas por Bernardo Pires da Silva (entre 1773 e 1775) e por João Nepomuceno Correia e Castro (1777-1787), respectivamente. Os tetos pertencentes a esse modelo são aqueles que apresentam “um quadro ricamente emoldurado à guisa de teto de um novo andar, sobre ordem arquitetônica que assenta na parte média das paredes laterais reais da igreja, apoiando-se também no arco cruzeiro e muro do coro por meio de portal (óculo, vão, arco de triunfo, etc)” (Del Negro, 1958, p.134). Note-se que, para esse modelo, tanto importa, do ponto de vista formal, a relação direta com a arquitetura real, quanto, do

ponto de vista social, a reunião dos artistas desse mesmo partido sob uma única escola, essa que daria lugar ao artista principal da pintura mineira, Manoel da Costa Ataíde.



MODELO III – CONGONHAS, Santuário Bom Jesus do Matosinhos (capela-mor). Bernardo Pires da Silva, 1773-1775. e OURO PRETO, Igreja de São Francisco de Assis (nave). Manoel da Costa Ataíde, 1812.

O quarto e último modelo da *Contribuição* é aquele q apresenta maior simplicidade na estrutura, por conter apenas um muro-parapeito contínuo. “Não há trama arquitetônica sustentante. Esse modelo é particularmente apropriado para as abóbadas pequenas e estreitas onde a trama arquitetônica sustentante não se poderia desenvolver satisfatoriamente” (Del Negro, 1958, p. 146). De fato, esse último modelo seria capaz de abarcar as demais obras que não possuem uma estrutura arquitetônica que simule uma continuidade do espaço, mas apenas emolduram o teto para a imagem central, dada por uma tarja, visão ou quadro.



MODELO IV - SABARÁ, Igreja de Nossa Senhora do Carmo (nave). Joaquim Gonçalves da Rocha (atrib.), c 1812-1816.

Esses quatro modelos seriam suficientes para abarcar todo o conjunto de pinturas observado, fotografado e analisado por Del Negro. Contudo, com a inclusão de um novo

conjunto de pinturas, ainda mais significativo, da porção não contemplada no primeiro estudo, houve a necessidade de se estabelecer novos parâmetros para a classificação dessas obras.

NOVA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA PINTURA MINEIRA

Na primeira incursão de Carlos Del Negro sobre as terras mineiras ficou evidente que o conjunto de obras só se tornaria mais significativo e vasto com a inclusão da porção norte do Estado. Dessa forma, já assinalava a necessidade de uma pesquisa que abarcasse também o Norte de Minas para a completa relação das obras. Rodrigo Melo Franco de Andrade relata, pesaroso, a impossibilidade de execução desse estudo para a publicação do volume:

A contribuição do Professor Del Negro amplia, pois, consideravelmente o âmbito de nossos conhecimentos sobre a pintura de perspectiva nos tetos das igrejas mineiras. Ressente-se, entretanto, por motivo do autor não ter podido ainda empreender viagens à área de Diamantina e do Serro, da omissão do acervo pictórico muito significativo e diferenciado daquela região (Andrade, 1958, p. 10).

Para dar sequência aos estudos, Del Negro iria empreender essas novas viagens para o norte do estado, o que culminaria em um trabalho que só seria publicado, mais uma vez pela conjunção do Ministério da Educação e Cultura e o IPHAN¹², vinte anos mais tarde, em 1978, sob o título de *Nova Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira (Norte de Minas)*, integrando o 29º volume das *Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Del Negro, 1978). Parte desse “atraso” na publicação se deve exatamente ao fato de Del Negro não realizar as viagens esperadas e por se inclinar para um novo projeto, ainda sobre Minas Gerais. Seguindo a mesma linha do estudo do patrimônio integrado à edificação, o autor desenvolveu um importante levantamento das portadas das igrejas coloniais, ao qual intitulou *Escultura Ornamental Barroca do Brasil – portadas de Igrejas de Minas Gerais* (1967) (Del Negro, 1967).

Interessa citar essa última publicação por ser um ponto de inflexão do estudo das pinturas. No ano de 1960, portanto logo depois da publicação da “*Contribuição...*”, Del Negro teria apresentado à Congregação da Universidade do Brasil, junto ao diretor da Escola Nacional de Belas Artes, um pedido de auxílio “para pesquisas a serem feitas (...) na região

¹² À altura dessa segunda publicação o órgão passou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN – 1970-1979). Cf. Ribeiro, 2013.

de Diamantina, a respeito de tetos de igrejas coloniais, incluindo fotografias e redação de texto ou sobre escultura ornamental barroca do Brasil, incluindo igualmente fotografias e redação de texto” (Del Negro, 1967, p.1). Interessa perceber as duas frentes de pesquisa encaminhadas pelo autor, que tinham como objeto elementos específicos da arte colonial mineira. O estudo sobre a escultura ornamental foi também uma área de investigação forte do autor, não só por sua formação como escultor, mas por considerar, por exemplo, os desenhos de sua autoria ainda como professor na Escola Nacional de Belas Artes (Pereira, 2013). No ano seguinte, em 1961, o projeto foi aprovado e o autor optou pelo estudo das portadas das igrejas em Minas Gerais. Em seguida, daria início às viagens e estudos, finalizando apenas em 1964 e publicando a obra que condensaria o estudo sobre a escultura ornamental em 1967.

Em paralelo à pesquisa sobre a escultura, Del Negro continuou os estudos sobre a pintura dos forros das igrejas. A se valer da “nota prévia” à *Nova Contribuição* realizada pelo Diretor do IPHAN, Renato Soeiro, a investigação empreendida por Del Negro que então se publicava era resultado de uma “valiosa pesquisa que empreendeu até o findar-se dos anos sessenta” (Soeiro, 1978, p.7), o que denota que a publicação tardia na verdade se referia a um plano de estudos já consolidado e, possivelmente realizado concomitantemente ao estudo da escultura ornamental. Isso explicaria, em parte, a distância temporal entre a publicação das duas *Contribuições*.

A *Nova contribuição* segue o mesmo padrão estabelecido para o volume anterior: as obras são dispostas de acordo com as localidades e seus respectivos autores, sempre seguidas de fotografias. Nesse caso, em termos numéricos, foram 17 cidades, sendo a maioria na região norte do Estado. Nessas localidades foram analisados 38 edifícios contemplando um total de 78 obras. Nesse segundo volume o acervo fotográfico foi disposto ao final, perfazendo um total de 160 imagens. Essas fotografias não possuem nenhuma referência quanto a sua procedência ou autoria, possivelmente devido ao falecimento de Ruy Fonseca que havia acompanhado o autor durante as viagens para o primeiro volume.

No que diz respeito à documentação utilizada, sempre que possível Del Negro procurou apresentar dados relativos às fontes, sobretudo para embasar a ideia de uma singularidade da pintura do norte, com o estabelecimento de uma ‘escola’ e de uma área de influência de determinados pintores. Segue à descrição das obras um “resumo crítico” que

retoma os modelos de pintura apresentados na primeira *Contribuição* e acrescenta os dados coletados na pesquisa realizada no norte do Estado.

O tom apresentado por Del Negro na abertura desse novo volume é bastante significativo no que diz respeito à política patrimonial. Apresenta o crescimento das pesquisas sobre a pintura em Minas, “entre a alegria e a tristeza”. A alegria se daria pelo aumento significativo de publicações e do interesse pelo mundo colonial e sua produção artística. Por outro lado, incorreria na

Tristeza, porque as pinturas a têmpera, em sua maioria, estão mal conservadas devido à ação das chuvas; da totalidade delas, muitas desapareceram com a própria igreja, outras perderam-se total ou parcialmente, embora as construções ainda resistam às intempéries. Essa destruição, incontrolável em igrejas distribuídas por uma área extensa, concorrerá para que, em pouco tempo, quase nada mais reste das pinturas aqui descritas (Del Negro, 1978, p. 9).

Esse sentimento decorrente da imobilidade em relação à ação do tempo sobre os remanescentes da arquitetura colonial é também um apelo político - ou até denúncia - empreendido por Del Negro em favor da manutenção e conservação desses bens. O autor chegaria a concluir o prefácio com uma máxima em que afirmava: “por esta exposição, depreende-se que a salvação do nosso patrimônio artístico colonial é uma responsabilidade lançada a todos nós” (Del Negro, 1978, p.11). No que diz respeito ao norte de Minas, por exemplo, destaca seis edifícios que ruíram¹³ (sendo que a maioria deixou de existir no espaço de tempo entre as duas publicações, ou seja, durante os anos em que Del Negro esteve no território), além de doze pinturas que se perderam, em função de desabamentos, repinturas, coberturas ou até de tábuas de tetos pintados que foram retiradas para outros fins (como as da Matriz de Conceição do Mato Dentro que serviram de forro para degraus de uma escada interna!). Toda essa preocupação, assinalada nas páginas da abertura do volume, denota na mobilização em favor do patrimônio.

É importante enfatizar esse aspecto do cuidado com a preservação dos edifícios principalmente para a manutenção do conjunto, já escasso, porém significativo, de obras do período colonial. O interesse de Del Negro, tendo em vista a sua bibliografia, privilegia essa

¹³ A saber: a Matriz de Minas Novas (1925); a igreja do Rosário de Milho Verde (1965); a Matriz de Turmalina (1957); a capela do Cemitério de Turmalina (c. 1966); a Matriz de S. Gonçalo de Felisberto Caldeira (s/d); e a primitiva ermida de Matozinhos de Conceição do Mato Dentro (s/d). (Del Negro, 1978, p.9-10).

“arte antiga” como fundamento para o entendimento da arte brasileira. Por isso a investida em se consolidar os estudos para também justificar a conservação dos edifícios. Em certa medida, a conservação das edificações levada a cabo pelo SPHAN desde as suas primeiras investidas foi o que permitiu que ainda se mantivessem os exemplares da pintura dos forros respectivos, uma vez que são totalmente integrados e dependentes da conservação das edificações. Contudo, ressalta-se também que parte das pinturas levantadas por Del Negro encontram-se em estruturas arquitetônicas que não haviam sido elencadas nos primeiros processos de tombamento, talvez por serem essas edificações pouco expressivas no conjunto da arquitetura mineira. Nesse sentido, a importância da pintura, como mais um elemento da decoração interior, contribuiria para a preservação do edifício como um todo, dada a estreita relação entre este e o seu interior decorado.

A nova relação de obras analisadas por Del Negro modifica substancialmente os modelos anteriormente apresentados na *Contribuição*. Com a introdução de novos artistas e formas de se dispor as pinturas de forros, Del Negro necessita refazer a sua relação, seguindo o padrão:

- I. Pinturas de perspectiva (Tendo as principais obras de José Soares de Araújo em Diamantina e região)
- II. Balaustradas laterais e tarja
- III. Balaustradas laterais, arco e visão
- IV. Muro-parapeito e tarja
- V. Tarja
- VI. Painéis emoldurados

Essa modificação traz à tona a questão da dificuldade em se estabelecer uma classificação segura dos objetos inventariados, tombados, etc., em função da dinâmica de representação que se modifica tanto no tempo quanto no espaço. Além disso, na tentativa de se constituir de modelos para a pintura colonial, sobressaem as características dadas pelo próprio conjunto que se pretende analisar. É o que explica o aumento significativo de categorias das pinturas em função da ampliação do número de objetos analisados. Além disso, é evidente a similaridade de formas e de alguns elementos que constituem a pintura dos tetos, contudo, por mais específica que seja essa forma de representação, ela ainda carrega diferentes características que devem ser compreendidas no todo: a condição do suporte (formato do teto e materiais); a capacidade inventiva de cada autor (ou autores, visto que em muitos casos são várias as mãos que contribuem para a pintura) e as formas peculiares de representação. Ao mesmo tempo, essa pluralidade de formas revela a riqueza do

patrimônio, aqui circunscrito ao caso das Minas Gerais, mas que se estende como forma por todo o território brasileiro.

Por fim, a obra de Del Negro acaba por ser um importante documento para o reconhecimento de obras que, infelizmente, já se perderam nos anos posteriores à sua publicação. Apenas a título de exemplo, citamos o caso da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Berilo, demolida em 1991, após a constante degradação que já vinha sofrendo – Del Negro cita características das pinturas, em 1966, como “restos de decoração”, “monstruosamente mutilada”, “além de quedas de tábuas pelo apodrecimento”. (Del Negro, 1978, p.196-197). Essa igreja, tombada pelo IPHAN em 1974 (posterior, portanto, às visitas do autor) já se encontrava em avançado estágio de degradação em 1988 e foi finalmente destruída em 1991. (Paiva, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de finalização deste trabalho, cabe referenciar as duas *Contribuições* de Del Negro como importantes elementos para a compreensão do patrimônio artístico do período colonial nas Minas Gerais. A singularidade dessas obras pode ser atestada, por exemplo, pela ausência, na atualidade, de qualquer outra obra que tivesse o mesmo nível de abrangência. Não é à toa que os volumes se esgotaram rapidamente, apesar de não terem mais sido reeditados pelo IPHAN¹⁴.

Do ponto de vista do método, Del Negro conseguiu elaborar uma organização das obras que refletia o intuito dos intelectuais do órgão do patrimônio, sobretudo na apresentação técnica das peças, reunindo o maior número possível de referências, sem deixar de levar em conta a crítica de cada obra em seu pormenor. O aprofundamento, obtido a partir de uma análise do conjunto, fica expresso nos “Resumos Críticos” de ambos os volumes. Estas seções denotam o esforço em estabelecer tipologias, baseadas na constituição de modelos sugeridos por aproximação temporal, geográfica e, sobretudo, formal, segundo a formação e produção das “escolas” dos artistas mais reconhecidos (José Soares de Araújo e Manoel da Costa Ataíde, por exemplo). Tais concepções poderiam ser aplicadas, inclusive, de forma mais abrangente para todo o território nacional, quando sugere uma “unidade de concepção do modelo trazido para o Brasil” pelos portugueses, expresso nas pinturas do Rio

¹⁴ Renato Soeiro, diretor do IPHAN na altura da publicação da *Nova Contribuição* refere que o primeiro volume “despertou o mais vivo interesse entre os estudiosos da arte e da história nacional, achando-se presentemente esgotada sua edição”. (Soeiro, 1978, p.7).

de Janeiro, Minas Gerais e Bahia (Del Negro, 1978, p.219). As tipologias ecoam as estruturas formais apresentadas por Heinrich Wölfflin, que o próprio Del Negro apresenta na introdução do resumo na *Nova Contribuição*¹⁵. Não é apenas uma referência ao trabalho do intelectual, mas sugere também alguma aproximação e aplicação do seu método de análise de obras, tema que ainda carece ser melhor investigado.

Um estudo sobre o processo de constituição das *Contribuições*, como aqui procuramos apresentar, também tende a promover um entendimento cada vez mais claro do que foi e é essa instituição do Patrimônio Nacional e quais são os mecanismos pelos quais ela conseguiu se consolidar ao longo de sua existência. A ausência de trabalhos dessa natureza relacionados às publicações – com exceção daqueles dedicados à *Revista do Patrimônio* –, em especial em relação à obra de Carlos Del Negro, nos exigiu percorrer as próprias *Publicações do Patrimônio* e as obras do autor. Tivemos que buscar ali por indícios de seu modo de execução, da linha editorial e do processo de realização desses estudos, uma vez que a documentação específica no IPHAN é, até onde pudemos verificar, inexistente¹⁶. Nesse sentido, o olhar sobre as *Publicações* como um ‘documento’, e as obras de Del Negro em particular, sugere novas frentes de trabalho que aqui não pudemos abarcar: a extensa produção teórica de Carlos Del Negro e as relações entre essas obras e sua atuação como docente na Escola Nacional de Belas Artes e na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil; as relações desse artista-intelectual com o movimento modernista e o interesse constante pela arte colonial, sobretudo a mineira; a importância das pinturas integradas ao patrimônio edificado no contexto das políticas do IPHAN e o papel que desempenham nos processos de tombamento; e os desdobramentos e fracassos do discurso autorizado na política patrimonial, na ação direta pela preservação e conservação do patrimônio. São apenas alguns apontamentos que denotam a riqueza dessas produções e que pretendemos nos debruçar em oportunidades futuras.

¹⁵ Cita Wölfflin nos estudos sobre o *Renascimento e Barroco* e no estabelecimento dos pares conceituais presentes em *Conceitos fundamentais de História da Arte*. (Del Negro, 1978, p.217-222).

¹⁶ Procuramos por referências junto ao Arquivo Noronha Santos do IPHAN no Rio de Janeiro e não encontramos nenhuma menção à Carlos Del Negro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Prefácio. In: FREIRE, Gilberto. *Mocambos do Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / SPHAN, 1937. (Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 1). p.9-16.

_____. Prefácio. In: DEL NEGRO, Carlos. *Contribuição ao estudo da pintura mineira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / DPHAN, 1958, (Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 20).

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Por um Inventário do Patrimônio Cultural Brasileiro, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 22, p. 82-85, 1987.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. 2 v. Rio de Janeiro: Record, 1983.

_____. *Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil*. Paris: Le Temps, 1963.

_____. *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. Paris: Librairie Plon, 1956-58.

_____. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Brasília: IPHAN / MONUMENTA, 2006.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

DEL NEGRO, Carlos. *Contribuição ao estudo da pintura mineira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / DPHAN, 1958, (Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 20).

_____. *Escultura Ornamental Barroca no Brasil - portadas de igrejas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Serviço Gráfico da Escola de Arquitetura da UFMG, 1967.

_____. *Nova Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira* (Norte de Minas). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / IPHAN, 1978. (Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 29).

PAIVA, Celso Lago. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Berilo, Minas Gerais. *Bens tombados destruídos no Brasil*, 2000. Disponível em: <http://www.geocities.com/lagopaiva/rosario.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

PEREIRA, Ricardo A. B. A ENBA da primeira metade do século XX vista pela obra de alguns dos seus professores - uma gradual transição para o moderno. *19^o & 20*, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/ensino_enba_rp.htm. Acesso em: 01 ago 2017.

PÉRET, José Amédée. Apresentação. In: DEL NEGRO, Carlos. *Escultura Ornamental Barroca no Brasil - portadas de igrejas de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Serviço Gráfico da Escola de Arquitetura da UFMG, 1967.

RIBEIRO, Myrian. Prefácio. In: BURY, John. *Arquitetura e Arte no Brasil Colonial*. Brasília: IPHAN / MONUMENTA, 2006. p. 9.

RIBEIRO, Robson Orzari. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós Graduação em História, Campinas, 2013.

RODRIGUES, José Wash. *Documentário Arquitetônico*. 8 vols. São Paulo: Martins Editora, 1951. Agradeço ao Professor Doutor Marcos Tognon por essa referência.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, p. 97-105, 1996.

SANTOS, Maria Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 77, 1996.

SMITH, Laurajane. *Uses of Heritage*. New York: Routledge, 2006.

SMITH, Robert. *Robert Smith e o Brasil: arquitetura e urbanismo*. Brasília: IPHAN, 2012.

SOEIRO, Renato. Nota prévia. In: DEL NEGRO, Carlos. *Nova Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira* (Norte de Minas). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / IPHAN, 1978. (Publicações do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n° 29).

URIBARREN, Maria Sabina. Germain Bazin e o IPHAN: redes de relações e projetos editoriais sobre o barroco brasileiro, *Revista CPC*, v.13, n.25 especial, p.108–134, jan./set. 2018.

O MUNDO DOMÉSTICO EUROPEU NO ANTIGO REGIME: UMA VISADA A PARTIR DA HISTÓRIA CULTURAL E DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Carla Mary S. Oliveira

Professora Associada IV da Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Pós-Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Doutora em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba, Brasil
e-mail: cmsoliveira.ufpb@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9642-8081>

DOI:

<http://dx.doi.org/10.26512/hh.v7i14.26519>

Recebido em 29 de julho de 2019

Aprovado em 10 de agosto de 2019

RUBIO, Gloria Franco. *El ámbito doméstico en el Antiguo Régimen*. de puertas adentro. Madrid: Editorial Síntesis, 2018. 263 p. ISBN 9788491711971



Gloria Rubio certamente não é unanimidade entre seus estudantes na Universidad Complutense de Madrid, onde leciona desde 1980 e a partir de 2011 tornou-se catedrática de História Moderna. Facilmente se encontra na *web* comentários pouco elogiosos a seu estilo inusitado de conduzir as aulas, exigindo silêncio absoluto, proibindo o uso de *smartphones*, *tablets* ou *notebooks* pelos alunos, demandando trabalhos manuscritos, sendo pouco receptiva a questionamentos e comentários ou mesmo fornecendo um cabedal gigantesco de detalhes difíceis de serem absorvidos a cada encontro semanal. No entanto, para quem já a assistiu apresentando suas pesquisas numa conferência, palestra ou mesa-redonda, o relato de tais idiosincrasias por seus ex-alunos parece só agregar certa peculiaridade a uma historiadora que prima pela análise aprofundada e arguta de seus temas de interesse, esmiuçando fontes e desvendando as relações subjacentes à superfície daquilo que, usualmente, se fazia mais perceptível no cotidiano ao longo da Idade Moderna europeia.

O presente livro é resultado de dois extensos projetos de pesquisa coordenados pela docente madrilena entre 2000 e 2008, ambos tratando da vida cotidiana na Espanha da

Modernidade e financiados pela UCM e pelo governo espanhol¹. Se em *Cultura y mentalidad en la Edad Moderna*, livro que publicou ainda em 1998, a pretensão de Rubio era construir um amplo panorama sobre a Europa ocidental entre os séculos XV e XVIII, a partir de enfoques da História Cultural e da análise da Cultura Material, a virada do século XX para o XXI levou-a a voltar o seu olhar cada vez mais para o ambiente doméstico e para o papel das mulheres neste espaço. Para aqueles que já conhecem os escritos da autora, fica fácil perceber essa trajetória em diversos de seus artigos e capítulos² ou mesmo nos números temáticos (RUBIO, 2002; RUBIO, 2015) que organizou nos *Anejos* dos *Cuadernos de Historia Moderna*, periódico especializado que dirige há vários anos.

Certamente há, no presente trabalho monográfico de Rubio, ecos da influência de Michelle Perrot e de seus *Les femmes ou les silences de l'Histoire* (1998), *Mon histoire des femmes* (2006) e *L'Histoire des chambres* (2009), embora apenas o último seja referenciado pela historiadora espanhola. Seu texto também parece dialogar, em diversos momentos e de modo muito próximo, com o obrigatório *Vita di casa: abitare, mangiare, vestire nell'Europa Moderna*, da italiana Raffaella Sarti (1999), que mesmo não sendo explicitamente citado ao longo do livro, do mesmo modo que a obra de Perrot é referenciado ao final da obra.

Uma das qualidades principais presente neste e em outros livros de Gloria Rubio, bem como em seus inúmeros artigos em periódicos especializados e capítulos em coletâneas, é buscar a reconstrução de realidades extremamente complexas por meio do uso dos mais diversos tipos de fontes de pesquisa, ampliando enormemente a visada a partir da qual constrói suas análises. Com destreza e erudição ímpares, ela consegue conciliar fontes iconográficas, arquitetônicas, literárias, cartoriais, judiciais, legislativas e da cultura material – os *semióforos* de Krzysztof Pomian a que ela se refere logo na introdução da presente obra – apresentando-os numa narrativa que ressalta a ideia de que todas as relações e estruturas sociais se fazem primeiramente no campo das representações – aliás, embora não referencie Roger Chartier, é possível perceber a presença de sua influência e

¹ “Usos, costumbres y vida cotidiana en la España del siglo XVIII” (2000-2004) e “La vida cotidiana en el ámbito doméstico durante el Antiguo Régimen” (2005-2008) (Rubio, 2015, p. 06-07).

² Apenas para destacar alguns dos textos escritos por Gloria Rubio que orbitam o tema deste seu livro: “La contribución literaria de Moratín y otros hombres de letras al modelo de mujer doméstica”, *Cuadernos de Historia Moderna – Anejos*, vol. VI, 2007, p. 221-254; “La vivienda en la España ilustrada: habitabilidad, domesticidad y sociabilidad”, publicado em *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración* (organização de Ofelia Rey Castelao e Roberto López), vol. II, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2009, p. 125-136; “La vivienda en el Antiguo Régimen: de espacio habitable a espacio social”, *Chronica Nova – Revista de Historia Moderna de la Universidad de Granada*, n. 35, 2009, p. 63-103; “El nacimiento de la domesticidad burguesa en el Antiguo Régimen: notas para su estudio”, *Revista de Historia Moderna – Anales de la Universidad de Alicante*, n. 30, 2012, p. 17-32.

deste conceito que é dos mais caros ao docente do Collège de France, posto que tal ideia vai permeando, em diversos momentos, o texto de Rubio, talvez por ela ter recorrido ao *La domination masculine* do sociólogo Pierre Bourdieu (1998), sabidamente em vida amigo íntimo e profundo interlocutor do historiador de Lyon.

Outro mérito do livro, que vai surgindo à medida em que se avança em sua leitura e sem que a autora se valha de artifícios falaciosos – ou que possam parecer oportunistas ao vincular-se aos temas hoje em evidência na agenda de historiadores mundo afora – é que sua narrativa busca sempre, de forma equilibrada e a partir das fontes utilizadas, dar voz ao sexo feminino, fornecendo destaque às mulheres por meio de seus próprios testemunhos, em contraposição ao discurso misógino e patriarcal que pretendia mantê-las sob controle estrito, regulando seus corpos, mentes e atitudes. Rubio pretende assim demonstrar como, de maneira muito hábil, tais personagens acabaram por converter-se em protagonistas absolutas naquelas realidades em que lhes era franqueado um mínimo de liberdade, moldando tais ambientes dentro de uma lógica que lhes era toda própria. De fato, esta é a principal premissa de *El ámbito doméstico en el Antiguo Régimen: de puertas adentro*, ou seja, investigar como se deu o processo de definição simbólica da moradia como “lar” durante o setecentos europeu, com destaque para seus desdobramentos dentro do universo pequeno-burguês urbano sem, contudo, deixar de salientar as especificidades de cada uma das outras condições sociais intervenientes em fins do Antigo Regime, tanto nas cidades como no meio rural.

A novidade deste livro de Gloria Rubio talvez não esteja tanto na forma até certo ponto detalhista por meio da qual ela vai desvendando as camadas constituintes do processo formativo do modelo familiar surgido a partir da vitória política continental da burguesia na Europa de finais do setecentos. Na verdade seu grande achado é juntar *insights* que estavam separados em abordagens historiográficas diferenciadas e costurá-los num mesmo tecido coerente e claro, propugnando um olhar que concilia não apenas sua larga experiência com a História do Cotidiano às questões de gênero, tendo como pano de fundo um viés feminista sem panfletarismos desnecessários, como já destaquei, mas o vincula também e imprescindivelmente à História Cultural, à História da Arte, à História da Família e a *approaches* mais tradicionais como a História Econômica, a História da Ciência ou a História da Alimentação. Desse modo, ao lado de fontes históricas mais usuais, como documentos notariais, por exemplo, constam também manuais de urbanidade, tratados científicos, cadernos de cozinha, receituários de botica e cosmética, relatos de viagens e

mesmo textos filosóficos. É justamente daí, desta capacidade enorme de compilação e análise de fontes tão diversas que emerge aquela que, em meu entendimento, é uma de suas principais qualidades como historiadora: promover de fato a interdisciplinaridade na pesquisa e na construção da narrativa historiográfica, utilizando a erudição como ferramenta auxiliar na elucidação de relações existentes, mas nem sempre perceptíveis, entre os diversos sujeitos e grupos sociais e que, como sabemos, permeiam todo o substrato dos processos históricos.

Ecoando Norbert Elias, Rubio percebe no embate *privado X público* a criação de novas sociabilidades ao longo da Idade Moderna, especialmente no século XVIII, no entanto ela destaca a especificidade daquilo que denomina de *domesticidade burguesa*, um processo que, circunscrito ao espaço doméstico, teria reforçado as relações assimétricas entre as responsabilidades e protagonismos de homens e mulheres. Por isso mesmo, a própria estrutura do livro reflete seu subtítulo, “de portas adentro”, e aos poucos o leitor vai mergulhando neste ambiente construído, na visão da autora, a partir de uma conjuntura social muito própria e específica desta nova classe que emerge para o protagonismo político e econômico europeu ao mesmo tempo em que o Antigo Regime agoniza, ou seja, a burguesia.

Dividido numa introdução, seguida de quatro partes subdivididas em capítulos e arrematado por uma conclusão e uma pequena seleção de textos de época comentados, de modo geral o livro de Gloria Rubio, se observado apenas a partir de seu sumário, poderia parecer apenas descritivo, como tantos outros manuais de História Moderna. Isso por que a autora realmente organiza seu texto de maneira um tanto ortodoxa, como já destaquei, mas a explicação didática dos objetivos do trabalho, de sua metodologia e das fontes utilizadas, feita logo na introdução, onde também se aclara o próprio conceito de domesticidade, serve na verdade para auxiliar o leitor neófito a se aclimatar melhor à ambiência que irá percorrer a partir dessas páginas iniciais.

Na primeira parte, propondo-se a analisar as origens da domesticidade burguesa, Rubio se volta à compreensão da ascensão do individualismo, passando pelo processo de domesticação que opôs as esferas pública e privada – aí a grande presença de Norbert Elias, sem dúvida – e instituiu o chamado processo civilizatório, abordando tanto os manuais de civilidade como as questões relativas ao avanço do ideal de privacidade e daquilo que a autora nomeia de “triunfo da intimidade”.

Na segunda parte, passando-se ao ambiente privado, a historiadora mira sua análise sobre a família e as inúmeras conformações dos grupos domésticos ao longo do Antigo Regime, abordando laços de parentesco e as diversas relações estabelecidas entre homens e mulheres, por meio de diferentes modelos de matrimônio e sua evolução, bem como a conjugalidade e o surgimento de uma nova concepção de maternidade, fazendo contrapontos interessantes entre os universos católico e protestante.

Na terceira parte, afinal, surge toda uma análise sobre o próprio espaço doméstico burguês e sua gradativa transformação simbólica de casa em lar. Para tanto, Rubio esmiúça desde as questões culturais envolvidas no uso das habitações como também sua gradativa passagem de espaço laboral para ambiente doméstico, processo que refletiu as profundas e específicas transformações da dinâmica econômica e social da Europa Moderna.

Na quarta e última parte do livro aparece de forma mais evidente o principal conceito que aos poucos vai sendo construído em suas páginas: o de que o ambiente doméstico burguês de finais do Antigo Regime propiciou a construção de uma idealização da mulher como “anjo do lar”, simbolismo que adentrou o oitocentos e também teve desdobramentos sobre a representação ideal da imagem masculina, especialmente a do “pai de família”.

Nas conclusões, sintetizadas na forma de apenas dez tópicos distribuídos em quatro páginas, Rubio procura mostrar, de forma concisa e didática, as principais linhas de força de seu trabalho, ao mesmo tempo em que lança sementes para possíveis continuidades em suas investigações. Trata-se de um fecho interessante para um trabalho que trata de uma realidade tão complexa: não há conclusões definitivas, e o que se percebe a partir das colocações da autora é que sempre se faz necessário ao historiador continuar a perseguir a compreensão do passado. Afinal, não é mesmo essa a curiosidade que move a todos nós, adeptos de Clio?

Por fim, resta esperar que as editoras tupiniquins comecem a se interessar em traduzir e publicar entre nós alguns historiadores espanhóis como Gloria Franco Rubio e tantos outros que trabalham com a abordagem da História Cultural e da História das Mulheres, desenvolvendo pesquisas de alta qualidade como a sua e tratando das mais diversas temporalidades, a fim de facilitar o acesso a seus escritos e também maior diversidade e intercâmbio de ideias na formação de novos historiadores brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.
- PERROT, Michelle. *Les femmes ou les silences de l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1998.
- _____. *Mon histoire des femmes*. Paris: Éditions du Seuil, 2006.
- _____. *L'Histoire des chambres*. Paris: Éditions du Seuil, 2009.
- RUBIO, Gloria Franco. *Cultura y mentalidad en la Edad Moderna*. Sevilla: Mergablum, 1998.
- _____. (org.). *De mentalidades y formas culturales en la Edad Moderna*. Madri: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2002.
- _____. (org.). *Condiciones materiales y vida cotidiana en el Antiguo Régimen*. Madri: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2015.
- _____. *Curriculum Vitae*. Madri: Comisión Interministerial de Ciencia y Tecnología, jan. 2015. Disponível em: <http://www.ucm.es/data/cont/docs/995-2015-01-13-CVGloriaFranco.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.
- SARTI, Raffaella. *Vita di casa: abitare, mangiare, vestire nell'Europa Moderna*. Bari: Giuseppe Laterza & Figli, 1999.